



ACADEMIA MILITAR

A INTERVENÇÃO DA GNR NOS CRIMES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E O CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO CIAVE

Autor: Aspirante GNR-Cavalaria Luís Carlos Saramago Mota

Orientador: Professor Catedrático José Fontes

Coorientador: Capitão GNR Infantaria Andreia Sofia Amaral Lopes

Mestrado Integrado em Ciência Militares Especialidade Segurança

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, maio de 2021



ACADEMIA MILITAR

A INTERVENÇÃO DA GNR NOS CRIMES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E O CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO CIAVE

Autor: Aspirante GNR-Cavalaria Luís Carlos Saramago Mota

Orientador: Professor Catedrático José Fontes

Coorientador: Capitão GNR Infantaria Andreia Sofia Amaral Lopes

Mestrado Integrado em Ciência Militares Especialidade Segurança

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, maio de 2021

EPÍGRAFE

“A violência, seja qual for a maneira como ela se manifesta, é sempre uma derrota”

(Sartre, 1968, p. 122)

DEDICATÓRIA

À minha família, namorada, amigos e em especial ao meu avô.

A vós devo todas as minhas conquistas e sucessos.

AGRADECIMENTOS

O presente Trabalho de Investigação Aplicada, apesar da sua índole individual, não teria sido possível sem a ajuda, apoio e contributo de um conjunto de pessoas que pela sua entrega merecem indubitavelmente uma palavra de agradecimento e consideração.

Ao meu Orientador, Exmo. Sr. Professor Catedrático José Fontes, que se mostrou logo disponível para me auxiliar neste desafio pessoal que é a Violência Doméstica. Através do seu vasto conhecimento e experiência, esteve presente desde o início do meu caminho enquanto cadete e termina agora como meu orientador. Agradeço-lhe todos os conhecimentos, atitudes e simpatia que sempre demonstrou, o meu agradecimento e respeito por si é enorme.

À minha Coorientadora, Exma. Sra. Capitão Andreia Lopes, o seu profissionalismo, dedicação e contributo foram constantes em todos os momentos. Sempre se demonstrou disponível para facultar todos os documentos que fossem necessários, a sua constante dedicação e todos os seus conhecimentos partilhados foram importantíssimos para o sucesso deste Trabalho de Investigação Aplicada.

À Direção dos Cursos da Guarda Nacional Republicana na Academia Militar, na pessoa do Exmo. Sr. Tenente-Coronel Paulo Gomes e ao Diretor do 26.º TPO Exmo. Sr. Major Rui Pereira, o meu agradecimento.

Ao Exmo. Sr. Primeiro-Sargento Paulo Pinto, desde o início que sempre se demonstrou interessado em ajudar e em contribuir para o bom rumo desta investigação. Todos os seus conhecimentos foram bem-vindos, toda a sua paciência e dedicação é de lisonjear, muito obrigado pelo profissionalismo e camaradagem.

Ao Exmo. Sr. Cabo Paulo Ferreira, lisonjeio a camaradagem, disponibilidade, ajuda e profissionalismo que sempre demonstrou em todos os momentos no desenvolvimento deste trabalho. Agradeço toda a sua ajuda, partilha de conhecimentos e simpatia que sempre disponibilizou a qualquer hora.

Aos Chefes do NIAVE, pelo contributo e profissionalismo que demonstraram.

À minha família, todo o apoio que sempre demonstraram e os sacrifícios que fizeram, não há palavras que agradeçam. À minha namorada, por todo o apoio e consideração.

Ao XXVI TPO, por todos os momentos que passámos juntos.

A todos, o meu profundo e sincero agradecimento!

RESUMO

O presente Trabalho de Investigação Aplicada intitula-se: “*A Intervenção da GNR nos crimes de Violência Doméstica e o curso de especialização CIAVE*” e tem como objetivo geral analisar os conteúdos no curso CIAVE com a intervenção dos NIAVE. Assim, surge a seguinte problemática: Quais são os conteúdos do curso CIAVE que potenciam a eficiência da intervenção dos NIAVE?

A metodologia nesta investigação assenta nos métodos descritivo e inquisitivo. Visa através da análise de documentos e das entrevistas realizadas com privilégio a uma abordagem qualitativa, desenvolver um raciocínio com vista a responder às questões derivadas e concluir com a resposta à questão central.

Neste estudo são abordados, do ponto de vista concetual, a evolução jurídica da Violência Doméstica, a intervenção da GNR ao nível da primeira linha de intervenção e segunda linha de intervenção e abordagem ao curso de especialização CIAVE.

Seguidamente, é abordada a metodologia utilizada na investigação e, ainda, a apresentação, análise e discussão dos resultados dos inquéritos por entrevista aos vinte e quatro chefes dos NIAVE, sendo esta entrevista constituída por nove questões associadas aos objetivos definidos para esta investigação, analisando os pontos de vista dos entrevistados nesta matéria.

Finalizada a investigação, conclui-se que a reestruturação do CIAVE pode contribuir para o melhoramento da atuação da segunda linha de intervenção, devendo existir uma componente mais prática no curso. Deve ser feito um enfoque nas matérias de Direito, matérias de Investigação Criminal, técnicas de entrevista e elaboração de expediente para habilitar os formandos com uma melhor preparação para o desempenho das suas funções. De igual forma, a aplicação de uma formação derivada do CIAVE aos Comandantes dos Destacamentos Territoriais, aos Comandantes dos Postos Territoriais e aos patrulheiros podem contribuir para uma acusação materializada em condenação em sede de julgamento.

Palavras-Chave: CIAVE; Guarda Nacional Republicana; Intervenção Policial; Investigação Criminal e Violência Doméstica.

ABSTRACT

This Research Work is entitled: “*The GNR Intervention in crimes of Domestic Violence and the CIAVE specialization course*” and the general objective is to analyze the contents in the CIAVE course with the intervention of NIAVE. Thus, the following problem arises: What are the contents of the CIAVE course that enhance the efficiency of the NIAVE intervention?

The methodology in this investigation is based on the descriptive and inquisitive methods and aims, through the analysis of documents and the interviews carried out, to develop a reasoning in order to answer the derived questions and conclude with the answer to the central question, giving privilege to a qualitative approach.

This study addresses, from a concetual point, the legal evolution of Domestic Violence, the intervention of GNR at the level of the first line of intervention and second line of intervention and approach to the especialization course CIAVE.

Then, the methodology used in the investigation is discussed, as well as the presentation, analysis and discussion of the results of the surveys by interviewing the twenty-four heads of NIAVE, with this interview consisting of nine questions associated with the objectives defined for this investigation, analyzing the results. interviewees' views on this matter.

After the investigation, it is concluded that the restructuring of CIAVE can contribute to the improvement of the performance of the second line of intervention, and there must be a more practical component in the course, as well as a focus on Law matters, Criminal Investigation matters, interview and working hours, enabling trainees to better prepare for the performance of their duties. Likewise, the application of training derived from CIAVE to Commanders of Territorial Detachments, Commanders of Territorial Posts and patrollers can contribute to a charge materialized in condemnation at the trial site.

Keywords: CIAVE; Republican National Guard; Police intervention; Criminal Investigation and Domestic Violence

ÍNDICE GERAL

EPÍGRAFE	i
DEDICATÓRIA	ii
AGRADECIMENTOS	iii
RESUMO	iv
ABSTRACT	v
ÍNDICE GERAL	vi
ÍNDICE DE FIGURAS	ix
ÍNDICE DE QUADROS	x
ÍNDICE DE TABELAS	xi
LISTA DE APÊNDICES E DE ANEXOS	xii
LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMO	xiii
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: ABORDAGEM CONCEPTUAL	4
1.1. Definição de Violência	4
1.2. Definição de Violência Doméstica	5
1.3. Evolução legislativa	6
1.4. O crime de Violência Doméstica	8
1.5. Ciclo da Violência Doméstica	9
1.6. Dados Estatísticos da Violência Doméstica em Portugal	10
CAPÍTULO 2. A INTERVENÇÃO DA GNR NA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA ..	11
2.1. Projeto IAVE	11
2.2. Denúncia do crime de Violência Doméstica	14
2.3. O Modelo de Intervenção da GNR na Violência Doméstica	15
2.3.1.1.ª Linha de Intervenção – Patrulheiros	15
2.3.2.1.ª e 2.ª Linha de Intervenção - Prevenção	19
2.3.3.2.ª Linha de Intervenção – NIAVE	20
CAPÍTULO 3. CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO CIAVE	24
3.1. Enquadramento do curso de especialização CIAVE	24
3.2. Estruturação do Curso CIAVE	26
CAPÍTULO 4. METODOLOGIA, MÉTODOS E MATERIAIS	28
4.1. Metodologia e procedimentos	28
4.2. Método de abordagem da investigação	29
4.3. Técnica de recolha de dados	30
4.4. Tratamento de dados	30

4.5. Amostragem - Entrevistados	31
4.6. Local e data da pesquisa e da recolha de dados	32
CAPÍTULO 5. APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS	33
5.1. Método de análise de conteúdo das entrevistas.....	33
5.2. Apresentação, análise e discussão dos resultados da pergunta n.º 1	34
5.3. Apresentação, análise e discussão dos resultados da pergunta n.º 2	35
5.4. Apresentação, análise e discussão dos resultados da pergunta n.º 3	38
5.5. Apresentação, análise e discussão dos resultados da pergunta n.º 4	40
5.6. Apresentação, análise e discussão dos resultados da pergunta n.º 5	40
5.7. Apresentação, análise e discussão dos resultados da pergunta n.º 6	43
5.8. Apresentação, análise e discussão dos resultados da pergunta n.º 7	43
5.9. Apresentação, análise e discussão dos resultados da pergunta n.º 8	45
5.10. Apresentação, análise e discussão dos resultados da pergunta n.º 9	46
5.11. Resultados da análise das entrevistas.....	47
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	50
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	55
Legislação, jurisprudência e outros documentos.....	55
Artigos científicos, obras literárias, relatórios ou outros documentos	58
APÊNDICES	I
APÊNDICE A - CATEGORIAS DA VIOLÊNCIA	II
APÊNDICE B - DADOS DAS OCORRÊNCIAS NOS DISTRITOS.....	III
APÊNDICE C - NÚMERO DE INQUÉRITOS.....	V
APÊNDICE D - GÊNERO DAS VÍTIMAS	VI
APÊNDICE E - GÊNERO DOS AGRESSORES.....	VI
APÊNDICE F - HORÁRIO DO CIAVE	VII
APÊNDICE G - CARTA DE APRESENTAÇÃO.....	VIII
APÊNDICE H - GUIÃO DE ENTREVISTA	IX
APÊNDICE I - MODELO DE ANÁLISE DE CONTEÚDO.....	XI
APÊNDICE J - QUADROS DE ANÁLISE DAS ENTREVISTAS.....	XII
APÊNDICE K - TABELAS DE ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS ENTREVISTAS	XXVII
ANEXOS	XLIX
ANEXO A - CICLO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.....	L
ANEXO B - DADOS DAS OCORRÊNCIAS REGISTADAS	LI
ANEXO C - ANÁLISE TEMPORAL DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	LII

ANEXO D - FICHA RVD 1-L	LIII
ANEXO E - PROCEDIMENTOS DE PROMOÇÃO DE SEGURANÇA.....	LIV
ANEXO F- MILITARES DA SI.....	LV
ANEXO G - MODÚLO A DO CIAVE	LVI
ANEXO H - MODÚLO B DO CIAVE	LVII

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura n.º 1 - Caracterização temporal dos registos e ocorrências de VD	II
Figura n.º 2 - Ciclo da Violência Doméstica.....	L
Figura n.º 3 - Procedimentos essenciais de promoção da segurança segundo o nível de risco	LIV

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro n.º 1 - Dados estatísticos por distritos	III
Quadro n.º 2 - Inquéritos findos 2015-2019.....	V
Quadro n.º 3 - Género das vítimas 2015-2019	VI
Quadro n.º 4 - Género dos denunciados 2015-2019.....	VI
Quadro n.º 5 - Horário da formação do 13º CIAVE	VII
Quadro n.º 6 - Modelo de análise de conteúdo do TIA	XI
Quadro n.º 7 - Análise das respostas à entrevista na Pergunta 1	XII
Quadro n.º 8 - Análise das respostas à entrevista na Pergunta 2.....	XIII
Quadro n.º 9 - Análise das respostas à entrevista na Pergunta 3.....	XV
Quadro n.º 10 - Análise das respostas à entrevista na Pergunta 4.....	XVI
Quadro n.º 11 - Análise das respostas à entrevista na Pergunta 5.....	XVIII
Quadro n.º 12 - Análise das respostas à entrevista na Pergunta 6.....	XIX
Quadro n.º 13 - Análise das respostas à entrevista na Pergunta 7.....	XXI
Quadro n.º 14 - Análise das respostas à entrevista na Pergunta 8.....	XXII
Quadro n.º 15 - Análise das respostas à entrevista na Pergunta 9.....	XXIV
Quadro n.º 16 - Número de ocorrências de Violência Doméstica registadas pelas Forças de Segurança	LI
Quadro n.º 17 - Caracterização temporal dos registos e ocorrências de VD.....	LII
Quadro n.º 18 - Número de militares das Secções de Inquérito.....	LV

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela n.º 1 - Evolução Legislativa.....	7
Tabela n.º 2 - Avaliação do Risco	16
Tabela n.º 3 - Proposta de efetivo dos NIAVE.....	22
Tabela n.º 4 - Estrutura temporal do CIAVE	27
Tabela n.º 5 - Entrevistados.....	31
Tabela n.º 6 - Proposta reformulação CIAVE.....	48
Tabela n.º 7 - Análise de conteúdo das respostas à pergunta 1	XXVII
Tabela n.º 8 - Análise de conteúdo das respostas à pergunta 2	XXX
Tabela n.º 9 - Análise de conteúdo das respostas à pergunta 3	XXXIII
Tabela n.º 10 - Análise de conteúdo das respostas à pergunta 4	XXXVII
Tabela n.º 11 - Análise de conteúdo das respostas à pergunta 5	XXXVIII
Tabela n.º 12 - Análise de conteúdo das respostas à pergunta 6	XLII
Tabela n.º 13 - Análise de conteúdo das respostas à pergunta 7	XLIII
Tabela n.º 14 - Análise de conteúdo das respostas à pergunta 8	XLV
Tabela n.º 15 - Análise de conteúdo das respostas à pergunta 9	XLVII
Tabela n.º 16 - Perguntas da ficha RVD 1-L.....	LIII
Tabela n.º 17 - Violência e Vitimologia.....	LVI
Tabela n.º 18 - Métodos e Técnicas de Investigação	LVII

LISTA DE APÊNDICES E DE ANEXOS

APÊNDICES

Apêndice A	Categorias da Violência
Apêndice B	Dados das ocorrências nos distritos
Apêndice C	Número de inquéritos
Apêndice D	Gênero das vítimas
Apêndice E	Gênero dos agressores
Apêndice F	Horário do CIAVE
Apêndice G	Carta de Apresentação
Apêndice H	Guião de Entrevista
Apêndice I	Modelo de Análise de Conteúdo
Apêndice J	Quadros de Análise das Entrevistas
Apêndice K	Tabelas de Análise de Conteúdo das Entrevistas

ANEXOS

Anexo A	Ciclo da Violência Doméstica
Anexo B	Dados das ocorrências registadas
Anexo C	Análise temporal da Violência Doméstica
Anexo D	Ficha RVD 1-L
Anexo E	Procedimentos de promoção da segurança
Anexo F	Militares da SI
Anexo G	Módulo A do CIAVE
Anexo H	Módulo B do CIAVE

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMO

AJ	Autoridade Judiciária
APA	<i>American Psychological Association</i>
APAV	Associação Portuguesa de Apoio à Vítima
CIAVE	Curso de Investigação e Apoio a Vítimas Específicas
CP	Código Penal
CPP	Código Processo Penal
DIC	Direção de Investigação Criminal
EII	Equipas de Investigação e Inquérito
FD	Flagrante Delito
GAV	Gabinetes de Atendimento
GNR	Guarda Nacional Republicana
IC	Investigação Criminal
IAVE	Investigação e Apoio a Vítimas Específicas
MAI	Ministério da Administração Interna
MP	Ministério Público
NAT	Núcleo de Apoio Técnico
NEP	Norma de Execução Permanente
NIAVE	Núcleos de Investigação e Apoio a Vítimas Específicas
NMUME	Núcleo Mulher e Menores
OMA	Observatório de Mulheres Assassinadas
OPC	Órgãos de Polícia Criminal
PIS	Plano Individual de Segurança
PJ	Polícia Judiciária
PSP	Polícia de Segurança Pública
SI	Secções de Inquérito
SSIC	Subsecção de Investigação Criminal
TIA	Trabalho de Investigação Aplicada
VD	Violência Doméstica
WHO	<i>World Health Organization</i>

INTRODUÇÃO

De acordo com o plano de estudos respeitantes ao curso de Ciências Militares na especialidade de Segurança, através do qual se formam os Oficiais de Cavalaria e Infantaria da Guarda Nacional Republicana (GNR), no final do curso é elaborado e apresentado um Trabalho de Investigação Aplicada (TIA). O presente trabalho, intitulado “A intervenção da GNR nos crimes de Violência Doméstica e o curso de especialização CIAVE” é uma exigência para conclusão do Tirocínio para Oficiais e aquisição do grau de Mestre.

Para combater o que se considera ser nos dias que correm um problema social, têm vindo a ser desenvolvidos modelos de atuação, políticas, diversas ações e programas de combate à Violência Doméstica (VD). A legislação tem vindo a sofrer, ao longo dos tempos, adaptações aos novos contornos que este fenómeno tem assumido e através da Lei n.º 7/2000, de 27 de maio, a VD passou a ser um crime público. É crescente a preocupação com este fenómeno e é visível através da sensibilização de todos para um maior conhecimento, mudança cultural e mudança social profunda. Mas para esta mudança, também contribuem os Planos Nacionais de Combate à VD, que visam proteger e incluir socialmente as vítimas, bem como penalizar os agressores.

A escolha deste trabalho de investigação está relacionada com a problemática que a VD se apresenta às várias instituições e organizações quer civis, quer militares. Trata-se de uma realidade reconhecida pela sociedade portuguesa, onde a sua deteção e resolução tem sido uma dificuldade constante. Este trabalho teve origem na vontade de contribuir para a resolução desta problemática, através do estudo das áreas da GNR onde são direcionadas as ocorrências e onde existe contacto com elas. A pertinência do estudo em causa está relacionada com a atualidade e gravidade do crime de VD, pretendendo-se com esta investigação contribuir para uma melhoria do serviço operacional.

A VD é um fenómeno que tem tido uma grande divulgação nos órgãos de comunicação social, bem como um aumento do número de casos conhecidos (ocorrências) ao longo dos anos. A GNR, enquanto força de segurança e face visível da força do Estado, assume um papel preponderante para prevenir e reprimir o fenómeno da Violência Doméstica e a sua forma de intervenção pode tanto ter impacto nas vítimas, assim como no resultado final em sede de julgamento.

A intervenção dos militares da GNR na 2.ª Linha de intervenção, inseridos nos NIAVE (Núcleo de Investigação e Apoio a Vítimas Específicas), têm formação através da

especialização CIAVE, permitindo adquirir aos formandos um conjunto de capacidades e de competências essenciais para uma boa intervenção. Não obstante, é importante não perder de vista toda uma panóplia de crimes conexos que podem estar relacionados com a VD como o abuso de menores, tráfico de pessoas, sequestro, casamentos forçados, imigração ilegal, crimes sexuais, homicídio, lenocínio, entre outros (Escola da Guarda, 2015).

Após o enquadramento e justificação do tema formulou-se a questão central que, de acordo com Quivy & Campenhoudt (2013), se constitui como o primeiro fio condutor da investigação que permite dar coerência e estrutura ao trabalho: **Quais são os conteúdos do curso CIAVE que podem potenciar a eficiência da intervenção dos NIAVE?** Seguidamente, são enumerados o objetivo geral e os objetivos específicos da investigação. De acordo com Freixo (2012), constitui-se o objetivo de um estudo o enunciado declarativo que indica as intenções do investigador relativamente ao que se pretende investigar.

De acordo com Marconi & Lakatos (2003), toda a investigação deve ter um objetivo definido para saber o que se vai estudar e o que se pretende alcançar.

O objetivo geral do TIA consiste na aplicação de competências adquiridas e o desenvolvimento de capacidades, em contexto de investigação, nas áreas da segurança e defesa, assim como da comunicação, de forma clara e sem ambiguidades, dos conhecimentos, raciocínios e conclusões alcançadas (Academia Militar, 2015).

O presente TIA tem como objetivo geral: Analisar os conteúdos lecionados no curso CIAVE com a intervenção dos NIAVE. Segundo Marconi & Lakatos (2003), enquanto o objetivo geral está relacionado com uma visão global e abrangente do tema, os objetivos específicos (OE) são mais concretos, desempenhando uma função instrumental e intermediária que permite atingir o objetivo geral. **Os OE desta investigação são:**

OE1: Descrever as medidas adotadas pelos militares na intervenção nas ocorrências de Violência Doméstica.

OE2: Compreender a articulação da 1.^a Linha e da 2.^a Linha de Intervenção.

OE3: Explorar a estrutura pedagógica do curso CIAVE.

OE4: Analisar certos conteúdos a incluir em ações de formação nos NIAVE.

OE5: Compreender a importância da componente prática no desenvolvimento das competências dos militares.

OE6: Analisar a adequabilidade do tempo de formação face às exigências e às qualificações necessárias na intervenção nos casos de VD.

O enquadramento teórico resulta da revisão de literatura efetuada e dá a conhecer o “estado da arte”, focando os principais conceitos, pesquisas empíricas de referência e perspetivas teóricas relevantes para a problemática em estudo (Academia Militar, 2016).

O enquadramento teórico desta investigação é constituído pelo Capítulos 1, Capítulo 2 e Capítulo 3.

No Capítulo 1 são abordados os conceitos de Violência e Violência Doméstica, os principais marcos legislativos aplicados na Violência Doméstica, abordagem ao fenómeno da Violência Doméstica e dados estatísticos relevantes sobre esta matéria.

No Capítulo 2, são abordadas as formas de intervenção policial e os modelos de intervenção da GNR no âmbito da Violência Doméstica, com referência à primeira linha de contacto dos militares às ocorrências e os militares que estão na segunda linha de atuação, nomeadamente os militares a desempenhar funções nos NIAVE.

No Capítulo 3, existe o estudo do curso de especialização CIAVE, através da análise da estruturação e das matérias ministradas.

O Capítulo 4 incide sobre a metodologia utilizada no trabalho de investigação, os métodos utilizados, recolha e tratamento de dados.

De seguida, no Capítulo 5 é feita a apresentação, a análise e a discussão dos resultados das entrevistas realizadas aos chefes dos NIAVE, respeitantes ao trabalho de campo desenvolvido.

Por fim, são elaboradas as conclusões baseadas nos capítulos explorados, são apresentadas as propostas de formação que foram formuladas com base em todo o estudo elaborado e a enunciação das recomendações para investigações futuras.

CAPÍTULO 1. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: ABORDAGEM CONCETUAL

“A violência destrói o que pretende defender: a dignidade da vida e a liberdade”

Papa João Paulo II

Este capítulo concentra-se essencialmente na revisão e análise da literatura existente, através de uma abordagem tanto no ponto de vista criminal, através da apresentação de dados, referência ao ciclo da violência doméstica numa perspetiva social e apresentação/análise de dados estatísticos, bem como no ponto de vista penal, com a referência aos mecanismos jurídicos direcionados para a Violência Doméstica.

Segundo Sarmento (2013, p. 132) “a revisão de literatura é a apresentação do histórico e da evolução científica do trabalho, através da citação e de comentários sobre a literatura considerada relevante e que serviu de base à investigação”.

1.1. Definição de Violência

A palavra violência tem a sua génese do latim *violentia* que significa abuso de força e o seu conceito pode ser definido como qualquer forma de uso da força intencional que lesione de alguma forma os direitos ou necessidades dessa pessoa (Fernandes *et al.*, 2016).

De acordo com Fischer (1994), a violência sempre existiu e foi evoluindo ao longo da história com o desenvolvimento das sociedades, consistindo numa forma dos homens resolverem as divergências entre si.

Segundo Adriano (2005, p. 17) a violência é “uma ameaça à integridade física ou psicológica da pessoa e que se pode traduzir em ato violento, abuso da força, opressão ou coação”.

Para Freitas (2019), a violência não é um padrão de comportamentos característicos do Homem, mas sim do resultado da sociedade em que se insere, que a pode potenciar ou legitimar.

A Organização Mundial da Saúde define a violência como o uso de um poder intencional de força contra si mesmo ou outra pessoa, que resulte em danos, lesões ou morte

(Krug *et al.*, 2002). A violência divide-se em três categorias: violência à própria pessoa/autoinfligida; violência interpessoal, materializando-se numa agressão física, sexual, psicológica e/ou abandono das pessoas no meio familiar ou na comunidade e por fim, a violência coletiva, perpetrada por grupos sociais ou pelo Estado, conforme Apêndice A.

É relevante observar a violência não só como um abuso físico, mas, principalmente como um exercício de controlo, poder e intimidação que pode ter diversas formas (Dias, 2010 citado em Cera, 2016, p. 11).

1.2. Definição de Violência Doméstica

Qualquer pessoa pode ser vítima de Violência Doméstica (VD), independentemente da idade, do género, condição económica ou estatuto social, mas “sabe-se que a violência doméstica afeta mais frequentemente as mulheres e é perpetrada mais frequentemente por homens, sobretudo quando se verifica um padrão de repetidas agressões físicas graves e quando se inclui agressão sexual” (Pereira, Batista & Silva, 2009, p. 7).

A VD é uma violência interpessoal no meio familiar manifestando-se de diversas maneiras, a violência física é a mais conhecida por ser visível e mais comum entre os cônjuges, mas existem outros tipos de violência ou omissão de cuidados que afetam crianças, e/ou idosos.

“A Violência Doméstica é um fenómeno de extrema gravidade que constitui, talvez, a violação de direitos humanos mais prevalente no mundo” (Ministério da Administração Interna, 2013, p. 12).

A VD corresponde a uma ação de natureza física, sexual, psicológica ou económica ou omissão de um agressor para com uma vítima, provocados de forma direta ou indireta (Valente, 2009).

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) define a VD como qualquer conduta ou omissão de natureza criminal que inflija sofrimentos físicos, sexuais, psicológicos ou económicos a qualquer pessoa que resida habitualmente no mesmo espaço doméstico e não residindo, que tenha atualmente/tenha tido uma relação ou que tenha uma relação de consanguinidade, adoção ou afinidade (APAV, 2020).

A Convenção de Istambul na al. b) do seu art.º 3.º, define a VD como “todos os atos de violência física, sexual, psicológica ou económica que ocorrem no seio da família ou do lar ou entre os atuais ou ex-cônjuges ou parceiros, quer o infrator partilhe ou tenha partilhado, ou não, o mesmo domicílio que a vítima”.

1.3. Evolução legislativa

A tipificação do crime de VD tem a sua origem no Decreto-Lei 400/82, de 22 de setembro, que aprova o Código Penal (CP), com a epígrafe “maus-tratos ou sobrecarga de menores e de subordinados ou entre cônjuges”, tratando-se de um crime público, ou seja, não dependendo o procedimento criminal de queixa. Não bastaria infringir maus-tratos físicos, não prestar cuidados ou assistência à saúde ou tratamento cruel, mas também ter uma conduta com base num dolo específico de *malvadez ou egoísmo*¹.

Com a reforma de 1995, através do Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de março, foi retirada a referência deste dolo específico de *malvadez ou egoísmo*, reportando-se assim a um comportamento doloso/intencional. De igual forma, com esta reforma foi aumentada a moldura penal, incluído os maus-tratos psíquicos e o procedimento criminal dependente de queixa, tratando-se de um crime semipúblico (Fernandes, Gago, Guerra, Massena, Pena, Perguilhas, Ravara, Ribeiro & Susano, 2016).

Com a entrada em vigor da Lei n.º 65/98, de 2 de setembro, há uma alteração ao início do procedimento criminal, onde o Ministério Público (MP) pode dar início ao processo.

No ano 2000, com a Lei n.º 7/2000, de 27 de maio, é alterada a natureza criminal do crime de VD para um crime público. Foi criada a pena acessória de afastamento do agressor da vítima até 2 anos, a possibilidade de suspensão provisória do processo a pedido da vítima, a possibilidade de proibição de uso e porte de arma pelo período de 6 meses a 5 anos, a obrigação de frequentar programas de prevenção da VD e a inclusão, enquanto vítima, o progenitor de descendente comum.

Numa etapa seguinte, existe uma maior aproximação ao atual conceito de VD com a entrada em vigor da Lei n.º 59/2007, de 4 de setembro, consistindo numa tipificação do conceito de VD e a antiga redação do art.º 152.º² divide-se em diversos crimes.

Surge em 2009, com a aprovação da Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro, o regime de teleassistência³ e a criação do Estatuto da Vítima, importantes para a proteção da vítima.

Em 2013, através da Lei n.º 19/2013, de 21 de fevereiro, é incluído no art.º 152.º as relações de namoro e a pena acessória de proibição de contacto com a vítima. Esta

¹ Segundo Carvalho (1999), as expressões de *malvadez e egoísmo* retratam um receio por parte do legislador em tipificar penalmente assuntos que interferem com o poder do tutor do menor.

² O antigo art.º 152.º, previa maus-tratos e infrações a regras de segurança, separou-se nesse momento em três tipos legais: a violência doméstica, prevista no art.º 152.º, os maus-tratos previstos no art.º 152.º-A e a violação das regras de segurança no art.º 152.º-B.

³ De acordo com o n.º 1 do art.º 2.º da Portaria n.º 220-A/2010 e dos meios técnicos de controlo à distância previstos no art.º 35.º, ambos da Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro

proibição inclui o afastamento da residência ou do local de trabalho desta, com a fiscalização através de meios técnicos de controlo à distância (Fernandes *et al.*, 2016).

No ano de 2015, dá-se a introdução de novas tipificações criminais no CP, através da Lei n.º 83/2015, de 5 de agosto, que define a violência de género como a violência praticada contra as mulheres, designadamente a mutilação genital feminina (art.º 144.º-A), a perseguição (art.º 154.º-A) e o casamento forçado (art.º 154.º-B).

Em 2018, surgiu com a Lei 44/2018, de 9 de agosto, o reforço da proteção jurídico-penal da intimidade da vida privada na internet.

Em 2020, surge o Manual de Atuação Funcional a adotar pelos Órgãos de Polícia Criminal (OPC) nas 72 horas subsequentes ao conhecimento/denúncia de situações de violência e dos maus-tratos perpetrado no contexto da temática da VD.

Em 2020, é criado o Decreto-Lei n.º 101/2020, de 26 de novembro, que procede à formulação de uma licença especial para reestruturação familiar e do respetivo subsídio, no âmbito do crime de VD.

Tabela n.º 1 - Evolução Legislativa

Evolução Legislativa	
1982	Tipificação do crime público de maus-tratos a menores/ cônjuges no CP.
1995	Retirada a referência do dolo específico de <i>malvadez ou egoísmo</i> ; aumento da moldura penal; inclusão dos maus-tratos psíquicos e o procedimento criminal depende de queixa.
1998	Ministério Público pode dar início ao procedimento criminal.
2000	Lei n.º 7/2000, de 27 de maio, a natureza criminal do crime de VD passa para crime público.
2007	divisão do crime de VD (art.º 152.º) dos maus-tratos (art.º 152.º-A) e a violação das regras de segurança (art.º 152.º-B).
2009	Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro, com o objetivo de prevenir, proteger e assistir vítimas de VD.
2013	Lei n.º 19/2013, de 21 de fevereiro contemplou as relações de namoro no art.º 152.º do CP e pena acessória de proibição de contacto com a vítima e o seu controlo por meios tecnológicos.
2015	Mutilação genital feminina (art.º 144.º-A), a perseguição (art.º 154.º-A) e o casamento forçado (art.º 154.º-B).
2018	Lei n.º 44/2018, de 9 de agosto, o reforço da proteção jurídico-penal da intimidade da vida privada na internet.
2020	Implementação do Manual de Atuação Funcional a adotar pelos OPC em 72 horas
2020	Criação de licença especial para reestruturação familiar e do respetivo subsídio, no âmbito do crime de VD.

Fonte: Elaboração própria

1.4. O crime de Violência Doméstica

A Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 enuncia que este tipo de crime se manifesta através de formas de violência, discurso de ódio, a privação da liberdade e de expressão e pelo desrespeito pela vida privada e familiar (Assembleia da República, 2018).

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2018, de 21 de maio, considera a VD uma grave violação dos Direitos e um grave problema de saúde pública, demonstrando-se um obstáculo para o alcance da paz, ao desenvolvimento do ser humano, à igualdade e à liberdade. Não existe um consenso na literatura acerca da melhor definição a utilizar quando se fala em violência em contexto familiar, existindo variâncias entre organizações e entre autores.

Este crime insere-se nos crimes contra a integridade física com a sua tipificação no art.º 152.º do CP, sendo que qualquer cidadão, mesmo de forma anónima, pode denunciar uma situação de VD junto dos órgãos de polícia criminal, nomeadamente forças de segurança como a Guarda Nacional Republicana e a Polícia de Segurança Pública (PSP), através da plataforma de queixa online da Polícia Judiciária (PJ) e através do Sistema de Queixa Eletrónica do Ministério da Administração Interna (MAI).

A tipificação da VD protege um conjunto de bens-jurídicos como o direito à integridade pessoal, direito à liberdade e o direito à segurança, visando uma dignidade essencial à pessoa humana (Valente, 2009).

A VD provoca, para além dos danos físicos visíveis, danos psicológicos que à primeira vista não são fáceis de identificar e que resultam em efeitos negativos na saúde mental (Soares, 2005).

Esta violência pode afetar as pessoas de modo diferente, numa forma geral, o pânico, medo intenso de morrer, impressão de estar a viver um pesadelo, desorientação geral, sentimento de solidão e estado de choque são comuns nas vítimas deste crime ou de violência (APAV, 2020).

Em maio de 2011, o Conselho da União Europeia adota a Convenção de Istambul, onde todo o tipo de violência dirigida às mulheres representa uma subjugação da mulher e discriminação de género perante o homem (Conselho da Europa, 2011). Apesar dos dados mostrarem que as vítimas da VD são maioritariamente mulheres, não significa que não afete também os homens (Conselho da Europa, 2011).

1.5. Ciclo da Violência Doméstica

Uma publicação da *World Health Organization* (WHO) em 2017, afirma que um terço das mulheres no mundo já sofreram agressões numa relação de namoro (Thomas, 2019).

Nas relações que se estabelecem num ambiente próximo, existem dinâmicas de interação que alimentam reações que com o tempo, podem resultar numa vítima e num agressor (Falcke, Oliveira, Rosa & Bentancur, 2009).

É elaborado por Walker (1979), uma das teorias pioneiras para explicar este fenómeno. Consiste num sistema circular que recai em interações, passando por três momentos distintos que variam com o tempo e com a intensidade dos conflitos. Trata-se de uma teoria cíclica, ilustrada no Anexo A, dividida em três fases: fase do aumento da tensão, fase do ataque violento e a fase da lua de mel.

A fase do aumento da tensão consiste nas tensões que são acumuladas, as ameaças, alguns confrontos que aumentam a ansiedade e criam um ambiente adverso que são característicos do primeiro patamar antes da passagem ao ato violento (Manita, Ribeiro & Peixoto, 2009).

A fase do ataque violento ocorre com a violência sobre a vítima cuja gravidade pode ser variada, “geralmente, começa com violência verbal, rapidamente associada a violência física e vai escalando para uma combinação de diferentes tipos de violência” (Manita, Ribeiro & Peixoto, 2009, p. 27).

A fase da “lua de mel” o agressor demonstra arrependimento “envolve a vítima de carinho e atenções, desculpando-se pela violência exercida e prometendo mudar de comportamento” (APAV, 2010, p. 27). Existem agressores que manipulam as vítimas, afirmando que o seu comportamento e as suas ações desencadearam aquele comportamento.

Apesar da tipificação deste crime, existem alguns preconceitos e mitos enraizados, a citar alguns, que dificultam a denúncia de situações de VD. O preconceito que “se existe agressão é porque merecem” associa a crença que o homem tem o direito de bater porque a vítima é culpada por essa situação, sendo visto como um comportamento aceite com o objetivo de educar/corriger; Outro mito está relacionado com o “bater é sinal de amor”, com o objetivo de controlar, dominar e ter poder sobre a outra pessoa e o mito de que a VD é um problema que só acontece aos outros, as estatísticas nacionais contrariam essa ideia através do aumento do número de casos ao longo dos anos (Manita, ribeiro & Peixoto, 2009).

1.6. Dados Estatísticos da Violência Doméstica em Portugal

Os dados apresentados são desde o ano de 2015, até aos dados mais atuais que correspondem ao ano de 2019.

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (2019), em função do número de residentes em Portugal (10.295.909 residentes), de 2009 até 2015, em média 287 pessoas sofrem de violência doméstica por cada 100.000 habitantes.

Através do Relatório Anual de Segurança Interna (RA SI) de 2019, observa-se um número de ocorrências de VD que não acontecia desde 2010, com 29.498 ocorrências, correspondendo 28,7% dos crimes contra as pessoas (ver Quadro n.º 16). De 2018 para 2019 foram registadas mais 3.015 ocorrências de VD, correspondendo a um aumento de 11,4%.

As ocorrências também variam consoante os distritos, verificando-se os distritos de Aveiro (2.036), Braga (1.954), Faro (1.612), Lisboa (6.721), Porto (4.998) e Setúbal (2.829) os que apresentam um maior número de ocorrências (ver Quadro n.º 1).

No Relatório de Monitorização Anual da Violência Doméstica (SGMAI, 2020), constata-se que a maioria dos inquéritos findados em 2019 resultaram em arquivamento, maioritariamente por falta de prova. Dos 32.295 inquéritos finalizados no ano de 2019 foram 19.692 os inquéritos arquivados, correspondendo a 61% do total (ver Quadro n.º 2).

Quanto à caracterização das vítimas, o género feminino continua a apresentar a maior percentagem ao longo dos anos com uma percentagem de incidência de 76,1% (ver Quadro n.º 3).

Ao comparar o número de vítimas com o número de ocorrências, verificamos que o primeiro é superior, concluindo-se que existiram participações com uma ou mais vítimas, onde as crianças que estão inseridas em contexto de VD também são consideradas elas mesmas como vítimas de VD.

Quanto à caracterização dos agressores, o género masculino apresenta no decorrer dos anos a maior percentagem com 81,6% (ver Quadro n.º 4).

O número de suspeitos neste último ano foi o número mais alto, registando a detenção de 1018 agressores, com o número de detenções a aumentar em cada ano, correspondendo a um aumento de 474,5% de 2009 até ao ano de 2019.

Por último, o Relatório de Monitorização Anual da Violência Doméstica (SGMAI, 2019), a VD tem maior incidência em julho e agosto, onde por norma corresponde ao período de férias. Relativamente aos dias, à sexta, ao sábado e ao domingo existe um maior número de ocorrências e com maior incidência no horário das 13h-19h (ver Quadro n.º 17).

CAPÍTULO 2. A INTERVENÇÃO DA GNR NA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

“Muitas crianças vêm de noite aquilo que ninguém quer ver durante o dia”
(APAV, 2013)

Este capítulo destina-se a explorar e aprofundar a forma como a GNR atua no âmbito da VD, desde a sua organização estrutural, ao seu trabalho realizado na prevenção e intervenção da VD, na abordagem da queixa/denúncia, sinalização e encaminhamento das vítimas.

Trata-se de um capítulo que aborda o esqueleto organizacional direcionado para combater este crime e permite compreender o que existe, o que é feito e como é feito o trabalho dos militares. Será efetuada uma abordagem operacional da primeira linha de intervenção dos patrulheiros, os procedimentos a serem efetuados como constam no recente Manual de Atuação Funcional de 72 horas e o trabalho de segunda linha dos Núcleos de Investigação e Apoio a Vítimas Específicas (NIAVE) como consta na Norma de Execução Permanente (NEP) 9.04.01, de 21 de dezembro de 2020.

2.1. Projeto IAVE

Conforme enunciado no n.º 1 do art.º 1.º da Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro, a GNR “é uma força de segurança de natureza militar, constituída por militares organizados num corpo especial de tropas e dotada de autonomia administrativa”.

No mesmo diploma legal enunciado anteriormente, no seu n.º 2 do art.º 1.º, do mesmo diploma legal, é referido que a GNR “tem por missão, no âmbito dos sistemas nacionais de segurança e proteção, assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, bem como colaborar na execução da política de defesa nacional, nos termos da Constituição e da Lei”.

Assim, no seguimento do que está tipificado na Lei e transpondo para a VD, a GNR tem como missão adotar todos os procedimentos, estratégias e as ações necessárias para prevenir e combater o crime de VD.

À Guarda Nacional Republicana, com a publicação da Lei n.º 21/2000, de 10 de agosto de 2000, é atribuída a competência de investigação criminal (IC), ou seja, elabora todo o conjunto de diligências que visam averiguar a existência de um crime, determinando os seus agentes e as suas responsabilidades, descobrir e recolher as provas no âmbito do processo (AR, 2000).

O Despacho n.º 07/03 – Ordem à Guarda (OG), de 21 de janeiro, começa a estruturar a investigação criminal na GNR com as atividades de investigação, polícia técnica e análise de investigação criminal. Esta estrutura é constituída nos antigos Grupos Territoriais por uma Secção de Investigação Criminal, pela Subsecção de Investigação Criminal (SSIC), pelo Núcleo de Apoio Técnico (NAT) e pelo Núcleo de Tratamento de Informação Criminal.

A SSIC estava subdividida em núcleos direcionados para certas áreas, constituída pelo Núcleo de Apoio Operativo, Núcleo de Investigação de Crimes de Droga, Núcleo de Investigação de Crimes Ambientais e o Núcleo Mulher e Menores (NMUME) (Despacho n.º 63/09 – Ordem à Guarda, 31 de dezembro de 2009).

O NMUME foi criado com o objetivo de investigar os crimes relacionados com as mulheres e os menores enquanto vítimas, promover ações de apoio quando fossem possíveis de serem efetuadas e outras ações que diretamente ou indiretamente estão relacionadas com a investigação operativa, constando na nova NEP/GNR n.º 9.04.01, de 21 de dezembro. Segundo Azevedo (2012), o projeto NMUME foi implementado em quatro fases

- Numa primeira fase (2004), são criados 23 NMUME constituídos por dois a três militares nos Grupos Territoriais disseminados pelo território nacional;
- Na segunda fase (2005-2008), são formados militares para integrarem nas Equipas de Investigação e Inquérito (EII) que são equipas vocacionadas para o atendimento ao público, mais especificamente às vítimas de crimes (Relatório de Avaliação, 2009);
- Numa terceira fase (2005-2011), são inseridas nas vítimas especialmente vulneráveis as pessoas idosas, pessoas com deficiência, minorias étnicas e a comunidade de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transsexuais (Incluído os indiferenciados atualmente). Ainda nesta fase, o nome do projeto foi alterado para projeto IAVE (Investigação e Apoio a Vítimas Específicas) a qual se mantém atualmente (Relatório de Avaliação, 2012);
- Na quarta fase (2012), existe uma consolidação do projeto IAVE, direcionando a sua atividade às vítimas específicas.

O Programa IAVE trouxe uma estrutura direcionada para a VD, com uma maior sensibilização nos militares da GNR e uma melhor qualidade na intervenção.

O projeto IAVE, através dos NIAVE está disseminado pelos Comandos Territoriais sobre a dependência do chefe da SIC, de acordo com o Despacho n.º 18/14 OG.

A criação dos NIAVE pretende fornecer um atendimento personalizado para as vítimas de VD, constituída por militares com uma formação específica para:

“proceder à investigação dos crimes cometidos, essencialmente, contra as mulheres, as crianças, os idosos e outros grupos de vítimas especialmente vulneráveis e prestar o apoio que, para cada caso, for adequado e possível; colaborar com as autoridades judiciais no acompanhamento dos casos mais críticos, designadamente, através de uma continuada avaliação do risco; e, outras que, direta ou indiretamente relacionadas com a investigação criminal, lhe sejam cometidas” (Guarda Nacional Republicana, p. 39)

Segundo a NEP/GNR 9.04.01, de 21 de dezembro, os NIAVE são constituídos nos Comandos Territoriais e em função destes podem ser do Tipo I, Tipo II ou Tipo III.

Ao nível nacional, em cada Comando Territorial do Tipo I (distritos de Aveiro, Braga, Faro, Lisboa, Porto e Setúbal) estão constituídos dois NIAVE e nos Comandos Territoriais Tipo II e Tipo III está constituído um NIAVE.

Os NIAVES nos Comandos Territoriais investigam os crimes de VD, Maus-Tratos e crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual⁴ que são da sua competência. No caso dos crimes de VD, investigam aqueles com uma atribuição de grau de risco Médio de maior complexidade e Elevado. Às Secções de Inquéritos (SI) nos Postos Territoriais, com militares com formação específica em VD, podem investigar crimes de VD (sem presença de fatores de perigo⁵ com risco baixo ou médio, com apoio e supervisão dos NIAVE. A Polícia Judiciária tem competência reservada nos crimes de VD, nomeadamente nos “crimes dolosos ou agravados pelo resultado, quando o elemento do tipo for a morte de uma pessoa”⁶ e nos crimes praticados com recurso a arma de fogo.

⁴ Tipologia de crimes: abuso sexual de pessoa incapaz de resistência; abuso sexual de pessoa internada; abuso sexual de crianças; abuso sexual menores dependentes; atos sexuais com adolescentes; aliciamento de menores para fins sexuais; coação sexual; importunação sexual; lenocínio; pornografia de menores; recurso à prostituição de menores; violação.

⁵ Alguns fatores de perigo podem conhecidos através das fichas RVD-1L, como a utilização de algum tipo de arma, historial do comportamento violento do agressor, aumento e gravidade da conduta violenta e queixas criminais anteriores.

⁶ Cfr. al. a) do n.º 2 do art.º 7.º da Lei Orgânica de Investigação Criminal (LOIC)

2.2. Denúncia do crime de Violência Doméstica

Restaurada a natureza pública do crime de VD, pela Lei n.º 7/2000, de 27 de junho, é suficiente o conhecimento por qualquer via a prática do crime para que o MP detenha legitimidade para instaurar e prosseguir o procedimento criminal/inquérito (Fernandes *et al*, 2016). A direção do inquérito é competência do MP, de acordo com o art.º 263.º do Código Processo Penal (CPP), pode ser coadjuvado pelos OPC e atribuído a estes “o encargo de procederem a quaisquer diligências e investigações relativas ao inquérito” (art.º 270.º CPP).

Tem o dever de denúncia⁷ do crime de VD, qualquer pessoa que tome conhecimento do crime, denunciando por escrito ou verbalmente às entidades competentes e deve ser formalizado em auto de denúncia. Caso seja presenciado pela autoridade judiciária (AJ), um OPC ou outra entidade policial presencie o crime, mandam levantar ou levantam o auto de notícia. O auto de denuncia ou o auto de notícia, estão padronizados⁸.

A notícia de factos enquadrados no crime de VD pode, igualmente, ser originada por denúncia anónima⁹, mas só pode determinar a abertura de inquérito se existirem indícios da prática de crime, ou se ela própria constituir crime. O auto menciona os mesmos elementos que o auto de notícia¹⁰: os factos que constituem crime; o dia, a hora e o local; as circunstâncias em que o crime foi cometido pelos agentes do crime bem como os meios de prova e eventuais testemunhas.

No art.º 27.º da Lei n.º 112/2009, está prevista a criação de gabinetes de atendimento (GAV) com condições previstas no Despacho n.º 11718-A/2020 de 25 de novembro, onde as vítimas se deslocam às instalações das autoridades para apresentar queixa, serem atendidas e acompanhadas. É obrigatório não só atribuir o Estatuto de Vítima de Violência Doméstica, mas também, a atribuição do Estatuto de Vítima Especialmente Vulnerável. Os crimes de VD têm carácter urgente¹¹ tornando o processo célere para prevenção de revitimação e poderá simbolizar para a vítima o encerrar de um mau capítulo da sua vida, permitindo-lhe mais facilmente “seguir em frente” (Lopes, 2013).

⁷ Cfr. n.º 1 do art.º 242.º do CPP.

⁸ Cfr. n.º 1 do art.º 29.º da Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro

⁹ Cfr. n.º 6 a n.º 8 do art.º 246.º do CPP

¹⁰ Cfr. n.º 1 do art.º 243.º do DL n.º 78/87, de 17 de fevereiro

¹¹ Cfr. art.º 28.º, da Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro.

2.3. O Modelo de Intervenção da GNR na Violência Doméstica

As ocorrências de VD são carregadas de uma forte componente emocional, onde o primeiro contacto pode resultar em hesitações por parte das vítimas, especialmente em casos de serem pessoas conhecidas ou do envolvimento de crianças. Num crime tão complexo como a VD “é improvável que a adoção de uma única medida, por si só, faça cessar a violência ou a impeça” (DGAI, 2013, p. 32).

Os modelos de intervenção da GNR foram elaborados pela necessidade de minimizar os impactos negativos na vítima, contribuindo para proteger os seus direitos (Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, 2016). Todas as ações têm um resultado, começando na prevenção criminal, a resposta inicial/atendimento, o acompanhamento das vítimas e a investigação criminal (DGAI, 2013). Os modelos de intervenção, de acordo com o Manual de Policiamento da VD, consistem em três domínios: Resposta Inicial (1.^a Linha), Proteção Policial e Prevenção da Revitimação (1.^a e 2.^a Linha) e Investigação Criminal (2.^a Linha).

2.3.1. 1.^a Linha de Intervenção – Patrulheiros

A 1.^a Linha de Intervenção é a primeira linha de resposta, podendo ser de carácter mais operacional, materializando o primeiro contacto quer com a vítima quer com o agressor, competindo-lhes nas primeiras diligências assegurar a proteção dos intervenientes ao ter conhecimento das ocorrências e a elaboração do respetivo expediente (DGAI, 2013).

A GNR intervém na proteção das vítimas, contribuindo a avaliação do risco de revitimação¹² para conhecimento dos militares, devendo adotar um policiamento proativo nesses locais como forma de prevenção, e se necessário, de atuação (Gonçalves, 2015).

A avaliação do risco é efetuada através da ficha RVD-1L¹³, pretendendo auxiliar a intervenção dos elementos da GNR na análise do nível de risco nas situações de VD para promover a segurança das vítimas. É um instrumento que é aplicado aquando da elaboração do Auto de VD sendo preenchido com as informações disponíveis (ver Anexo D).

¹² A revitimação sobre uma pessoa ocorre quando mais do que um crime é praticado num determinado espaço de tempo.

¹³ A ficha RVD-1L é elaborada numa primeira ocorrência e a ficha RVD-2L é aplicada à vítima para uma reavaliação do risco, não sendo os resultados da avaliação definitivos, mas são uma probabilidade.

A Ficha RVD-1L é composta por 20 itens com as respostas de “Sim”, “Não” e “NA” que corresponde a “Não se aplica”, ou seja, “Desconhecida”. As respostas da vítima, resultam numa atribuição de um grau de risco, contudo, as respostas podem não ser taxativas, a experiência dos militares poderá resultar numa alteração do grau de risco inicialmente calculado. A tabela seguinte demonstra como é feito o cálculo da avaliação do risco consoante as respostas:

		Nº de itens assinalados com “NA/D”											
		0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11-20
Nº de itens assinalados com “SIM”	0-2	B											M
	3	B	B	B	B	B	B	B	B	M	M	M	
	4	B	B	B	B	M	M	M	M	M	M	M	
	5	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	E	
	6	M	M	M	M	M	M	M	M	E	E	E	
	7	M	M	M	M	M	M	E	E	E	E	E	
	8	M	M	M	M	E	E	E	E	E	E	E	
	9	M	M	E	E	E	E	E	E	E	E	E	
	10-20	E											
Legenda: B= Baixo; M= Médio; E = Elevado													

Fonte: Ficha RVD-1L

O preenchimento da Ficha RVD-1L e a atribuição de um grau de risco não são apenas para uma boa instrução do processo, mas são sobretudo para uma valoração das questões formuladas pelos patrulheiros, pelas autoridades judiciais e pela própria vítima. De acordo com o nível de risco identificado, importa atender a um conjunto de procedimentos, como os procedimentos elencados no Anexo E, consoante o nível de risco atribuído de grau “Baixo”, “Médio” ou “Elevado” (Castanho & Quaresma, 2014).

A resposta da vítima é crucial para a proteção das pessoas envolvidas, resultando em comportamentos proativos, assertivos e de apoio por parte do elemento policial que são fundamentais para a segurança da vítima e prevenção da revitimação (DGAI, 2013).

Nas situações em que o volume processual não permita a avocação de todos os inquéritos, o NIAVE deve dar prioridade aos inquéritos de risco Médio de maior complexidade ou com fatores de perigo associados e de risco Elevado. De acordo com a NEP 9.04.01, de 21 dezembro, os inquéritos de risco Baixo e risco Médio poderão ser investigados pelas Secções de Inquérito (SI), resultando em respostas céleres, proporcionando um sentimento de segurança e de apoio a todas as vítimas.

A Resolução de Conselho de Ministros n.º 139/2019, de 19 de agosto, aprova as medidas de prevenção e combate à VD, nomeadamente os mecanismos a adotar pela GNR, PSP e PJ nas 72 horas subsequentes à apresentação de denúncia por maus-tratos cometidos em contexto de VD (XXII Governo Constitucional, 2020). Assim, de acordo com a Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro, no n.º 1 do art.º 29.º - A, o OPC que tenha conhecimento da denúncia, sem prejuízo das medidas cautelares e de polícia adotadas, o MP, caso não se decida pela avocação, determina ao órgão de polícia criminal a tomada de medidas de proteção à vítima, a realização de atos processuais urgentes de aquisição de prova e a promoção de medidas de coação relativamente ao arguido.

Os OPC devem identificar e proceder à inquirição de vítimas/testemunhas¹⁴ - Como refere o Acórdão do Tribunal de Lisboa¹⁵, neste tipo de crime, as declarações das vítimas devem ter uma ponderada valoração devido a terceiros não quererem se intrometer na vida privada do casal. A vítima acaba muitas vezes por não depor devido ao medo de futuras agressões, receio que o agressor seja preso e não ter capacidade económica de se auto sustentar a si e/ou à sua família, ou por receio de exposição da sua vida privada. Esta recusa em depor e a dificuldade na obtenção de outros meios de prova, tende a resultar em absolvição do arguido pelo princípio *in dubio pro reo* por falta de prova e arquivamento dos inquéritos em fase de instrução, não chegando a julgamento (Lopes, 2013).

Deve ser efetuada a documentação fotográfica de todos os sinais do episódio, tanto das lesões das pessoas como de todos os meios de prova (vestuário, impressões digitais, sangue, armas, objetos, entre outros). As primeiras fotografias são retiradas num enquadramento geral do cenário de crime, enquanto as segundas são fotografias tiradas ao pormenor, constituindo um elemento probatório importante para o processo (DGAI, 2013).

No caso de terem ocorrido agressões físicas/sexuais, devem ser preservadas as mãos da vítima, evitar que a mesma se lave, preservar a sua roupa para manter eventuais vestígios e deve ser dirigida à urgência hospitalar mais próxima para assim que possível, ser sujeita a um exame médico-legal. No caso de menores de 16 anos, seria uma boa prática “a condução do menor pelo OPC ao Gabinete Médico-Legal, ou ao Hospital se razões terapêuticas se sobrepuserem às de recolha de vestígios” (Albano *et al*, 2016).

¹⁴ Os descendentes, ascendentes, irmãos, afins até ao segundo grau, adotantes, adotados e cônjuge do arguido podem recusar-se a depor de acordo com o art.º 134.º do CPP. No caso de serem menos de 16 anos, cfr. art.º 349.º do CPP.

¹⁵ Acórdão do Tribunal de Relação de Lisboa, de 6 de junho de 2001, no âmbito do processo n.º 0034263.

Quando se obtém a notícia da existência de armas no local ou se toma conhecimento no local, os elementos da GNR têm de ter em conta a necessidade de realizar uma Busca Domiciliária ou Busca Não-Domiciliária, assim como a apreensão de armas¹⁶. A autorização da busca, bem como das apreensões cabe à AJ competente, exceto se a vítima der o consentimento por escrito onde autoriza a realização destas¹⁷ ou no caso de flagrante delito (FD).

A elaboração de medidas de proteção, ainda que a vítima não se afaste do agressor, pode ser efetuada através de um plano individual de segurança (PIS) para “formular um conjunto de estratégias para aumentar o seu grau de segurança nas diferentes situações de risco ou de violência por que pode passar” (Fernandes *et al*, 2016, p. 45). Pode ser elaborado um PIS apenas à pessoa em causa ou pode ser elaborado um plano de segurança em rede, no caso de ser uma situação de elevado risco, com crianças em perigo e exista a necessidade de cuidados de saúde (DGAI, 2013).

Deve-se apreender os dados informáticos e os “objetos que tiverem servido ou estivessem destinados a servir a prática de um crime (...) assim todos os objetos que tiverem sido deixados pelo agente no local do crime ou quaisquer outros suscetíveis de servir a prova”¹⁸. As apreensões têm de ser autorizadas pela AJ competente¹⁹, contudo, estas apreensões podem ser feitas pelos OPC sem prévia autorização no decurso de pesquisa informática legitimamente ordenada e executada, bem como quando haja urgência ou perigo na demora ou o consentimento da vítima com registo dessa autorização, como definido no n.º 3, alínea a) e alínea b) do art.º 15.º da Lei n.º 109/2009, de 15 de setembro.

O Manual de Atuação de 72 horas tem especial aplicabilidade na clarificação dos procedimentos tendentes ao recurso às formas de processo sumário e abreviado, nomeadamente a detenção em FD²⁰, quando o crime é presenciado pela AJ ou OPC, no quase flagrante delito (ainda o agressor no local) e a presunção de flagrante delito.

Assim, devido à natureza urgente dos processos por crime de VD, estes procedimentos elencados visam potenciar a utilização de formas de processo que estão estabelecidas no nosso ordenamento jurídico, através da celeridade de aquisição dos meios de prova (Conselho de Ministros, 2019).

¹⁶ Cfr. n.º 1 do art.º 178.º do CPP.

¹⁷ Cfr. n.º 3 do art.º 178.º do CPP.

¹⁸ Cfr. n.º 1 do art.º 178.º do CPP.

¹⁹ Cfr. n.º 1 do art.º 15.º da Lei n.º 109//2009, de 15 de setembro.

²⁰ Cfr. n.º 2 do art.º 256.º do CPP.

2.3.2. 1.^a e 2.^a Linha de Intervenção - Prevenção

O ambiente familiar, pode representar um lugar violento, pelo que algumas atitudes e comportamentos que os adultos, as crianças ou jovens manifestam em determinadas áreas ou setores podem indiciar vivências em contexto de VD. A prevenção do crime é desejável à reação ao crime e é “fundamental conhecer as expressões da problemática, os procedimentos e os recursos que permitam zelar e promover o bem-estar, a qualidade de vida e a segurança” (XXII Governo Constitucional, 2020).

A prevenção da VD consiste nas medidas estratégicas que visam cessar este tipo de violência assim como as mudanças, as atitudes e as crenças da sociedade. Estas medidas incluem ações de sensibilização que permitam à sociedade aceitar a igualdade de género, prevenir a violência e as campanhas de sensibilização e de prevenção de revitimação (Conselho da Europa, 2019). No ordenamento jurídico português, através da Lei n.º 55/2020, de 27 de agosto, está definido quais são os crimes de prevenção prioritária, nomeadamente através do art.º 4º alínea c) está inserido o crime de VD.

No “V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género” as áreas estratégicas definidas demonstram que a prevenção está presente tanto na primeira linha da intervenção como na segunda linha de intervenção.

Neste plano, na área de “Prevenir, sensibilizar e educar”, estão inseridas todas as campanhas, seminários e conferências elaboradas que reconhecem as melhores práticas e difundem informações para alertar e prevenir (XXII Governo Constitucional, 2020).

O Conselho da Europa (2019), considera crucial o papel destas ações para expandir a atenção da comunidade e das vítimas para as encorajar a reportarem estes casos. Deve existir no sistema educacional a temática de igualdade de género, educação sexual para incutir os valores de respeito, os papéis de género não estereotipados, o respeito mútuo, a resolução não violenta dos conflitos nas relações interpessoais, a violência de género exercida contra as mulheres e o direito à integridade pessoal, como determinado no art.º 14.º da Convenção de Istambul (Conselho da Europa, 2019).

Também é relevante destacar a área de “Formar e qualificar os profissionais”, para possibilitar os militares da GNR a procederem a uma avaliação do impacto/danos causados pela VD, dos recursos e das capacidades da vítima. A formação é importante na capacitação de atuação dos militares, contribuindo para uma intervenção assertiva todo o conjunto de estratégias que aumentam o grau de segurança das vítimas nas diferentes situações de risco ou de violência (Fernandes *et al.*, 2016).

2.3.3. 2.^a Linha de Atuação – NIAVE

Quem investiga deve ter o máximo de informação dos factos que resultaram no crime e o detalhe das informações reunidas permite avaliar o risco, a existência de um comportamento contínuo, além de outros fatores relevantes para compreender o caso (DGAI, 2013).

A LOIC²¹, no seu art.º 1.º, avança com uma definição de IC, descrevendo-a como todo o conjunto de diligências que, nos termos da lei processual penal, se destinam a averiguar a existência de um crime, determinar os seus agentes e a sua responsabilidade e descobrir e recolher as provas no âmbito do processo.

O CPP, no n.º 1 do art.º 262.º, determina que o inquérito compreende o conjunto de diligências que visam investigar a existência de um crime, determinar os seus agentes e a responsabilidade deles, descobrir e recolher as provas em ordem à decisão sobre a acusação, ou seja, a IC.

A IC ocupa um papel fundamental no decorrer do processo, servindo para “identificar o objeto do processo e, simultaneamente, promove as suas finalidades, tais como a descoberta da verdade, a realização da justiça, a defesa dos direitos fundamentais dos cidadãos e o alcance da paz jurídica e pública” (Castro, 2016, p. 7).

Embora as presenças de indícios no local possam corresponder a uma agressão, a análise do sangue, de outros líquidos ou de outros meios de prova são importantíssimos para estabelecer a relação de causalidade²² e para a sustentação da investigação (DGAI, 2013).

Os NIAVE pretendem sensibilizar toda a estrutura da GNR e a sociedade em geral, para a problemática da VD através da implementação de equipas especializadas no tratamento desta matéria. Com uma abordagem abrangente e pluridisciplinar, a ação dos NIAVE dá resposta às necessidades sociais, judiciais e locais, focalizando a sua ação nos agentes do crime, nas vítimas e nas causas da violência (Escola da Guarda, 2015). Possuem uma competência concorrente com os órgãos de IC, competindo-lhes investigar os casos com maior complexidade exercendo tarefas de apoio à vítima, investigação, condução de processos, tratamento da informação, envolvimento na formação e no relacionamento com outras entidades intervenientes em situações de VD (Escola da Guarda, 2015).

²¹ Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto.

²² Relação de causa e efeito que deve existir entre o dano medicamente diagnosticado e o traumatismo que o provocou” (Oliveira *et al*, 2017, p. 7).

A GNR (2014a) atribui como principal competência dos NIAVE proceder à investigação dos crimes cometidos, essencialmente, contra as mulheres, as crianças, os idosos e outros grupos de vítimas especialmente vulneráveis, prestar o apoio, assim como colaborar com a AJ no acompanhamento dos casos mais críticos, designadamente, através da avaliação do risco de forma contínua²³.

O objetivo geral dos NIAVE é melhorar a qualidade de resposta policial com respostas de carácter psicossocial e judicial às vítimas específicas (mulheres, menores, idosos e pessoas com deficiência) atuando em três níveis de intervenção: Policial, Processual-Penal e Psicossocial. A Intervenção Policial materializa-se nas reações às ocorrências, sinalização de situações de VD, acompanhamento e identificação de casos, atendimento e proteção às vítimas e interrogar os agressores. Relativamente à Intervenção Processual-Penal, consubstancia-se nas comunicações ao MP, nos atos cautelares necessários e urgentes por forma a assegurar os meios de prova e proceder à investigação dos crimes da sua competência. Por fim, a intervenção psicossocial resulta no apoio prestado por militares do NIAVE às vítimas, bem como a relação de proximidade que se estabelece entre ambos (Gonçalves 2015).

Nas ocorrências em FD, nas situações de perigo quando existir continuidade da atividade criminosa ou se tal se mostrar imprescindível à proteção da vítima, bem como a preservação de vestígios, deverão ser imediatamente comunicadas ao militar do NIAVE de serviço, não obstante do militar de 1.ª Linha de Intervenção fazer cessar o delito, assegurar de imediato a proteção da vítima e garantir a adoção das medidas cautelares e de polícia (XXII Governo Constitucional, 2020). Cabe ao militar do NIAVE apoiar em todo o momento as ações dos militares de 1.ª Linha de Intervenção e está definido na NEP/GNR 09.04.01²⁴ que o militar do NIAVE em serviço desloca-se ao local quando:

- i. Ocorram ofensas à integridade física graves²⁵ (art.º 144.º CP);
- ii. Caso seja necessária uma inspeção judiciária pelos NAT, especialmente nos crimes de cenário, caso haja vestígios no local para recolher ou nas vítimas;
- iii. Outras situações, em que seja importante, recolher prova relevante para o processo, nomeadamente prova testemunhal e prova digital forense.

²³ Despacho n.º 18/14 – OG, de 11 de dezembro, do Comandante-Geral da GNR.

²⁴ Norma de execução Permanente do Funcionamento dos NIAVE.

²⁵ Cfr. art.º 144.º do CPP.

O militar do NIAVE poderá deslocar-se ao local da ocorrência, no âmbito das suas competências e também fora das situações referidas anteriormente caso assim o entenda.

De acordo com os Comandos Territoriais, o efetivo das SI e dos NIAVE divergem ao nível de Portugal Continental, onde dos 44.390 militares existentes na GNR, 669 militares estão nas SI (ver Anexo F) e 101 militares estão colocados nos NIAVE (RASI, 2020).

A VD em Portugal tem registado um grande número de ocorrências e de mortes. Em 2019, um dos crimes mais registados foi o crime de VD, apresentando 7,4% da criminalidade participada (RASI, 2020).

De acordo com o Observatório de Mulheres Assassinadas (OMA), entre o ano de 2004 e o ano de 2019 registaram-se 533 óbitos e o número de mortes anual por VD tem aumentado, com um registo de 30 óbitos no ano de 2019 (OMA, 2019).

Face ao exposto, a Guarda Nacional Republicana propôs alterações²⁶ à sua estrutura e ao seu funcionamento com vista a fortalecer a atuação dos NIAVE. Assim, a Direção de Investigação Criminal (DIC) propôs uma revisão dos Quadros Orgânicos de Referência, propondo o aumento do efetivo de 90 militares para 155 militares distribuídos pelos 24 NIAVES, variando estes do Tipo I (maior número de ocorrências) ao Tipo V (menor número de ocorrências) como consta na tabela seguinte:

Tabela n.º 3 - Proposta de efetivo dos NIAVE

ANO 2019 CTer / Tipo	CRIMES VD	CRIMES MT	TOTAL	NIAVE Tipo	Efetivo
Porto I	2.091	48	2.139	I	21
Aveiro I	1.560	45	1.605	I	17
Setúbal I	1.310	64	1.374	II	16
Braga I	1.306	29	1.335	II	15
Lisboa I	1.119	58	1.177	II	13
Faro I	1.040	35	1.075	II	11
Viseu II	733	19	752	III	9
Santarém II	663	24	687	III	8
Coimbra II	610	11	621	III	7
Leiria II	589	10	599	III	7
Viana do Castelo III	443	11	454	IV	6
Castelo Branco III	422	9	431	IV	5
Vila Real	366	7	373	IV	4
Guarda III	334	7	341	V	4
Évora III	244	7	251	V	3
Beja III	241	7	248	V	3
Bragança III	241	6	247	V	3
Portalegre III	183	9	192	V	3
	13.495	406	13.901		155

Fonte: DIC (2020)

²⁶ Proposta da Direção de Investigação Criminal através do documento n.º 1295206-202007.

Relativamente ao funcionamento, é garantido um apoio especializado disponível 24 horas por dia, às situações de VD, Maus-Tratos e Autodeterminação Sexual, conforme o recomendado no Relatório da Comissão Técnica Multidisciplinar e na Resolução do Conselho de Ministros n.º 139/2019, que refere a criação de uma Rede de Urgência de Intervenção.

Como está definido na NEP/GNR 09.04.01, compete ao militar do NIAVE no local de ocorrências:

- i. A responsabilidade na tática da condução das inspeções oculares e acionar os NAT caso existam vestígios no local a recolher, ou nas vítimas, sem prejuízo da competência técnica do NAT;
- ii. Recolher e assegurar os meios de prova digital;
- iii. Inquirir vítimas, testemunhas e agressor(a), quando estejam reunidas as condições para tal;
- iv. Comunicação imediata ao Ministério Público das situações mais graves;
- v. Requerer à Autoridade Judiciária os atos processuais urgentes de aquisição de toda a prova que habilitem no menor tempo possível, sem exceder as 72 horas, a tomada de medidas de proteção da vítima e a promoção de medidas de coação relativamente ao arguido(a);

Os NIAVE têm um papel fundamental na inquirição e é crucial criar um ambiente confortável e seguro o suficiente para facilitar o processo comunicacional. A “vítima tem direito a ser ouvida em ambiente informal e reservado, devendo ser criadas as adequadas condições para prevenir a vitimização secundária e para evitar que sofra pressões”²⁷ sendo certo que a informação adquirida irá influenciar os resultados da investigação, a proteção conferida à vítima e uma efetiva acusação consubstanciada no agressor (MAI, 2013).

A capacidade de empatia, inquirição e a interação são muito importantes para o sucesso das investigações. Para a aquisição destas capacidades, preconiza-se para as forças de segurança, à semelhança de outros OPC, um sistema de formação²⁸ complementado por um sistema de monitorização da qualidade para disponibilizar uma intervenção eficaz e eficiente (Gemito, Lopes & Pinheiro, 2012)

²⁷ Cfr. n.º 1 do art.º 22.º da Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro.

²⁸ “Apenas através da formação dos agentes do Estado é que se podem resolver situações sociais complexas” (MAI, 2013, p. 17).

CAPÍTULO 3. CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO CIAVE

“Quem cedo e bem aprende, tarde ou nunca esquece”

William Shakespeare

Tem se verificado na atualidade uma crescente globalização caracterizada pela complexidade e multiplicidade de atores e das relações sociais que reestruturam o conceito de segurança e exigem permanentemente uma capacidade de antecipação, acompanhamento e adaptação dos fenómenos criminais, das ameaças e riscos à segurança das pessoas e bens por parte da Guarda Nacional Republicana. Neste capítulo, irá ser abordada a importância da formação especializada dos militares na temática da VD e a estrutura pedagógica do Curso de Investigação e Apoio a Vítimas Específicas (CIAVE).

3.1. Enquadramento do curso de especialização CIAVE

Atualmente, face ao elevado ritmo de transformações nos domínios científico e tecnológico, a maioria dos processos de mudança nas organizações envolve direta ou indiretamente intervenções focalizadas na formação dos seus recursos humanos, o que revela, que a qualificação tem vindo a ganhar importância nas organizações (MAI, 2019).

A linha de ação principal do Estatuto dos Militares da Guarda Nacional Republicana aprovado pelo Decreto-Lei n.º 30/2017, de 22 de março, assenta na valorização da carreira militar e com a salvaguarda das suas especificidades. São várias as especialidades desenvolvidas pela GNR, onde através do Despacho n.º 281-19 OG, de 7 de dezembro, é definido na especialização de “Investigação Criminal”, a especialização “Investigação e Apoio a Vítimas Específicas” com o Comando Operacional como órgão técnico responsável.

No caso da VD, apenas podem exercer funções ou desempenhar cargos nas especializações, os militares que estejam habilitados com o respetivo curso de especialização²⁹.

²⁹ Despacho n.º 281-19 OG, de 7 de dezembro.

Atualmente existe uma transformação a elevado ritmo nos domínios científico e tecnológico. A maior parte das mudanças nas organizações envolvem direta ou indiretamente intervenções focalizadas na formação dos seus recursos humanos, o que revela, que a qualificação tem vindo a ganhar uma maior importância nas organizações (Guarda Nacional Republicana, 2009). Assim, é através do Despacho n.º 16/09-OG que é aprovado o CIAVE que entrou em vigor em 15 de maio de 2009.

A formação na Guarda Nacional Republicana caracteriza-se pelo conjunto de atividades pedagógicas, educacionais e formativas que visam a aquisição de competências, conhecimentos técnico-profissionais, formas de comportamento e atitudes que são exigidas para o exercício das funções e que devem ser encaradas para preparar o militar para um melhor desempenho, melhorar a qualidade de serviço prestado à sociedade e para reforçar as suas competências (Guarda Nacional Republicana, 2009).

O CIAVE visa a “promoção de conhecimentos e o desenvolvimento de competências para o desempenho de funções nos Núcleos de Investigação e Apoio a Vítimas Específicas dos Comandos Territoriais”³¹. O CIAVE realiza-se consoante as necessidades assim o exigirem, mediante proposta da DIC, com o seu planeamento e execução da responsabilidade do Comando de Doutrina e Formação e execução por parte da Escola da Guarda, podendo em matérias específicas ser solicitado o apoio de entidades externas à GNR³⁰.

No Plano Anual de Formação Conjunta (XXII Governo Constitucional, 2020), de acordo com o relatório final da comissão técnica multidisciplinar, apresentado ao Governo no dia 28 de junho de 2019, refere que foram identificadas fragilidades na formação, no âmbito da Violência contra as mulheres e a Violência Doméstica, nos seguintes níveis:

- Ao nível dos conteúdos das referências de formação, o desequilíbrio entre as componentes teóricas e as componentes práticas, onde os manuais da formação são muito teóricos e direcionados para uma atuação esclarecida e os referenciais são genéricos e pouco consistentes com a prática profissional;
- Ao nível do processo e os modelos formativos, a formação é maioritariamente expositiva, falta de partilha de ideias/confronto de ideias e ausência da avaliação de impacto;
- Ao nível da estratégia de formação, existe uma ausência de diagnóstico das necessidades de formação, sendo apontada uma insuficiência de formação específica dos profissionais e falta de continuidade na formação.

³⁰ Cfr. n.º 2 do art.º 2.º do Despacho n.º 281-19 OG, de 7 de dezembro.

3.2. Estruturação do Curso CIAVE

Com o intuito de intervir adequadamente nas situações exigentes do serviço, com repercussões no desempenho operacional que se pretende eficiente e cumpridor, não só ao nível dos Direitos fundamentais dos cidadãos, mas também da integridade e brio profissional dos militares da GNR, entendeu-se ser adequado a elaboração de um manual adaptado ao CIAVE onde surgissem vertidas as temáticas essenciais de fenómenos relacionados com VD (Escola da Guarda, 2015).

A estrutura do CIAVE está reforçada através da legislação, especialmente o Código Penal e o Código Processual Penal e pretende disponibilizar informação acessível, clara e pertinente em três domínios: (1) Enquadramento teórico; (2) Enquadramento legal e (3) Procedimentos policiais a promover em situações que envolvam VD, considerando este último na sua especial particularidade no âmbito do foro psicossocial, sendo um domínio que coloca frequentemente os militares da Guarda perante verdadeiros desafios (Escola da Guarda, 2015).

O enquadramento teórico consiste em toda a temática concetual nos diversos contornos delineados pelas situações específicas de VD, complementando o enquadramento legal com os conteúdos concetuais dos quadros legislativos que tutelam as situações de VD. Por último, os procedimentos policiais consistem num conjunto de passos, orientações e práticas a seguir que possam ser de utilidade imediata para proporcionar um melhor apoio à vítima, contribuir para uma qualidade na primeira intervenção e a posterior investigação criminal (Escola da Guarda, 2015).

O CIAVE está composto por uma fase de preparação, em regime não presencial, com a duração mínima de 30 dias, durante a qual os formandos recebem documentação jurídica e de enquadramento das temáticas que estão previstas na estrutura curricular do Curso⁽³¹⁾. Após a fase de preparação dos formandos das matérias a serem abordadas, dá-se a passagem para a fase presencial composta pelo Módulo A – Violência e Vitimologia e o Módulo B: Métodos e Técnicas de Investigação Criminal³², com a duração de cinco dias, com um total de 30 horas de formação e realiza-se na Escola da Guarda³³.

O Módulo. A: “Violência e Vitimologia”, está repartido em oito disciplinas, referidas no Anexo G e o Módulo B: “Métodos e Técnicas de Investigação”, consiste em seis

³¹ Cfr. n.º 1 do art.º 6.º do Despacho n.º 16/19 OG.

³² Cfr. al. b) do n.º 1 e n.º 2 do art.º 6.º do Despacho n.º 16/19 OG.

³³ Cfr. art.º 7.º do Despacho n.º 16/19 OG.

disciplinas representadas no Anexo H (Escola da Guarda, 2015). O CIAVE está estruturado para uma semana, com a exposição do horário do 13.º CIAVE realizado em 2019, conforme o Apêndice F. Através da análise do mesmo, constata-se que o curso tem três partes, parte teórica, parte prática e avaliação da formação num total de 29 horas e 10 minutos.

Na parte teórica estão abrangidos os temas “Projeto o Programa IAVE”, “Exames Forenses a Dispositivos Eletrónicos - Boas Práticas”, “Visionamento e Extração de Fotogramas”, “Os NAT e a recolha de prova” e os “Direitos das Crianças” ocupando cada tema 50 minutos (2,86% do tempo total). Seguidamente, os “Métodos e Técnicas de Recolha de Prova - Perspetiva Médico-Legal”, a temática “Abordagem Intergeracional - Proteção Eletrónica”, “Técnica de Investigação da Violência Doméstica – Inquérito”, “Vitimologia e a Psicossociologia das vítimas”, “Psicossociologia dos agressores no programa de agressores de VD e funcionamento Vigilância Eletrónica”, “As crianças como sujeito processual” e “Homicídios Consumados que tenham origem nas relações de intimidade - contributos para a prevenção”, ocupando cada tema 1 hora e 40 minutos (5,71% do tempo total). Os “Procedimentos a adotar na aquisição da notícia do crime de VD”, ocupa uma manhã da formação com 3 horas e 20 minutos (11,43% do tempo total).

Na parte prática, constam "Situações práticas na Investigação de Maus-tratos a idosos e Fichas de Avaliação de Risco" que corresponde a 50 minutos de exercício prático (2,86% do tempo total), um exercício prático a ser desenvolvido pela entidade formadora em 1 hora e 40 minutos (5,71% do tempo total) e por fim uma exposição de "Psicologia do Testemunho/Técnicas entrevista" cominando num exercício prático em 1 hora e 40 minutos (5,71% do tempo total).

Por fim, a avaliação e correção das provas de avaliação do curso são feitas em três momentos correspondendo a um tempo total de 5 horas (17,14% do tempo total), com o encerramento do curso (Outras modalidades) em 50 minutos (2,86% do tempo total).

Tabela n.º 4. - Estrutura temporal do CIAVE

	Tempo ocupado na formação
Parte Teórica	65,70%
Parte Prática	14,28%
Avaliação/Correção	17,14%
Outros	2,86%

Fonte: Elaboração própria

CAPÍTULO 4. METODOLOGIA, MÉTODOS E MATERIAIS

4.1. Metodologia e procedimentos

Este Trabalho de Investigação Aplicada é desenvolvido nos termos da legislação em vigor para o ensino universitário, realizado para a obtenção de “uma especialização, de natureza académica, com recurso à atividade de investigação, de inovação ou de aprofundamento de competências profissionais”³⁴, o qual é exigido nos ciclos de estudos integrados para obtenção do grau de mestre (Academia Militar, 2015).

Como um “processo ou método para atingir um fim”, a metodologia é fundamental para a resolução dos objetivos da investigação. O método científico consiste em todo o “conjunto de procedimentos e normas que permitem produzir conhecimento” (Sarmiento, 2013, p. 4), “com maior segurança e economia (...) traçando o caminho a ser seguido, detetando erros e auxiliando as decisões do investigador” (Freixo, 2012, p. 88).

Segundo Quivy & Campenhoudt (2013), o procedimento científico é um conjunto de atividades semelhantes a uma peça de teatro composta por três atos: os atos começam com a rutura, seguida da construção e por fim a verificação/experimentação e, sete cenas: a questão central, a exploração, a problemática, a construção do modelo de análise, a observação, a análise das informações e as conclusões.

Com o objetivo de explorar evidências e ideias preconcebidas, a rutura teve início através da elaboração da questão central, consistindo num “primeiro fio condutor tão claro quanto possível” (Quivy & Campenhoudt, 2013, p. 31). Seguidamente realizou-se a exploração, incidindo sobre obras literárias, artigos e documentos oficiais (Quivy & Campenhoudt, 2013), que serviram de base desde o Capítulo 1 ao Capítulo 3 e de entrevistas³⁵. Através da análise da literatura, foi formulada a seguinte **QC**: “Quais são os conteúdos do curso CIAVE que podem potenciar a eficiência da intervenção dos NIAVE?”.

Para a elaboração do trabalho recorreu-se às normas para a redação de trabalhos de investigação da Academia Militar³⁶ e às normas APA³⁷, 6.^a edição.

³⁴ Conforme o art.º 20.º do Decreto-lei n.º 115/2013, de 7 de agosto.

³⁵ As entrevistas foram realizadas a todos os Chefes do NIAVE.

³⁶ NEP n.º 522/ 1.ª, de 20 de janeiro de 2016 – Direção de Ensino da Academia Militar.

³⁷ *American Psychological Association*.

O segundo ato, a construção, levou à construção de um modelo de análise (ver Apêndice I), reportando-se a um “conjunto de conceitos (...) logicamente articulados entre si” (Quivy & Campenhoudt, 2013, p. 139).

Para alcançar uma resposta fundamentada à QC e alcançar os objetivos específicos, foram elaboradas as seguintes Questões Derivadas (QD):

QD1: Quais são as diligências a serem efetuadas pelos militares na 1.^a Linha de Intervenção nas ocorrências de VD?

QD2: De que forma estão articuladas as intervenções da 1.^a Linha com a 2.^a Linha de Intervenção?

QD3: Como está estruturado o curso CIAVE?

QD4: Quais são os conteúdos que devem estar presentes no curso CIAVE?

QD5: A componente prática é importante nesta especialização?

QD6: A duração do curso está ajustada às exigências e às qualificações necessárias para intervir nos casos da VD?

Após finalizar a etapa da construção do modelo de análise, surge a verificação/experimentação, que se consubstanciou no trabalho de campo e nas Conclusões.

4.2. Método de abordagem da investigação

Sarmiento (2013, p. 7) refere que “numa investigação pode ser utilizado mais do que um método para que sejam encontradas as respostas para a (...) investigação”.

Na elaboração do presente trabalho de investigação, foram utilizados dois métodos de investigação científica: Numa primeira fase o método histórico, onde é feito a análise documental e a revisão da literatura “produzida pelo investigador relativamente a fontes primárias, fontes secundárias e fontes bibliográficas” (Sarmiento, 2013, p. 27).

Seguidamente, o método inquisitivo³⁸, uma fase importante da investigação com uma abordagem qualitativa através da realização das entrevistas³⁹ aos militares que estão a chefiar os NIAVE que “assenta em estratégias de pesquisa para observar e descrever comportamentos, com a finalidade de fornecer uma caracterização precisa das variáveis envolvidas” (Freixo, 2012, p. 117).

³⁸ Segundo, Sarmiento (2013, p. 8), o método inquisitivo é baseado no interrogatório escrito e oral

³⁹ Realização de entrevistas não presenciais.

4.3. Técnica de recolha de dados

Os dados recolhidos são essenciais para a elaboração da abordagem concetual, constituindo-se a recolha dos dados um processo organizado com o objetivo de obter informações, onde “a natureza do problema de investigação determina o tipo de métodos de colheita de dados a utilizar” (Fortin, 2009, p. 239).

A recolha de dados foi realizada através da pesquisa de fontes primárias como documentos internos da GNR, relatórios de instituições e jurisprudência no âmbito da VD. Para complementar, foram utilizadas fontes secundárias como obras de outros autores relevantes para este trabalho de investigação e a análise documental de fontes bibliográficas.

No trabalho de Campo (Capítulo 4), visando a observação indireta, foi elaborado uma Carta de Apresentação juntamente com o Guião de Entrevista⁴⁰ (Quivy & Campenhoudt, 2013). As entrevistas são uma forte técnica de aquisição de dados permitindo adquirir “informações e elementos de reflexão muito ricos e matizados” (Quivy & Campenhoudt, 2013, p. 192). As entrevistas realizadas são subjetivas, referindo-se a uma abordagem qualitativa (Sarmiento, 2013), consistindo num conjunto de perguntas diretivas. A entrevista diretiva permite ao entrevistado falar abertamente, incluindo falar sobre outros assuntos relacionados com a pergunta, mas direcionada para os objetivos pretendidos (Quivy & Campenhoudt, 2013, p. 193).

4.4. Tratamento de dados

Às entrevistas é feita uma análise de conteúdo que “tem uma dimensão descritiva que visa dar conta do que nos foi narrado e uma dimensão interpretativa que decorre das interrogações do analista face a um objeto de estudo” (Guerra, 2006, p. 62). Seguidamente, são elaborados quadros de análise qualitativa que permitem expor os dados recolhidos e “facilitar a comparação longitudinal das entrevistas” (Guerra, 2006, p. 73).

A análise de conteúdo, permite sistematizar as informações transmitidas pelos entrevistados ao “contar ao leitor o que nos disseram os entrevistados”, agregando “as diferentes lógicas do que nos foi contado” (Guerra, 2006, p. 77). Ao cruzar as informações transmitidas pelos vários entrevistados, é identificar as mesmas perceções/problemáticas permitindo retirar ilações mais sólidas que contribuem para os resultados da investigação.

⁴⁰ Ver Apêndice H referente ao Guião de Entrevista

4.5. Amostragem - Entrevistados

A amostragem é de conveniência, na medida em que os entrevistados selecionados caracterizam-se por serem profissionais que exercem funções de comando e controlo sobre a atividade policial, nomeadamente no âmbito da VD. Através do quadro apresentando, estão as referências aos vinte e quatro Chefes do NIAVE inquiridos:

Tabela n.º 5 - Entrevistados

Entrevistado (E)⁴¹	Função	Local
E1	NIAVE	Aveiro
E2	NIAVE 2	Aveiro
E3	NIAVE 2	Beja
E4	NIAVE	Braga
E5	NIAVE 2	Braga
E6	NIAVE	Bragança
E7	NIAVE	Castelo Branco
E8	NIAVE	Coimbra
E9	NIAVE	Évora
E10	NIAVE	Faro
E11	NIAVE 2	Faro
E12	NIAVE	Guarda
E13	NIAVE	Leiria
E14	NIAVE	Lisboa
E15	NIAVE 2	Lisboa
E16	NIAVE	Portalegre
E17	NIAVE	Porto
E18	NIAVE 2	Porto
E19	NIAVE	Santarém
E20	NIAVE	Setúbal
E21	NIAVE 2	Setúbal
E22	NIAVE	Viana do Castelo
E23	NIAVE	Vila Real
E24	NIAVE	Viseu

Fonte: Elaboração própria

⁴¹ Os nomes dos entrevistados estão substituídos pela designação apresentada na coluna “Entrevistado (E)” da tabela n.º 5, por uma questão de proteção de dados.

“Na seleção do processo de amostragem desenvolve-se um procedimento sistemático de recolha de dados que assegure a fiabilidade e a comparabilidade desses dados”. Por isso, “o processo de amostragem deverá ser escolhido, de tal modo que a amostra final seja representativa da população” (Sarmiento, 2013, p. 75).

Tendo em consideração os objetivos desta investigação, foram ponderados quais os elementos que melhor poderiam contribuir para esta investigação. Neste sentido, não se trata de uma amostra estritamente representativa, mas que caracteriza a população em causa na sua diversidade ao longo de Portugal Continental.

Os Chefes dos NIAVE foram selecionados para inquirição neste trabalho de investigação devido à proximidade que têm com os militares tanto na primeira como na supervisão da segunda linha de atuação, compreendem as necessidades dos militares e devido à sua experiência no âmbito da VD. É importante salientar que o E8, o E12 e o E14 não têm este curso ou o seu equivalente NMUME. Os Chefes do NIAVE contribuíram para esta investigação a título pessoal e também através dos militares pertencentes aos seus Núcleos para poderem proporcionar o melhor contributo para o sucesso desta investigação.

4.6. Local e data da pesquisa e da recolha de dados

A pesquisa bibliográfica efetuou-se através da Biblioteca Virtual da Academia Militar, através dos repositórios científicos virtuais da Biblioteca de Conhecimento Online *b-on*, através do Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal, EBSCO *Discovery Service* e o Repositório Institucional da Universidade Católica Portuguesa do Porto. Os manuais e os documentos, disponíveis internamente ao nível da VD foram também fundamentais para melhor descrever e analisar os procedimentos policiais e jurídicos na resolução desta temática.

A recolha de dados das entrevistas realizadas ocorreu entre 1 de janeiro de 2021 a 31 de janeiro de 2021. Face à atual situação pandémica, disponibilidade dos Chefes dos NIAVE e dispersão territorial dos mesmos, foram enviadas as entrevistas por email aos mesmos para melhor análise, preparação e contributo das respostas disponibilizadas.

Esta investigação desenrolou-se desde o mês de novembro de 2020, com a elaboração da proposta de tema e do projeto de investigação e por fim, a finalização do trabalho de investigação em abril de 2021.

CAPÍTULO 5. APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

5.1. Método de análise de conteúdo das entrevistas

Nesta investigação ao serem inseridas questões abertas, foi utilizado a técnica de análise de conteúdo estabelecida por Sarmiento (2013), remetendo a uma “técnica sistemática e replicável, que classifica e reduz o número de palavras de texto, em categorias de conteúdo, utilizando uma metodologia científica com regras de codificação” (Sarmiento, 2013, p. 53).

Após a transcrição das entrevistas, procedeu-se à leitura das entrevistas que é um aspeto “crucial para uma boa análise de conteúdo” (Sarmiento, 2013, p. 52), iniciando por uma leitura vertical e seguida de uma leitura horizontal. A leitura vertical consiste em ler cada uma das entrevistas para “compreender a substância e o sentido dos discursos, de modo a identificar o sistema de categorias a usar no tratamento” (Sarmiento, 2013, p. 52). A leitura horizontal, consiste em ler cada uma das respostas dadas pelos entrevistados na primeira pergunta e assim sucessivamente. Esta leitura permite “codificar as respostas, ou seja, evidenciar, classificar, agregar e categorizar as respostas” (Sarmiento, 2013, p. 52).

São registados os aspetos mais importantes e relevantes em cada resposta, seguida da construção da matriz de análise de conteúdo por questão, de forma a apresentar, analisar e discutir os resultados obtidos (Sarmiento, 2013).

A análise qualitativa das entrevistas consistiu na análise da presença ou ausência de determinadas características nas respostas à entrevista. Depois de efetuar a transcrição e a leitura reflexiva⁴² das entrevistas que “é crucial para uma boa análise de conteúdo” (Sarmiento, 2013, p. 52). Inicialmente, identificaram-se nos conteúdos das perguntas os segmentos, que constituíram as unidades de registo⁴³ (UR) que estão ligadas às unidades de contexto⁴⁴ para sua compreensão. Por fim, construiu-se a matriz de análise de conteúdo composta por categorias, subcategorias, entrevistado, UR e unidades de enumeração (UE)⁴⁵.

⁴² Segundo Sarmiento (2013), consiste na leitura das entrevistas que irão ser analisadas, bem como a leitura das respostas, pergunta a pergunta (Sarmiento, 2013).

⁴³ As UR são “fragmentos mínimos de conteúdo, que exprimem uma característica ou atributo e fazem parte de uma dada subcategoria” (Sarmiento (2013, p. 54).

⁴⁴ Conforme Apêndice K.

⁴⁵ As UE “são aritméticas e contam o número de vezes que se repete a unidade de registo (as frases) numa entrevista e/ou várias” (Sarmiento (2013, p. 54).

5.2. Apresentação, análise e discussão dos resultados da pergunta n.º 1

Os resultados da análise das respostas à pergunta n.º 1 estão explanadas no Quadro n.º 7 do Apêndice J, recomendando-se a sua análise para uma melhor perceção. No que diz respeito à **pergunta n.º 1** “Apesar do crime de violência doméstica ser um crime de prevenção prioritária, como deve ser orientada a atenção dos militares após conhecimento destas ocorrências?”:

Foco na Vítima (88%) - Grande parte dos militares inquiridos remete para a importância da proteção da vítima, indo ao encontro do pensamento de (Fernandes *et al*, 2016) onde se deve “formular um conjunto de estratégias para aumentar o seu grau de segurança nas diferentes situações de risco ou de violência por que pode passar” (Fernandes *et al*, 2016, p. 45). Alguns dos entrevistados citam mesmo que a principal “*prioridade deverá ser assegurar a proteção das vítimas*” (E7), “*deverá ser prestada toda a atenção à vítima*” (E10) e “*devem em primeiro lugar colocar a vítima em segurança*” (E23).

Recolha de Prova (46%) – Quase metade dos militares inquiridos refere a importância da prova e que os militares devem fazer a “*recolha de todas as evidências que possam produzir prova visando a construção do objeto do processo*” (E2), “*atos cautelares necessários e urgentes para assegurar os meios de prova*” (E8) e “*apurar se existem testemunhas, recolher identificações, registos fotográficos da residência, de possíveis danos, pois são peças fundamentais para sustentar a prova do crime*”. Este pensamento da recolha da prova, vai ao encontro do (Conselho de Ministros, 2019) onde os procedimentos elencados visam potenciar a celeridade de aquisição dos meios de prova e fazer para reduzir o grande número de inquéritos findos que resultaram em arquivamento por falta de prova (SGMAI, 2020).

Prevenção (46%) – Metade dos militares refere que o pensamento dos militares deve também estar orientado para a prevenção de novas ocorrências de VD, onde “*deverá ser providenciado local para que estas não continuem ameaçadas*” (E7) e “*avaliar a cada momento os comportamentos (...) com vista a prevenir novos comportamentos de violência*” (E12) fazendo uso da Ficha RVD-1L com atribuição de um risco “Baixo”, “Médio” ou “Elevado” (Castanho & Quaresma).

Informar (25%) – Cerca de um quarto dos entrevistados refere que “*deve ser dado o mais rápido possível o conhecimento ao MP*” (E15), de acordo com o n.º 1 do art.º 248.º do CPP, assim como “*providenciar para que os órgãos próprios (NIAVE) tenham*

conhecimento do crime” (E3), “reportando tudo às equipas de investigação criminal responsáveis, com o máximo de pormenores possíveis” (E7).

Foco no agressor/suspeito (25%) – Um quarto dos entrevistados remete a importância das *“medidas de contenção para o agressor” (E13), “recolha de prova para aplicação das medidas de coação ao agressor”* e fazer detenção caso se *“verifiquem os pressupostos para a detenção do agressor” (E7).*

Preservar o Local (25%) – Um quarto dos entrevistados refere a importância de gerir o local de crime para preservação da prova, referindo que os militares que vão ao local não devem *“esquecer que se encontram no local de um Crime, devendo saber gerir o local, uma vez que o primeiro contacto é fundamental à investigação e descoberta da verdade” (E1).*

Celeridade (21%) – Alguns entrevistados referem que a atuação *“deve ser imediata (...) tal atuação é quase impossível (...) no entanto as salas de situação devem providenciar no sentido de disponibilizar uma patrulha “livre” para o local no mais curto espaço de tempo” (E5)* assim como a celeridade na difusão de informações às equipas de investigação (E7).

Investigação (17%) – Alguns entrevistados referem a importância da investigação. A investigação compete aos NIAVE, refere-se que deve ser alertado *“a escala de serviço do piquete do NIAVE, para que venha ao terreno e sejam eles a assumir as diligências de investigação” (E18)* e *“deve-se de imediato iniciar as diligências de investigação” (E1)* com vista a *“produzir prova visando a construção do objeto do processo” (E2).*

5.3. Apresentação, análise e discussão dos resultados da pergunta n.º 2

Os resultados da análise das respostas à pergunta n.º 2 estão explanadas no Quadro n.º 8 do Apêndice J, recomendando-se a sua análise para uma melhor perceção. No que diz respeito à **pergunta n.º 2** *“Após a intervenção em situações de VD, que fatores poderão suscitar reincidência desta tipologia de crime?”*:

Não separação do agressor (79%) – Grande parte dos entrevistados refere a não separação do agressor como um dos principais motivos de reincidência. O agressor demonstra o seu arrependimento, envolve a vítima de carinho e atenções, desculpando-se pela violência exercida, prometendo mudar de comportamento, a vítima reconcilia-se e volta-se ao início do ciclo da Violência Doméstica (APAV, 2010).

E7 aponta *“as próprias vítimas, que, em grande parte dos casos, voltam para a companhia dos agressores (...)”*. Esta decisão é complexa e como iremos ver mais à frente, está

interligada com outros aspetos. E8 aponta as questões psicológicas “(...) *quando a vítima sofre de Síndrome de Estocolmo ou patologias associadas ao agressor nomeadamente, histórico de violência familiar com desenvolvimento de comportamentos paranoides (...)*”; E3 aponta para a questão dos filhos “*A habitação em comum e as relações que a vítima/suspeito têm que ter devido aos progenitores em comum*” e E1 aponta para as questões financeiras “*Estamos perante vários fatores, desde psicológicos a financeiros*”. Existe assim uma interligação de causas apontadas pelos entrevistados, onde alguns deles citam que as vítimas se conformam com as agressões e as aceitam por necessidade.

Álcool (54%) – Mais de metade dos entrevistados refere o impacto do álcool como causa das agressões. E17 afirma que “*verifica-se a presença de fatores de risco que podem permitir uma escalada da violência, entre eles, realçamos o consumo de substâncias de abuso*”. O consumo de álcool pode eventualmente suscitar violência por parte do agressor, tratando-se de um fator de risco importante a ser analisado e detetado.

Intervenção/Não acompanhar da situação (46%) – Quase metade dos entrevistados refere que a primeira intervenção tem um impacto positivo ou negativo consoante a prestação dos militares. E13 refere que “(...) *Outros fatores fundamentais, residem na intervenção propriamente dita (...) Porém, muitas vezes, as intervenções mal sucedidas, fazem com que a vítima perca a confiança/esperança para a saída da relação violenta (...)*”. E13 refere que a forma como é feita a intervenção tem um forte impacto nas decisões tanto da vítima, como do agressor, suscitando que não é só necessário intervir, mas fazer uma boa intervenção. A atuação após a intervenção e o acompanhar da situação é fundamental, onde o E5 refere que “*A reinserção social de agressores domésticos depende sempre da dissipação do sentimento de vingança perante a ofendida e ou testemunhas (...)*”. A deteção/seguimento após o conhecimento das ocorrências é apontando como essencial, enunciando o E8 que existe “(...) *um fraco acompanhamento por parte das entidades que teriam tal responsabilidade (...)*” e o E4 aponta “*A fraca ou inexistente resposta no acompanhamento e tratamento dos agressores, que muitas vezes reincidem*”.

Financeiros (46%) – Quase metade dos entrevistados refere o impacto que a situação financeira tem no suscitar de novas ocorrências. O E14 cita “(...) *a dependência económica da vítima em relação ao arguido (...)*” e o E21 refere uma relação da questão financeira com os progenitores onde “*Por norma neste tipo de crime a vítima acaba por “perdoar” o agressor por diversos motivos, quer pela situação dos filhos ou pela situação financeira*”.

Droga (41%) – Quase metade dos entrevistados refere a droga como uma causa de novas ocorrências, sendo citado por alguns entrevistados juntamente com o álcool, como por

exemplo o E6 cita o “*álcool e droga*”, o E17 utilizada o termo de “*(...) consumo de substâncias de abuso (álcool e droga)*” e o E18 refere o “*consumo de substâncias aditivas*”. Pela análise das respostas, os entrevistados referem que há a probabilidade de relação entre o consumo de droga e do álcool como potenciador da agressividade.

Personalidade (25%) – Um quarto dos entrevistados refere a personalidade da vítima, onde a sua forma de pensar juntamente com a sua personalidade levam as vítimas a não sair desta situação. O E14 cita “*a baixa autoestima da vítima (...)*”, o E17 refere “*(...) baixa autoestima, baixa resistência a frustração, desemprego (...)*” e o E21 afirma que a vítima tem “*receio do que a sociedade possa pensar sobre toda a situação*”.

Filhos (20%) – Quase um quarto dos entrevistados aponta os filhos como uma das causas pelas quais as vítimas se submetem a estas situações. Alguns entrevistados fazem a correlação da situação económica com os seus filhos, afirmando o E14 que “*(...) o facto de terem filhos menores e esta temer que a separação vai provocar sentimentos adversos nos mesmos (...)*”.

Ciúmes (17%) – Alguns entrevistados referem os ciúmes como uma das causas de reincidência. O E11 refere “*(...) ciúmes, visionamento de telemóvel e redes sociais troca de mensagens entre a vítima e outros*” e o E18 refere “*os ciúmes excessivos*” consistindo um fator a ter em atenção aquando da investigação e seguimento dos casos de VD.

Sistema de justiça (13%) – Alguns entrevistados abordam os quadros legislativos, o E4 remete para “*(...) as respostas inadequadas do sistema de justiça (...)*”, o E7 cita que “*a moldura penal atualmente em vigor que, em grande parte dos casos, ficará muito aquém daquilo que seria expectável (...)*”. Também é abordado que as medidas em vigor não têm um grau urgente, referindo o E10 que “*está previsto na Lei 112/2009 uma série de apoios, casa, apoio jurídico, no entanto os mesmos são lentos (...)*”.

Estes fatores contribuem para a atribuição de um nível de risco “Baixo”, “Médio” ou “Elevado” (Castanho & Quaresma, 2014). Estes fatores vão ao encontro de Gonçalves (2015), estes fatores servem para a GNR intervir na proteção das vítimas, realizando a avaliação do risco de revitimação associado para policiamento proativo.

5.4. Apresentação, análise e discussão dos resultados da pergunta n.º 3

Os resultados da análise das respostas à pergunta n.º 3 estão explanadas no Quadro n.º 9 do Apêndice J, recomendando-se a sua análise para uma melhor perceção. No que diz respeito à **pergunta n.º 3** “Considera que as fichas RVD, como um instrumento de trabalho utilizado pelos OPC devem ser revistas? Se sim, de que forma?”:

Necessário (88%) – Quase a totalidade dos entrevistados concorda que as fichas RVD devem ser alvo de alterações, referindo o E9 que *“Embora considere a ficha RVD-1L importante para aferição do risco em algumas situações de VD, pois numa fase inicial é eficaz, considero que a mesma deve ser revista (...) A Ficha RVD 2-L melhora que permite uma maior flexibilidade, embora fique na mesma situação que a Ficha RVD 1-L (...)”*. Destes entrevistados, são cinco que referem que apenas uma delas deveria ser alvo de alterações, maioritariamente a ficha RVD 2-L, onde E14 refere que *“A ficha de avaliação RVD-1L, no nosso entender está bem elaborada, no entanto a ficha de reavaliação RVD 2L devia ser reestruturada”*. Das reformulações propostas pelos entrevistados foram agrupadas em quatro parcelas:

Mudança Estrutural (46%) – As mudanças apontadas ao nível da estrutura, dizem respeito à estrutura de avaliação do risco, enunciando o E2 que *“(...) a questão do álcool, a questão da ideação suicida e a questão da tomada de decisão por parte da vítima em separar-se são itens que só por si deveriam dar RISCO ELEVADO”*. Alguns entrevistados, assim como o E17, refere que *“na presença de alguns fatores de risco como posse de arma, instabilidade emocional, ameaças de suicídio e homicídio, deveriam ser suficientes para que a ficha RVD identificasse o risco como elevado”*. O E5 enuncia que *“A ficha deve ser revista no sentido de que os itens (NA/D) elevem o nível de risco (...)”*, o E12 refere que *“As fichas de avaliação de risco não deveriam se cingir a respostas sim e não, mas e na minha opinião, cada resposta sim devia ser justificada e explicado o porquê de a resposta ser sim, nomeadamente tempo lugar e modo”*. Relativamente à ficha RVD 2-L, vários entrevistados referem que deve ser distinta da ficha RVD 1-L. O E21 refere que a *“Ficha RVD 2-L deveria ser toda modificada porque se trata de uma cópia da Ficha RVD-1L, onde as respostas iriam ser as mesmas”*.

Mudança do conteúdo (77%) - As mudanças ao nível do conteúdo dizem respeito às perguntas que estão definidas. Alguns entrevistados referem que as Fichas RVD estão direcionadas para certos casos, o E9 é um desses entrevistados, referindo que *“A ficha está elaborada para conflitos conjugais, deixando de fora as demais vítimas deste crime, como*

é o caso das crianças e dos idosos”. O E13 enuncia que “(...) uma revisão seria bem-vinda, na medida em que os fatores de risco ali elencados são os mesmos e, pese embora muitos deles já tenham sido eliminados, estes vão continuar a “pesar”, propondo o E14 que a Ficha RVD 2-L “(...) devia ser reestruturada, ou seja, não conter exatamente as mesmas perguntas que a ficha de avaliação inicial (...)” e o E15 aponta que a “(...) única revisão que deveria ser na ficha RVD 2-L, onde deveria ser usada na atualidade”.

Forma de Aplicação (25%) - A forma de aplicação diz respeito à maneira como são aplicadas ou elaboradas as Fichas RVD. O E5 refere que *“A sua aplicabilidade deve ser dirigida para os factos em concretos no crime em questão e reportados no auto de notícia (espaço de tempo, circunstâncias em que o crime foi praticado)”*. Relativamente a quem aplica a ficha, o E6 refere que deve existir um melhor entendimento de quem elabora as fichas RVD, afirmando que *“(...) Também parece ser necessário um melhor entendimento do instrumento de avaliação e uma forma correta de o fazer”*, o E20 refere que *“(...) deverá haver por parte de quem faz a RVD, mais sensibilidade para colocar as questões em virtude de (...) serem descritas poucas informações (...)”* e o E15 afirma que *“Mais do que ser revisto era necessário instruir e sensibilizar mais e melhor os militares que a usam”*.

Implementação de novas fichas (25%) - Alguns entrevistados estão de acordo com a implementação de novas Fichas RVD, indo de encontro ao pensamento do E4 que refere que *“A Ficha está adequada para os crimes de violência conjugal e não para outro tipo de crimes VD (...) deveria ser criado um formulário adequado e próprio para situações de menores, idosos e de pessoas com necessidades especiais”*.

Não necessário (12%) - São poucos os entrevistados que consideram não ser necessária qualquer modificação nas Fichas RVD. O E8 considera que *“está adequada à realidade, desde que bem aplicada pelo OPC na 1.ª intervenção (...)”*, indo ao encontro dos outros entrevistados que referem ser necessário uma sensibilização dos militares aquando da primeira intervenção ao modo de como devem ser aplicadas as Fichas RVD. O E20 reforça este pensamento e considera não serem necessárias alterações, no entanto reforça que *“(...) deverá haver por parte de quem faz a RVD, mais sensibilidade para colocar as questões em virtude de em inúmeras situações, na descrição dos factos que deram lugar ao NUIPC em causa, serem descritas poucas informações (...)”*.

5.5. Apresentação, análise e discussão dos resultados da pergunta n.º 4

Os resultados da análise das respostas à pergunta n.º 4 estão explanadas no Quadro n.º 10 do Apêndice J, recomendando-se a sua análise para uma melhor perceção. No que diz respeito à **pergunta n.º 4** “Relativamente à questão anterior, se nos focarmos apenas no tópico de acesso e uso de arma de fogo, considera que esta pergunta deveria incidir diretamente no nível de risco?”:

Deve incidir diretamente no risco (88%) – Grande parte dos entrevistados concorda que o acesso e a utilização da arma de fogo devem ser um fator a incidir diretamente no risco. O E2 enuncia que *“Atentos a este meio letal, aquando da elaboração de ficha RVD-IL, só por si deveria ser considerado RISCO ELEVADO”*. O E8 considera que a arma de fogo deve ser um fator a ter em conta *“desde que cumulativamente com outros fatores associados, tais como: histórico ou episódios de utilização ou ameaça de utilização como forma de agressão ou intimidação; prática na sua utilização; existência de adições ou problemas de foro psíquico e não estarem devidamente registadas ou legalizadas”*.

Não deve incidir diretamente no risco (12%) – Alguns entrevistados consideram que a arma de fogo não deve incidir diretamente no risco final. O E5 enuncia que *“a mera existência de armas de fogo (desde que legalizadas), seja um motivo para aumentar em demasia o risco”*, o E8 refere que *“Não devia (...) sou da opinião de que, se o arguido tiver acesso fácil a armas de fogo, e mesmo que nunca tenha feito qualquer alusão ou ameaça de utilização contra a vítima, que por medida cautelar, devam ser apreendidas”*.

5.6. Apresentação, análise e discussão dos resultados da pergunta n.º 5

Os resultados da análise das respostas à pergunta n.º 5 estão explanadas no Quadro n.º 11 do Apêndice J, recomendando-se a sua análise para uma melhor perceção. No que diz respeito à **pergunta n.º 5** “Considerando o curso CIAVE como um curso de especialização na área de Investigação criminal, com a duração total de 30 horas, quais as temáticas que nele devem ser abordadas?”:

Abordar os temas através da prática (83%) – Grande parte dos entrevistados remete para a importância da prática pedagógica no curso CIAVE. Através da análise da estruturação do curso CIAVE, averiguou-se que 14,28% das trinta horas do curso dizem respeito à componente prática. Os entrevistados apontam para a vertente mais técnica/prática, referindo o E14 que *“(...) deveria existir exemplos práticos de como elaborar processos decorrentes no NIAVE (...) por exemplo dar casos (simulados) de*

situações e dividir a turma em grupos para resolver a situação (...)”, reforçando o E20 que é importante *“Dar aos militares as ferramentas para que possa executar o seu trabalho o melhor que sabe”* e o E23 propõe que, para além do aumento da vertente prática do curso *“Seria importante a existência de um estágio de uma semana para terem um melhor contacto, percepção e aprendizagem do funcionamento dos NIAVE”*. Os entrevistados reforçam a importância da prática, no que diz respeito às ferramentas utilizadas pelos militares na elaboração do expediente e relativamente às técnicas de entrevista.

Entrevista/Interrogatório (58%) – Mais de metade dos entrevistados refere a importância do tema Entrevista/Interrogatório para reforçar a capacidade técnica dos militares. Tal como o E24 refere *“Trabalhar os militares nas entrevistas e nos interrogatórios”*, são vários os militares que apontam que *“(...) deverá ter uma forte componente de tratamento processual, com forte incidência na entrevista e interrogatório”* como afirma o E4.

Temas relacionados com VD (45%) – Quase metade dos militares refere a importância da abordagem de temas ao redor da VD para uma melhor compreensão e entendimento deste crime. O E13 elenca um conjunto de temáticas que considera importantes a serem abordadas referindo que *“(...) as temáticas devem abranger, antes de tudo, o conhecimento interpessoal, de forma que cada militar possa avaliar os seus conceitos, valores e estereótipos, fundamentais para a intervenção nesta problemática. Abordar conceitos de forma histórico-cultural e a sua evolução, de forma a compreender o fenómeno da VD (...)”*. O E17, conjuntamente com outros entrevistados, refere que *“O curso deve incidir sobre a problemática da VD, aspetos históricos e estado atual; o enquadramento do crime de VD; diferenças entre VD e Maus-tratos e Ofensa a Integridade física qualificada (...)”*. O E10 destaca-se dos restantes entrevistados ao referir a importância de formar os militares com *“Técnicas de apoio psicológico aos investigadores”*, a intenção deste entrevistado pode estar relacionada com a necessidade de prestar apoio psicológico e zelar pela saúde mental dos seus militares.

Produção de prova (38%) – Mais de um quarto dos entrevistados remete para a questão da produção de prova, das várias prioridades apontadas para o CIAVE, o E2 salienta que *“Uma dessas particularidades se prende com a questão da produção de prova”*. Através da análise das estatísticas sobre a VD, constata-se existe um número considerável de arquivamento por falta de prova, o E9 aponta *“(...) no tratamento e recolha da prova digital e na compreensão e interpretação da linguagem não-verbal”*, o E13 remete para os *“Procedimentos de intervenção, protocolos de atuação, internos e externos”* que

contribuem para a preservação da prova e o E5 salienta a importância da “(...) *fotografia forense*”.

Ciências Forenses (38%) – Mais de um quarto dos entrevistados refere as Ciências Forenses e os temas da investigação criminal. O E7 refere as “(...) *diretivas e normas de ordem técnica no que concerne à investigação criminal em geral (...)*”, o E9 remete para questões de investigação criminal nomeadamente “(...) *no tratamento e recolha da prova digital e na compreensão e interpretação da linguagem não-verbal*”, o E13 fala das “*Técnicas de investigação criminal e processual*” e refere o E24 que “*Cada vez mais é importante saber recolher a prova digital forense, seria muito proveitoso a formação nesta matéria*”.

Elaboração de Documentos (38%) – Este tópico está relacionado com a vertente prática do curso. Os entrevistados apontam para “(...) *Expediente, Elaboração e organização de processos (...)*” como refere o E1 e o E14 remete para a importância do CIAVE afirmando que “*O curso tem matérias interessantes e úteis para o decorrer da atividade do NIAVE, no entanto peca por não ensinar como elaborar um processo (...)*”. O E4 reforça que “(...) *deverá ter uma forte componente de tratamento processual (...)*”.

Direito (33%) – Mais que um quarto dos entrevistados defende que “*Deveriam ser mais aprofundadas as temáticas relacionadas com o Código Penal, de Processo Penal e legislação específica relacionada com a VD (...)*” conforme refere o E7. Deve-se abordar, segundo o E13 “(...) *A evolução legislativa que nos trouxe à atualidade. Legislação vigente*” e “(...) *Toda a Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro, e legislação conexa (...)*” de acordo com o E17.

Avaliação e gestão do risco (8%) – Dois entrevistados referem ser importante este tópico através do “*Conhecer a diferença entre intervenção em situação de crise e as restantes situações na temática da VD, para intervenção diferenciada*” de acordo com o E13 e saber fazer uma “*Avaliação e gestão do risco*” de acordo com o E2.

Palestras (4%) – O E1 descreve que considera “(...) *importante as palestras de especialistas na área da VD*”.

5.7. Apresentação, análise e discussão dos resultados da pergunta n.º 6

Os resultados da análise das respostas à pergunta n.º 6 estão explanadas no Quadro n.º 12 do Apêndice J, recomendando-se a sua análise para uma melhor perceção. No que diz respeito à **pergunta n.º 6** “Relativamente à abordagem de técnicas de investigação e interrogatório, considera que é uma temática que deve ser aprofundada no curso CIAVE?”:

Considero (88%) – Quase a totalidade dos entrevistados considera que as técnicas de investigação e interrogatório devem ser aprofundadas no curso CIAVE. O E23 refere a importância da prova testemunhal dizendo que *“Uma vez que a recolha de prova neste tipo de crime assenta essencialmente na prova testemunhal, e muitas vezes os entrevistados são crianças esta temática deveria ser bastante mais aprofundada e trabalhada”*. Como se trata de uma temática complexa para a recolha da prova, o E24 considera que deve ser *“aprofundada e constantemente atualizada, porque na VD o principal meio de prova é a testemunhal, pelo que toda a técnica que exista num interrogatório deverá ministrada em formação”* e o E8 refere que *“É sem dúvida uma das temáticas que deveria ser aprofundada, trabalhada, treinada e dominada pelos investigadores, na medida que a recolha de prova testemunhal é uma das primeiras e das mais utilizadas práticas”*.

Não considero (8%) – Dois entrevistados consideram não ser necessário um aprofundamento das técnicas de investigação e interrogatório. O E20 considera que *“Não me parece que seja das mais importantes. Mas sim, ter algumas bases para efetuar essa tal entrevista, cada caso é um caso (...)”* e o E21 afirma que *“Tendo em consideração que cada pessoa é uma pessoa é quase impossível abordar todos os tipos de técnicas de interrogatório, cada investigador deve adaptar ou alterar a técnica mediante o visado”*.

Não respondeu (4%) – O E12 não respondeu e justificou *“Desconheço não tenho curso de CIAVE”*.

5.8. Apresentação, análise e discussão dos resultados da pergunta n.º 7

Os resultados da análise das respostas à pergunta n.º 7 estão explanadas no Quadro n.º 13 do Apêndice J, recomendando-se a sua análise para uma melhor perceção. No que diz respeito à **pergunta n.º 7** “No seu entender, o que se torna relevante a ser incutido e reformulado no curso CIAVE?”:

Reforçar áreas técnicas (67%) – Mais de metade dos entrevistados refere que deve haver uma reestruturação ao nível das áreas de trabalho, existindo uma relação entre o reforço destas áreas técnicas e a reformulação da componente prática do CIAVE. O E9 evidencia

que “as temáticas são dadas muito à pressa, não permitindo que os instruídos assimilem as matérias, terminando a formação com uma sensação de pouca segurança para aquilo que vão enfrentar na sua vida profissional”; o E10 reforça que “deveriam ser facultadas ferramentas de apoio para os investigadores, o nosso serviço é esgotante a nível psicológico, trabalhamos com processos prioritários”; o E21 vai ao encontro do pensamento de outros entrevistados referindo que “O CIAVE deve ser numa vertente mais prática e menos teórica, as bases a grande maioria dos militares já as têm falta casos práticos e como agir em cada situação” e o E22 evidencia a “Implementação de conteúdos programáticos que permitam dotar os militares de técnicas e ferramentas que permitam melhorar a elaboração do inquérito nos processos crime de VD”.

Aumentar o tempo de curso (38%) – Quase metade dos entrevistados refere o facto do curso ter uma duração curta relativamente às exigências associadas à Violência Doméstica, enunciando o E18 que “O curso de 30 horas é insuficiente para o tipo de ilícitos criminais que estamos a tratar (...) e que tantas mortes tem provocado”, o E13 refere que “Antes de mais, considero que o referencial horário de apenas 30 horas de formação deixa muito a desejar” e o E22 sugere o “Alargamento da carga horária que me parece minguar relativamente à especificidade dos temas em estudo”.

Reforçar áreas do Direito (21%) – Quase um quarto dos entrevistados reforça a importância dos temas jurídicos a serem abordados no CIAVE. Alguns entrevistados evidenciam a carga legislativa que abarca a VD, referindo o E24 que “Para além dos crimes abordados num curso IC, deverá ser debatido toda a dinâmica da investigação do crime VD (...) medidas de coação, medidas de proteção (...)”, o E13 destaca que “A VD é uma temática muito complexa, pelo que exige formação muito específica” e o E6 evidencia que a formação deveria de ser abordada “Principalmente ao nível de entrevista, direito penal e processual penal”.

Profissionais com experiência (13%) – Alguns entrevistados referem que os profissionais com experiência, nas áreas relacionadas com VD, devem de estar integrados na formação dos militares que frequentam o CIAVE. O E2 refere que “deve o curso ser ministrado por profissionais devidamente habilitados nas várias áreas do saber; e.g., Medicina-Legal passando a mensagem na forma como documentar as lesões (...) Balística Forense (...) Profissionais do Direito com prática de terreno e que expliquem quando se figura uma detenção em FD” e o E8 sugere que “Deveriam ser incluídas ações de intervenção conjuntas, com as demais entidades envolvidas nesta problemática social em

que as respostas às situações seriam articuladas de uma forma coordenada, multidisciplinar e setorial, conseguindo juntar todas as sinergias”.

Sensibilizar (8%) – Dois entrevistados evidenciam a importância da sensibilização, relativamente ao crime, refere o E1 que se deve *“Sensibilizar os militares de que se trata de um crime “diferente”, um fenómeno complexo (...)”* e relativamente aos estereótipos, o E15 refere a *“(...) sensibilização dos militares da GNR para a dinâmica do crime de violência*

Uniformizar procedimentos (4%) – O E5 enuncia *“parece-me ser importante a elaboração dos inquéritos e a uniformidade de procedimentos (...)”*.

Não é necessário (4%) – Um entrevistado considera que o CIAVE está adequado às necessidades, referindo o E5 *“Pelo que me tem sido dado a aperceber o curso CIAVE está adequado às necessidades”*.

Não respondeu (4%) – O E12 não respondeu, alegando não ter o CIAVE.

5.9. Apresentação, análise e discussão dos resultados da pergunta n.º 8

Os resultados da análise das respostas à pergunta n.º 8 estão explanadas no Quadro n.º 14 do Apêndice J, recomendando-se a sua análise para uma melhor percepção. No que diz respeito à **pergunta n.º 8** *“Em abstrato, considera que uma reestruturação no curso CIAVE contribuirá para uma melhor prevenção e repressão desta tipologia de crime?”*:

Contribuirá (88%) – Após as respostas anteriores, os entrevistados apontaram para a necessidade de implementação de uma maior vertente prática no CIAVE, com um foco nas matérias técnicas (nomeadamente entrevista/interrogatório, técnicas de investigação e recolha da prova), um alargamento temporal do CIAVE para melhor preparar e formar os militares, reformulação/revisão das fichas RVD, entre outros aspetos relevantes apontados pelos militares. Na ótica dos entrevistados, quase a totalidade dos militares concorda que *“Quanto melhor estiverem preparados os intervenientes institucionais para atuarem junto das vítimas de VD, melhor será os resultados conseguidos, seja na prevenção ou na repressão efetuada por autoridades competentes”*, refere o E4. O E1 retrata a importância que tem a formação e evidencia que *“A experiência diz-me que a formação é fundamental, pelo que acredito que a reestruturação será uma mais valia para os militares e instituição, dotando os militares de ferramentas e conhecimentos para uma melhor e eficaz intervenção (...)”* e o E23 acredita que *“(...) sim porque a sociedade está sempre a evoluir, a forma como os crimes se cometem também, quanto melhor preparados estiverem os militares melhor fazem o combate e a prevenção”*.

Não contribuirá (8%) – Dois entrevistados respondem que uma reestruturação do CIAVE não contribuirá para uma melhor prevenção e repressão da VD. O E14 responde que poderá existir uma contribuição ao nível da vítima com a resposta *“Não, a prevenção deste tipo de crime não compete ao NIAVE enquanto segunda linha (...) No entanto uma reestruturação do curso poderá contribuir sim para a proteção da vítima”* e o E21 aborda que *“O curso só é útil para abrir as mentes dos militares e estes falarem e informarem outros militares sobre este tipo de crime (...)”*

Não respondeu (4%) – O E12 não respondeu, alegando que não tem o CIAVE.

5.10. Apresentação, análise e discussão dos resultados da pergunta n.º 9

Os resultados da análise das respostas à pergunta n.º 9 estão explanadas no Quadro n.º 15 do Apêndice J recomendando-se a sua análise para uma melhor perceção. No que diz respeito à **pergunta n.º 9** “Qual deverá ser o público-alvo no curso CIAVE?”:

Militares na área de VD (63%) – Mais de metade dos entrevistados refere que o público-alvo da formação CIAVE deve ser dirigida aos militares com funções na área de VD. O E3, destaca *“militares do NIAVE, militares da Seção de Inquéritos e os militares do Núcleos de Programas Especiais de Policiamento de Proximidade da GNR”*. O E13 refere que *“Numa primeira fase, todos os elementos que compõem os NIAVE e Equipas de Inquérito dos Postos”* e alarga posteriormente o público-alvo referindo *“Numa fase seguinte, todos os elementos com atividade nos postos territoriais (...)”*.

Efetivo da GNR (50%) – Metade dos entrevistados refere que deve ser alvo, do CIAVE ou uma formação baseada neste, o efetivo da GNR nomeadamente os patrulheiros. O E2 refere *“Na minha opinião, seria muito relevante e proveitoso a aplicação destes conhecimentos do CIAVE em todos os militares da GNR, devendo ser universal no reino da GNR (...)”*; O E4 aponta que *“A formação deveria incidir em todos os intervenientes e escalões da GNR (...)”*; o E17 *“Penso que todos os militares deveriam ter formação nesta área, uma vez que existe a forte probabilidade de se depararem com situações policiais que envolvam este crime”* e o E24 aponta *“E uma formação não necessariamente de curso CIAVE ministrada ao patrulheiro, numa ótica do expediente a elaborar e assegurar meios de prova e segurança da vítima nas primeiras 24 horas após denuncia/notícia de Violência Doméstica”*. Assim, os entrevistados referem que a aplicação do CIAVE é pertinente a todos os níveis/escalões e alguns entrevistados apontam para uma formação derivada do CIAVE para aplicação na 1.ª Linha de Intervenção.

Apetência profissional para IC (17%) – Quase um quarto dos entrevistados enuncia a importância da aplicação do CIAVE num público-alvo específico. Alguns entrevistados referem que os militares a ingressarem na SI e nos NIAVE devem ter qualidades e capacidades específicas para desenvolverem essa função. O E7 refere *“Seguidamente deveria haver uma triagem muito rigorosa, de forma a selecionar militares com apetência natural para tais temáticas (...)”*, o E18 destaca que devem ser alvo da formação CIAVE os *“Elementos dentro da instituição, dotados com a capacidade para lidar com estados emocionais fragilizados; com bom autodomínio dos seus próprios sentimentos; com uma situação pessoal e profissional estável (...)”* e o E19 evidencia os *“Militares que demonstrem especial sensibilidade para a temática e que tenham vocação para tais crimes de Natureza tão particular”*.

CMDT Posto (13%) – Três entrevistados respondem que os comandantes têm um papel importante na atuação dos militares. O E8 destaca que deve ser alvo de formação *“(...) todo o efetivo que exerce funções de Comando ou chefia e que intervenha nas situações de VD (Comandantes dos Postos e dos Destacamentos)* e o E9 enuncia *“Os elementos das Secções de Inquérito e os Comandantes de Posto e seus adjuntos (...)”*.

CMDT Destacamento (8%) – Dois entrevistados respondem que o CIAVE deve estar direcionado para os Comandantes de Destacamento, devendo estar relacionado com a importância da sua ação de comando e supervisão dos seus militares. Refere o E1 que deve incidir *“Os militares da instituição que investigam este tipo de crime, Comandantes de Destacamentos Territoriais e Comandantes de Postos”* e o E8 volta a destacar a importância da aplicação do CIAVE ao destacar a aplicação do CIAVE nos Comandantes de Destacamento.

5.11. Resultados da análise das entrevistas

Através da leitura integral das entrevistas conjuntamente com o cruzamento dos resultados da análise de cada uma é possível constituir propostas que poderão contribuir para o melhoramento da formação, assim como da intervenção dos militares:

- i) **Reformulação do CIAVE** - Como proposta de reformulação do CIAVE, é proposto o aumento da carga horária de 1 semana de formação, correspondendo a 30 horas, para 2 semanas de formação correspondendo a 60 horas e o número da carga horária da componente prática deve ser reforçada.

Na tabela seguinte, são apresentados os módulos sugeridos, com base no Regulamento do CIAVE criado em 2009 e através da reflexão da análise dos resultados:

Tabela n.º 6 – Proposta reformulação CIAVE

MÓDULO A – VIOLÊNCIA E VITIMOLOGIA	
DISCIPLINAS	HORAS
Direitos Humanos e Direitos das Mulheres	2
Violência Doméstica – Enquadramento jurídico	2
Psicossociologia das Vítimas	2
Intervenção com Agressores, programa com agressores	2
Estratégias de Apoio Psicossocial: idosos e deficientes	3
Sexo, Género, Igualdade de Género	2
Manual de atuação funcional a adotar pelo OPC nas 72 horas, subsequentes à denúncia de crime	3
Intervenção integrada junto de crianças e jovens vítimas de VD	3
Intervenção em crise	2
SEIVD (Secções especializadas integradas da Violência Doméstica)	2
Homicídios conjugais (EARHVD)	2
Crimes contra a Liberdade e Autodeterminação Sexual	2
SUBTOTAL DE HORAS (1)	27

MÓDULO B – MÉTODOS E TÉCNICAS DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	
DISCIPLINAS	HORAS
Métodos e técnicas de recolha de prova e prova digital forense	4
Técnicas de Investigação da Violência Doméstica	2
O programa IAVE (NIAVE)	2
Entrevista Forense	3
Protocolo NICH	3
SUBTOTAL DE HORAS (2)	14

PROVAS/EXERCÍCIOS/APRESENTAÇÃO	
DISCIPLINAS	HORAS
Simulação de Investigação de Crime de VD	12
Análise e discussão do exercício	2
SUBTOTAL DE HORAS (3)	14

AVALIAÇÃO/APRESENTAÇÃO E ENCERRAMENTO	
DISCIPLINAS	HORAS
Avaliação individual	2
Apresentação e acolhimento	1
Correção Prova Escrita	1
Avaliação do curso e encerramento	1
SUBTOTAL DE HORAS (4)	5
TOTAL DE HORAS (1) + (2) + (3) + (4)	60

Fonte: Elaboração própria

- ii) **Proposta de formação dos Comandantes dos Destacamentos Territoriais** - A formação dos Comandantes dos Destacamentos Territoriais é importante para capacitação dos militares, a supervisão dos processos de VD e informar os militares relativamente aos procedimentos que são necessários a serem efetuados. A proposta de formação a ser aplicada nos Comandantes dos Destacamentos Territoriais deriva da formação CIAVE, correspondendo a uma formação mais direcionada para o expediente a ser elaborado pelos militares, para a legislação aplicada especificamente à VD e o Manual de Atuação Funcional em 72 horas.
- iii) **Proposta de formação dos Comandantes de Postos Territoriais** – A formação dos Comandantes dos Postos Territoriais torna-se muito importante devido ao contacto direto e a relação hierárquica com os militares dos PTER e supervisão de todo o expediente. A formação destes militares deve abordar as temáticas relacionadas com toda a legislação específica de VD, Código Penal e Código Processo Penal com especial atenção ao art.º 257.º e art.º 258.º que dizem respeito à Detenção Fora de Flagrante Delito e Mandado de detenção. Esta formação também deve incidir nas matérias de recolha de prova testemunhal, material e digital. É importante incidir no preenchimento das fichas de avaliação de risco, designadas Ficha RVD 1-L e Ficha RVD 2-L, nos planos de segurança, instrumentos de apoio psicossocial e de proteção da vítima, instrumentos de controlo do agressor e estratégias de patrulhamento.
- iv) **Proposta de formação dos patrulheiros ao nível do Comando Territorial** – A formação dos militares na 1.ª Linha é das mais importantes para uma acusação materializada em condenação em sede de julgamento. Assim, devem ser incididas as matérias de legislação específica de VD, Lei das Armas, Código Penal e Código de Processo Penal. Explorar o Manual de atuação Funcional em 72 horas, planos de seguranças, aplicação da Ficha RVD 1-L, Detenção Fora/em Flagrante delito. Deve ser incidido exaustivamente a recolha de prova, fotografia do cenário do crime, apreensão dos equipamentos digitais, técnicas de entrevista, explorar as ferramentas de compreensão do historial do relacionamento da vítima com o agressor para contribuir para o trabalho da 2.ª Linha de atuação, meios de proteção das vítimas, funcionamento das casas de abrigo e apreensão de armas de fogo ou de outra natureza.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Esta é a fase de um caminho percorrido em que se chegou ao culminar de toda uma investigação. Findo o Enquadramento Teórico, Concetual, Metodológico, bem como a análise e a discussão dos resultados das entrevistadas elaboradas, é possível responder às questões de investigação surgidas. Nesta fase, são reconhecidas as limitações encontradas ao longo da investigação, averigua-se o cumprimento dos objetivos da investigação e tecem-se as principais conclusões alcançadas, bem como propostas e sugestões para investigações futuras que incidam nesta temática.

Relativamente à **QD₁**, os militares na 1.^a Linha de Intervenção têm um papel importantíssimo ao nível do sentimento de segurança e bem-estar das vítimas, ao nível da preservação e recolha de prova, promoção de informações para investigação criminal, bem como as diligências efetuadas poderem contribuir para uma melhor dedução de acusação e posterior imputação em sede de julgamento, originando uma melhor probabilidade de acusação. Os militares na 1.^a Linha de Intervenção devem ter como das primeiras preocupações garantir a segurança das vítimas de VD. A forma de intervenção submete para um sentimento de empatia, confiança e segurança que poderá ter impacto nas decisões da vítima, bem como na recolha da prova testemunhal. Na 1.^a Linha de Intervenção, a elaboração da Ficha RVD-1L, a elaboração das medidas de proteção e as diligências associadas à recolha de prova são essenciais, referindo a recolha de prova como uma das matérias mais importantes a ter em conta, principalmente num local de crime.

No que concerne à **QD₂**, enquanto os militares no primeiro contacto com o cenário de crime têm um papel fundamental na recolha de prova, os militares na 2.^a Linha de Intervenção têm como uma das suas funções no decorrer da investigação o tratamento dessas mesmas provas. A 1.^a Linha de Intervenção vai ao local, analisa e regista a prova, faz o registo fotográfico do cenário de crime e identifica as testemunhas. Os patrulheiros devem estar sempre articulados com os NIAVE e têm sempre de fazer comunicação a estes nas ocorrências de VD, principalmente quando estejam reunidos alguns pressupostos de acordo com a NEP/GNR 09.04.01. Esta articulação existe desde o primeiro contacto e em diligências posteriores, onde o militar do NIAVE pode deslocar-se ao local e/ou o investigador a quem estiver delegado o inquérito, seja SI ou NIAVE. Consoante a elaboração da ficha RVD 1-L, dependendo da complexidade do caso, se risco associado for de risco

médio com grau de complexidade ou de risco elevado, o processo deve ser tomado pelos militares do NIAVE. Tanto o resultado da elaboração da ficha RVD 1-L, bem como a prova recolhida, têm impacto no trabalho dos militares do NIAVE.

No que respeita à **QD3**, o curso de especialização CIAVE, com uma duração de 30 horas definidas, está repartido no enquadramento teórico, no enquadramento legal e nos procedimentos policiais. Esta repartição aborda os diversos temas relacionados com o tema da VD, abordando as definições, teorias, normas jurídicas direcionadas para esta temática e todo o conjunto de procedimentos e diligências a serem efetuados pelos militares da GNR. O CIAVE tem uma fase não-presencial para preparação dos militares para o curso, onde são disponibilizados aos formandos um conjunto de matérias de enquadramento do tema de VD, bem como um conjunto de normas jurídicas para se prepararem para a formação. Após esta fase de preparação, dá-se a passagem para a fase presencial com um primeiro módulo com matérias de psicossociologia das vítimas e dos agressores, criminologia, enquadramento jurídico no âmbito da vitimologia, estratégias de apoio psicossocial, abordagem interdisciplinar e policiamento da VD no âmbito da União Europeia. Num módulo seguinte, enquadram-se as matérias ao nível dos métodos e técnicas de Investigação Criminal, como métodos e técnicas de recolha de prova, técnicas de investigação da Violência Doméstica, abordagem à relação dos NIAVE com os postos territoriais, psicologia do testemunho, técnicas de entrevista e abordagem aos crimes, Liberdade e Autodeterminação Sexual. Constata-se, através da análise do horário do último CIAVE, que o curso está repartido numa parte teórica, numa parte prática, numa parte avaliativa e outros momentos fora do contexto da formação. A maior duração do curso presencial diz respeito à parte teórica, com uma ocupação de 65,7% do tempo de formação do CIAVE, à parte avaliativa corresponde 17,14%, à parte prática corresponde 14,28% e outros momentos fora do âmbito da formação dizem respeito a 2,86%.

Relativamente à **QD4**, de acordo com a revisão de literatura e consoante a opinião dos entrevistados, existe um conjunto de conteúdos considerados relevantes para o serviço e para a formação que podem ser apontados. Os conteúdos formativos relacionados com a investigação criminal são fundamentais para o desenvolvimento das competências técnicas e cognitivas dos militares. A entrevista, assim como o interrogatório, são apontados pelos entrevistados como um conteúdo fundamental que deve estar incluído na formação, deve ser constantemente reforçado e atualizado com vista a melhorar a capacidade técnica dos militares. A capacidade de compreensão, raciocínio e flexibilidade são importantes para recolher informações que podem ter uma influência na investigação, assim como no

resultado final. Os temas relacionados com a compreensão do fenómeno da VD, evolução histórica da VD, conceitos, diferenças entre o crime de VD e outros tipos de crime semelhantes, temas relacionados com a igualdade de género, entre outras temáticas que sejam importantes para compreender o crime de VD e sensibilizar os militares que se trata de um tipo de crime com elevada complexidade. Os conteúdos relacionados com a produção de prova são também importantes para atualização e introdução de conhecimentos, como no caso da prova digital, assim como para sensibilizar os militares. A abordagem ao local do crime, a fotografia forense para registo futuro, apreensão de objetos, entre outros assuntos relacionados tanto com a recolha de prova assim como preservação da mesma, devem ser abordadas. As temáticas relacionadas com a evolução da legislação, assim como a atual legislação vigente no âmbito de VD, CP e CPP são fundamentais para uma atuação eficaz, eficiente e legal. Os conteúdos práticos relacionados com a elaboração da ficha RVD-1L e ficha RVD-2L, a elaboração de um processo, casos práticos, entre outros conteúdos práticos relacionados com o trabalho processual no crime de VD.

No que concerne à **QD5**, a componente prática é apontada como uma parte fundamental no curso CIAVE. A componente prática das técnicas de entrevista e interrogatório, elaboração de processos e os casos práticos associados às temáticas lecionadas do curso são referidas como uma mais-valia no produto final da formação. No curso CIAVE, a componente prática ocupa uma percentagem temporal menor que 15% do tempo total da formação. Assim, podem produzir-se resultados positivos para o serviço operacional, caso se aumente o tempo da componente prática.

Relativamente à **QD6**, a duração do curso não está ajustada às exigências e às qualificações necessárias para intervir nos casos de VD, devendo ser ajustada relativamente a estas mesmas exigências e qualificações. O tempo de duração do curso CIAVE tem a duração de 30 horas devendo ser alargado este tempo de formação para, no mínimo, 60 horas. A proposta do aumento deste tempo de formação deve-se às necessidades e às exigências do serviço que os militares se confrontam, proporcionando uma maior abrangência de matérias, praticar os conhecimentos adquiridos e, posteriormente, avaliar os conhecimentos. Existe uma complexidade de aspetos, conhecimentos, técnicas, legislação e procedimentos que estão associados ao crime de VD, justificando um alargamento da carga horário do curso CIAVE para os formandos praticarem, serem corrigidos e saírem mais bem preparados para as funções que irão desempenhar.

Por fim, encontram-se reunidas as condições para responder à questão central: **“Quais são os conteúdos do curso CIAVE que podem potenciar a eficiência da intervenção dos NIAVE?”**.

Após a revisão dos conteúdos formativos do curso CIAVE, exploração dos documentos legislativos, estudo dos modelos de intervenção da GNR neste âmbito e análise das propostas e recomendações dos atuais Chefes dos NIAVE, são possíveis de enunciar um conjunto de conteúdos que podem potenciar tanto a eficiência da intervenção dos NIAVE, como de outros militares que contribuem para a prevenção e intervenção neste tipo de crime.

As técnicas de investigação criminal são instrumentos imprescindíveis do sistema penal, habilitando os militares a elaborarem todo o conjunto de diligências que visam averiguar a existência de um facto penalmente típico, ilícito, culpável e punível, assim como determinar quem foram os seus agentes e as suas responsabilidades, descobrir e recolher as provas no âmbito do processo. Esta técnicas disponibilizam a capacidade de uma correta e oportuna aplicação da justiça, interpretação das provas e possibilita a prevenção da criminalidade através de investigações proativas.

A preservação, recolha e investigação das provas permite a admissibilidade de qualquer meio de prova no âmbito do processo, estando associadas à prova a necessidade de estarem de acordo com a legalidade, assim como a proibição de prova que também importa ser analisada. As técnicas de entrevista e de interrogatório contribuem para uma boa aquisição da prova testemunhal, onde deve ser criada uma capacidade de flexibilidade, com o fornecimento de ferramentas aos militares, para poderem criar as condições ideais para a aquisição de informação. Dentro do conteúdo da recolha de prova, a prova digital é um tema que deve ser abordado e cada vez mais utilizado. Como reflexo da sociedade civil, o fácil acesso e partilha de informação através deste tipo de dispositivos e plataformas, deve ser explorado e atualizado sempre que necessário. Embora estejam associados dados sensíveis e dados pessoais, deve ser lecionada toda a estrutural legal em redor da VD, indo ao encontro da liberdade, segurança e os Direitos das pessoas.

Os conteúdos forenses, como a prova digital forense e a fotografia forense são matérias que devem ser lecionadas e incutidas aos formandos. Estas matérias permitem sensibilizar os militares para eventuais preocupações que devem estar presentes quando se dirigirem ao local do crime, onde deve ser efetuado o registo fotográfico do cenário para a posterior investigação.

A intervenção em crise, os planos de segurança e as técnicas de apoio psicossocial são conteúdos que devem ser administrados aos formandos. São matérias relevantes para

que a segurança, apoiar psicologicamente as vítimas, os militares e outras pessoas envolvidas nestes cenários de crime, para antecipação de um futuro próximo, evitando/prevenindo eventuais ocorrências.

Com base nestes conteúdos referidos, foram elaboradas quatro propostas que podem proporcionar uma melhor formação e intervenção dos militares.

A proposta de reformulação do CIAVE consiste num alargamento da carga horária de 30 horas para 60 horas. Este alargamento permitirá um aprofundamento dos conhecimentos a serem adquiridos, assim como o desenvolvimento das suas capacidades. Consequentemente a proposta de aumento da carga horária do curso, implica um aumento da componente prática do curso possibilitando aos formandos um maior tempo de prática com casos práticos, exercícios simulados e correção e retificação de procedimentos.

A proposta de formação dos Comandantes dos Destacamentos Territoriais, assim como a proposta de formação dos Comandantes dos Postos Territoriais, têm como objetivo fornecer aos Comandantes ferramentas e atualizações constantes de conhecimentos para supervisionarem procedimentos, indicarem diligências a efetuar e esclarecer dúvidas.

A proposta de formação dos patrulheiros ao nível do Comando Territorial, tem como objetivo formar os militares que estão na 1.^a Linha de atuação no crime de VD, disponibilizar aos militares os conhecimentos sobre a sua legislação específica, incidir no Manual de Atuação Funcional a adotar pelos Órgãos de Polícia Criminal nas 72 horas subsequentes à apresentação de denúncia por maus-tratos cometidos em contexto de VD, explorar as técnicas de recolha de prova e saberem como elaborar corretamente a Ficha RVD 1-L.

Após toda a investigação, considera-se que o objetivo geral e os objetivos específicos propostos inicialmente foram alcançados.

No que concerne às limitações de investigação, face à atual situação pandémica, à dispersão e disponibilidade dos militares, não foram realizadas entrevistas presenciais.

As constantes alterações dos quadros jurídicos, o conhecimento de novas formas de investigação criminal, novos procedimentos a serem efetuados pelos militares e associado à do crime de VD exige uma atualização contínua. Será interessante o estudo relativamente ao potencial da criação de estruturas próprias de Investigação Criminal nos vários patamares de ação, como a criação de um Destacamento de Investigação Criminal sediada dentro dos Comandos Territoriais, que pode facilitar a concentração de informação, de meios e de investigação dentro do mesmo Comando Territorial. Afigura-se pertinente comparar esse mesmo estudo com a estrutura atual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Legislação, jurisprudência e outros documentos

Academia Militar. (2015). NEP 520/4.^a: Trabalho de Investigação Aplicada. Lisboa: Academia Militar.

Academia Militar. (2016). NEP 522/1.^a: Normas para a Redação de Trabalhos de Investigação. Lisboa: Academia Militar.

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 6 de junho de 2001, Processo n.º 0034263. Acedido a 25 de janeiro de 2021. em <http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/9b906cc73fa4690780256a7e003a8cbe?OpenDocument>.

Assembleia da República [AR] (1998). Lei n.º 65/98, de 2 de setembro: Alteração ao Decreto-Lei 400/82 que aprova o Código Penal. *Diário da República*, Série I, n.º 202, 4572-4578.

Assembleia da República [AR] (2000). Lei n.º 7/2000, de 2 de setembro: Alteração ao Decreto-Lei 400/82 que aprova o Código Penal. *Diário da República*, Série I, n.º 123, 2458-2458.

Assembleia da República [AR] (2007). Lei n.º 59/2007, de 23 de setembro: Vigésima terceira alteração ao Código Penal. *Diário da República*, Série I, n.º 170, 6181-6258.

Assembleia da República [AR] (2007). Lei n.º 63/2007, de 6 de dezembro: Aprova a orgânica da Guarda Nacional Republicana. *Diário da República*, Série I, n.º 213, 8043-8051.

Assembleia da República [AR] (2008). Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto: Aprova a Lei de Organização da Investigação Criminal. *Diário da República*, Série I, n.º 165, 6038-6042.

Assembleia da República [AR] (2008). Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto: Aprova a Lei de Organização da Investigação Criminal. *Diário da República*, Série I, n.º 165, 6038-6042.

- Assembleia da República [AR] (2009). Lei n.º 109/2009, de 15 de setembro: Aprova a Lei do Cibercrime. *Diário da República*, Série I, n.º 179, 6319 – 6325.
- Assembleia da República [AR] (2009). Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro: Estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção e à assistência das suas vítimas. *Diário da República*, Série I, n.º 180, 6550 – 6561.
- Assembleia da República [AR] (2013). Lei n.º 19/2013, de 16 de setembro: Vigésima nona alteração ao Código Penal. *Diário da República*, Série I, n.º 37, 1096-1098.
- Assembleia da República [AR] (2009). Lei n.º 83/2015, de 5 de agosto: Trigesima oitava alteração ao Código Penal. *Diário da República*. Série I, n.º 151, 5375-5377.
- Assembleia da República [AR] (2009). Lei n.º 130/2015, de 4 de setembro: Procede à vigésima terceira alteração ao Código de Processo Penal e aprova o Estatuto da Vítima. *Diário da República*. Série I, n.º 173, 7004-7010.
- Assembleia da República [AR] (2018). Lei n.º 44/2018, de 5 de agosto: Reforça a proteção jurídico-penal da intimidade da vida privada na Internet. *Diário da República*, Série I, n.º 153, 3962-3963.
- Assembleia da República [AR] (2020). Lei n.º 55/2020, de 27 de agosto: Define os objetivos, prioridades e orientações de política criminal para o biénio de 2020-2022. *Diário da República*, Série I, n.º 167, 2-11.
- Conselho da Europa (2019). Group of experts on action against Women and Domestic Violence. Acedido a 12 de janeiro de 2021 em <http://cid.cig.gov.pt/Nyron/Library/Catalog/winlibimg.aspx?skey=984BE0F27D27460B9AC80FF7D4B07F1E&doc=96534&img=141212>.
- Conselho da Europa [CE] (2011). Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica. In *Council of Europe*. Acedido a 11 de janeiro de 2021 em <http://www.coe.int/conventionviolence>.
- Conselho de Ministros [CM] (2010). Resolução do Conselho de Ministros n.º 100/2010 de 17 de dezembro. *Diário da República*, 1ª Série, n.º 243.
- Conselho de Ministros [CM] (2018). Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2018 de 21 de maio. *Diário da República*, 1ª Série, n.º 97.
- Direção Geral da Administração Interna [DGAI] (2013). *Manual de policiamento da violência doméstica: Um guia para profissionais da força de segurança*. Lisboa: MAI. doi: 10.4013/ctc.2009.22.02.
- Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna. Acedido a 14 de janeiro de 2021, em <https://www.portugal.gov.pt/download->

- [ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3d%3dBAAAAB%2bLCAAAAAAABAAzNjYwBgB%2fhGGFBAAAA%3d%3d.](#)
- Guarda Nacional Republicana [GNR] (2009). *Despacho n.º 16/0 9- OG, de 15 de maio: Aprova o Regulamento do Curso de Investigação e Apoio a Vítimas Específicas – CIAVE*. Lisboa: Guarda Nacional Republicana.
- Guarda Nacional Republicana [GNR] (2014a) *Despacho n.º 18/14 - OG, de 11 de março: Estrutura da Investigação Criminal*. Lisboa: Guarda Nacional Republicana.
- Guarda Nacional Republicana [GNR] (2020) *NEP/GNR – 9.04.01: Regulamentação do Funcionamento dos Núcleos de Investigação e Apoio a Vítimas Específicas*. Lisboa: Guarda Nacional Republicana.
- Instituto Nacional de Estatística [INE] (2019). Estatística da População. In *Instituto Nacional de Estatística – Estatísticas Portugal*. Acedido a 13 de janeiro de 2021, em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_tema&xpid=INE&tema_cod=1115.
- Ministério da Administração Interna [MAI] (2020). Relatório Anual de Monitorização da Violência Doméstica 2019. In *Secretaria-Geral da Administração Interna*. Acedido a 14 de janeiro de 2021, em https://www.sg.mai.gov.pt/Documents/vd/RelVD_2019.pdf.
- Ministério da Educação e Ciência [MEC]. (2013). Decreto-lei n.º 115/2013, de 7 de agosto: Regime jurídico dos graus académicos e diplomas do ensino superior. Lisboa: Diário da República, Série I, n.º 151/2013.
- Ministério da Justiça [MJ] (1982). Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro: Aprova o Código Penal. *Diário da República*, Série I, n.º 221, 3006 - (2) – 2006 - (64).
- Ministério da Justiça [MJ] (1985). Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de março: Aprova o Código Penal. *Diário da República*, Série I, n.º 63, 1350 - 1416.
- Ministério da Justiça [MJ] (1987). Decreto-Lei n.º 78/87, de 15 de fevereiro: Aprova o Código do Processo Penal. *Diário da República*, Série I, n.º 40, 617 – 699.
- Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Justiça (2018). Portaria n.º 220-A/2010, de 16 de abril: Estabelece as condições de utilização inicial dos meios técnicos de teleassistência. *Diário da República*, Série I, n.º 72, 1330-(2) a 1330-(3).
- Sistema de Segurança Interna [SSI] (2017). Relatório Anual de Segurança Interna 2016. In *Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna*. Acedido a 14 de janeiro de 2021, em <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3d%3dBAAAAB%2bLCAAAAAAABAAzNjYwBQBKIQJsBAAAA%3d%3d>.

- Sistema de Segurança Interna [SSI] (2018). Relatório Anual de Segurança Interna 2017. In *Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna*. Acedido a 14 de janeiro de 2021, em <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3d%3dBAAAAB%2bLCAAAAAAABAAzMTE2AgAWydnBBAAAA%3d%3d>.
- Sistema de Segurança Interna [SSI] (2019). Relatório Anual de Segurança Interna 2018. In *Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna*. Acedido a 14 de janeiro de 2021, em <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3d%3dBAAAAB%2bLCAAAAAAABAAzNzU0AwBUqv9nBAAAA%3d%3d>.
- Sistema de Segurança Interna [SSI] (2020). Relatório Anual de Segurança Interna 2019. In *Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna*. Acedido a 14 de janeiro de 2021, em <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3D%3DBQAAAB%2BLCAAAAAAABAAzNDA0sAAAQJ%2BleAUAAAA%3D>.
- Tribunal da Relação do Porto [TRE] (2012). Acórdão relativo ao processo n.º 368/09.3PQPRT.P1. Acedido a 9 de janeiro de 2021, em <http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/d1d5ce625d24df5380257583004ee7d7/6ac6ded8719a82c5802579c00058c67d?OpenDocument>.

Artigos científicos, obras literárias, relatórios ou outros documentos

- Adriano, A. (2005). *A tipologia do crime: a vítima, o agressor e área do crime*. Trabalho final de curso, Lisboa, Academia Militar.
- Associação Portuguesa Apoio à Vítima [APAV] (2020). Folha informativa – Violência Doméstica. In APAV. Acedido a 12 de janeiro de 2021 em https://apav.pt/apav_v3/images/pdf/FI_VDomestica_2020.pdf.
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima [APAV] (2010). *Manual Alcipe - Para o Atendimento de Mulheres Vítimas de Violência*. Lisboa: APAV.
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima [APAV] (2013). Campanha sobre a sensibilização sobre crianças e jovens vítimas de violência doméstica. In APAV. Acedido a 14 de

- janeiro de 2021 em https://www.apav.pt/apav_v3/index.php/pt/main-menu-pt/528-apav-lanca-campanha-de-sensibilizacao-sobre-criancas-e-jovens-vitimas-de-crime-e-de-violencia.
- Azevedo, A. (2010). *O Projeto NIAVE da GNR*. Porto: Faculdade de Direito da Universidade do Porto.
- Carvalho, A. (1999). Anotação ao artigo 152.º. In Jorge de Figueiredo Dias, *Comentário Conimbricense do Código Penal* (Tomo 1, pp. 132 e 330). Coimbra: Coimbra Editora.
- Castanho, A. & Quaresma, C. (2014). *RVD - Manual de Aplicação da Ficha de Avaliação de Risco*. Lisboa: Secretaria - Geral da Administração Interna.
- Castro, I. (2016). *O contributo da Polícia Judiciária na Investigação Criminal e a Cooperação Policial*. Trabalho de investigação aplicada, Mestrado em Forense, Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa.
- Cera, N. (2016). *Violência Doméstica - percursos de vida de mulheres vítimas de violência no contexto familiar*. Trabalho de investigação aplicada, Mestrado em Educação Social, Universidade do Algarve, Algarve.
- Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (2016). Guia de requisitos mínimos de intervenção em situações de Violência Doméstica e Violência de Género. In *Cidadania e Igualdade de Género*. Acedido a 19 de janeiro de 2021, em <https://www.cig.gov.pt/2016/09/novo-guia-para-intervencao-em-violencia-domestica-e-de-genero/>.
- Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (2016). V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género. In *Cidadania e Igualdade de Género*. Acedido a 19 de janeiro de 2021, em <https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2018/07/Relatorio-de-Execu%C3%A7%C3%A3o-Final-do-V-PNPCVDG-2017.pdf>.
- Dias, I. (2010). Violência doméstica e justiça: respostas e desafios. *Sociologia: Revista do Departamento de Sociologia da FLUP*, XX, 245-262.
- Escola da guarda (2015). *Manual do curso de investigação e de apoio a vítimas específicas – CIAVE*. Lisboa: (sine nomine).
- Falcke, D., Oliveira, D., Rosa, L., & Bentancur, M. (2009). Violência conjugal: Um fenómeno intencional. *Contextos Clínicos*, 2 (2), 81-90.

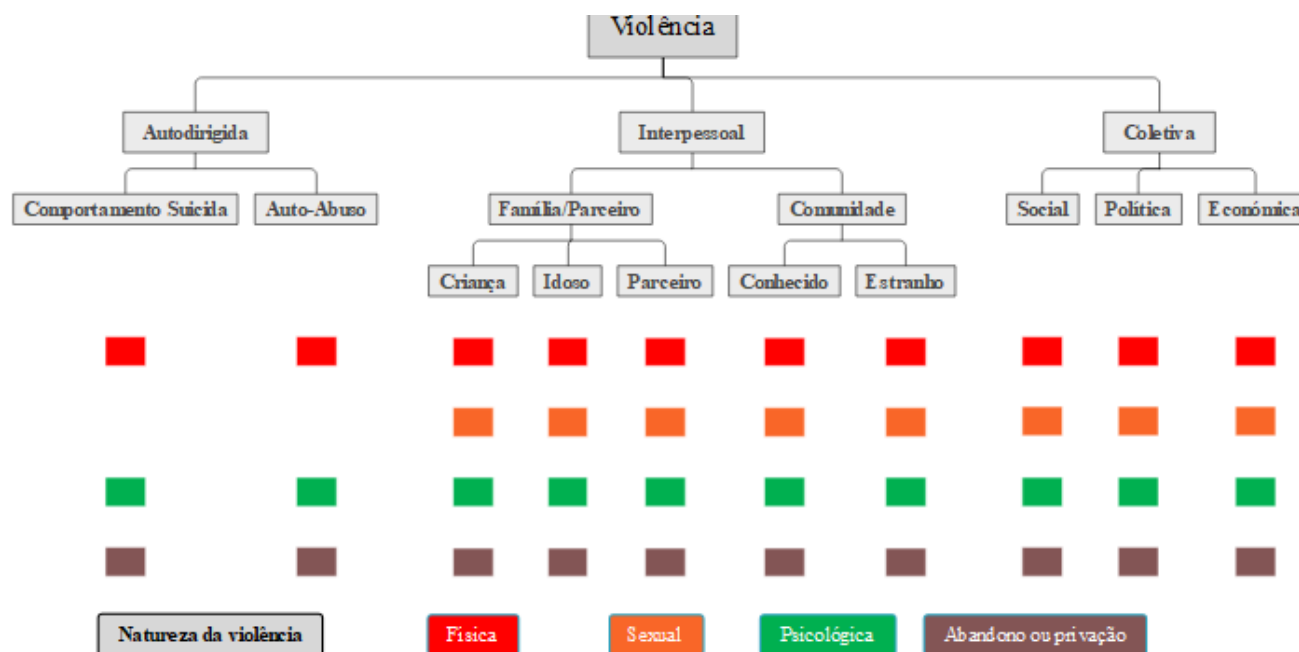
- Fernandes, C., Gago, L., Guerra, P., Massena, A., Pena, S., Perquilhas, M., Ravara, D., Ribeiro, F., Susano, H. (2016). *Violência Doméstica: implicações sociológicas, e jurídicas do fenómeno*. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários.
- Fischer, G. (1994). *A Dinâmica Social, Violência, Poder, Mudança*. Lisboa: Planeta Editora.
- Fortin, M. F. (2009). *O Processo de Investigação: da concepção à realização* (5.^a Ed.). Loures: Lusociência.
- Freixo, M. (2012). *Metodologia científica: fundamentos, métodos e técnicas* (4.^a ed.). Lisboa: Instituto Piaget.
- Gonçalves, J. (2015). *A Guarda Nacional Republicana e a Violência Doméstica*. Trabalho de investigação aplicada, Mestrado em Direito e Segurança, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- Guerra, I. (2006). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo: sentidos e formas de uso*. Cascais: Princípa.
- Krug, E., Dahlber, L., Mercy J., Zwi A. & Lozano R. (2002). *Relatório mundial sobre violência e saúde*. Genebra: World Heath Organization.
- Lopes, A. (2013). *Violência Doméstica*. Trabalho de investigação aplicada, Mestrado em Direito Penal, Universidade Lusíada, Porto.
- Manita, C., Ribeiro, P. & Peixoto, C. (2009) *Violência doméstica: Compreender para Intervir, Guia de Boas Práticas para Profissionais de Saúde*. Porto: Sersilito.
- Oliveira, C., Real, F. & Vieira, D. (2017). *Nexo de causalidade e estado anterior na avaliação médico-legal do dano corporal*. Coimbra: Impresa da Universidade de Coimbra.
- Parente, D. A. A. (2013). *O espaço penal europeu - entre a comunitarização e a diferenciação*. Dissertação de mestrado em ciências jurídico-criminais. Coimbra: Faculdade de Direito de Coimbra.
- Pereira F., Batista I., Silva M., & Figueiredo E. (2009). *Rede Segura: Roteiro de intervenção nos casos de Violência Doméstica*. Cascais: Fórum Municipal de Cascais contra a Violência Doméstica.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2013). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (6.^a Ed.). Lisboa: Gradiva.
- Sani, A. Coelho, A & Manita, C. (2018). *Intervenção em Situações de Violência Doméstica: Atitudes e Crenças de Polícias*. Psychology, Community & Health. 7(1), 72-86.

- Sarmento, M. (2013). *Guia Prático sobre a Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada* (3ª Ed). Lisboa: Universidade Lusíada
- Sarmento, M. (2013). *Metodologia científica para a elaboração, escrita e apresentação de teses*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora
- Sistema de Segurança Interna [SSI] (2016). Relatório Anual de Segurança Interna 2015. In Thomas, D. (2019). Violence against women and domestic abuse. In *Portugal Residente*. Acedido a 12 de janeiro de 2021 em <https://www.portugalresident.com/violence-against-women-and-domestic-abuse/>.
- Valente, M. (2009). *Reuniões e Manifestações: Atuação Policial*. Coimbra: Almedina.
- XXII Governo Constitucional (2020). Guia de intervenção integrada junto de crianças ou jovens vítimas de Violência Doméstica. In *Blog das Boas Práticas*. Acedido a 21 de janeiro de 2021, em <https://www.aedamaia.pt/index.php/394-guia-de-intervencao-integrada-junto-de-criancas-ou-jovens-vitimas-de-vd>.
- XXII Governo Constitucional (2020). Manual de Atuação Funcional a adotar pelos OPC nas 72 horas subsequentes à apresentação de denúncia por maus-tratos cometidos em contexto de violência doméstica. In *Cidadania e Igualdade de Género*. Acedido a 29 de janeiro de 2021, em https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2020/06/172-20_MANUAL_ATUACAO_FUNCIONAL_Final.pdf.

APÊNDICES

APÊNDICE A - CATEGORIAS DA VIOLÊNCIA

Figura n.º 1 - Caracterização temporal dos registos e ocorrências de VD



Fonte: Elaboração própria

APÊNDICE B - DADOS DAS OCORRÊNCIAS NOS DISTRITOS

Quadro n.º 1 - Dados estatísticos por distritos

	2015	2016	2017	2018	2019
Aveiro	1.766	1.793	1.698	1.085	2.036
Beja	246	266	279	326	310
Braga	1.729	1.861	1.838	1.802	1.954
Bragança	347	335	303	293	343
C. Branco	443	462	457	467	593
Coimbra	1.048	1.083	936	906	973
Évora	378	397	381	367	378
Faro	1.323	1.386	1.459	1.408	1.612
Guarda	394	341	366	367	407
Leiria	915	871	898	882	1.058
Lisboa	5.907	6.161	6.303	5.991	6.721
Portalegre	313	348	300	330	312
Porto	4.782	4.903	4.629	4.618	4.998
Santarém	991	916	808	783	1.057
Setúbal	2.285	2.268	2.327	2.466	2.829
Viana do Castelo	504	528	498	579	636
Vila Real	836	522	453	448	486
Viseu	1.049	810	778	813	929
R. A. Açores	963	1.006	1.052	950	998
R.A. Madeira	1.049	1.034	983	877	860
Total	27.268	26.950	26.743	26.478	29.490

Fonte: Dados obtidos no RASI (2014 a 2019)

APÊNDICE C - NÚMERO DE INQUÉRITOS

Quadro n.º 2 - Inquéritos findos 2015-2019

Inquéritos Findos	2015	2016	2017	2018	2019
Acusação	4.507	4.163	4.465	4.613	5.234
Suspensão Provisória	2.725	2.796		2.302	2.636
Arquivamento	18.067	20.119	20.470	20.990	19.692
Outros motivos	3.913	3.653	4.776	4.137	4.673
Total	26.487	27.935	29.771	32.042	32.235

Fonte: Dados obtidos no RASI (2015 a 2019)

APÊNDICE D - GÊNERO DAS VÍTIMAS

Quadro n.º 3 - Género das vítimas 2015-2019

Género das vítimas	2015	2016	2017	2018	2019
Homem	6.104 (19,3%)	6.522 (20,1%)	6.793 (21%)	6.850 (21,4%)	9.143 (23,9%)
Mulher	25.577 (80,7%)	25.985 (79,9%)	25.498 (79%)	25.217 (78,6%)	29.078 (76,1%)
Total	31.681	32.507	32.291	32.067	38.221

Fonte: Dados obtidos no RASI (2015 a 2019)

APÊNDICE E - GÊNERO DOS AGRESSORES

Quadro n.º 4 - Género dos denunciados 2015-2019

Género das vítimas	2015	2016	2017	2018	2019
Homem	26.414 (84,8%)	26.845 (84,3%)	26.385 (83,8%)	25.947 (83,5%)	29.295 (81,6%)
Mulher	4.772 (15,2%)	4.993 (15,7%)	5.113 (16,2%)	5.116 (16,5%)	6.616 (18,4%)
Total	31.681	31.838	31.498	31.063	35.911

Fonte: RASI (2015 a 2019)

Apêndices

APÊNDICE F - HORÁRIO DO CIAVE

Quadro n.º 5 - Horário da formação do 13º CIAVE

HORAS	2ª FEIRA	3ª FEIRA	4ª FEIRA	5ª FEIRA	6ª FEIRA
09H00-09H50	Apresentação do curso Avaliação Individual	Procedimentos a Adotar na Aquisição da Notícia do Crime de VD	Técnicas de Investigação da Violência Doméstica: Inquérito	Avaliação Individual	As Crianças Enquanto Sujeito Processual
10H20-11H10				Correção do Teste	
11H20-12H10			Exercício Prático	Psicossociologia dos Agressores no Programa para Agressores de VD e Funcionamento Vigilância Eletrónica	Psicologia do Testemunho / Técnicas entrevista Exercício prático
12H20-13H10	Projeto a Programa IAVE				
13H40-14H30	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO
14H40-15H30	Métodos e Técnicas de Recolha de Prova - Perspetiva Médico-Legal	Abordagem Intergeracional - Proteção Eletrónica	Vitimologia e a Psicossociologia das Vítimas	Homicídios consumados que tenham origem nas relações de intimidade - contributos para a prevenção	Encerramento do Curso - Foto de Curso no hall da DI
15H40-16H30					avaliação Individual do 13ª CIAVE
16H40-17H30	Exames Forenses a Dispositivos Eletrónicos - Boas Práticas	Visionamento e Extração de Fotogramas	Os NAT e a recolha de prova	Direito das Crianças	

Fonte: Escola da Guarda (2019)

APÊNDICE G - CARTA DE APRESENTAÇÃO

CARTA DE APRESENTAÇÃO

No âmbito da elaboração do Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada da Academia Militar, surge a investigação com o tema “A primeira intervenção dos patrulheiros e do NIAVE nos crimes de Violência Doméstica: Curso CIAVE” para obtenção do grau académico de mestre em Ciências Militares, na especialidade de Segurança.

A Violência Doméstica, através da divulgação dos meios de comunicação social, tem tido um crescimento exponencial. Apesar de ser um crime de prevenção prioritária, existir uma diversidade de produção científica acerca deste fenómeno e a existência de legislação nacional e internacional acerca deste fenómeno, os dados estatísticos demonstram que de ano para ano, o número de ocorrências e de vítimas aumentam.

Assim, com o intuito de recolher informações, surge a necessidade de realizar entrevistas dirigidas aos elementos dos vários organismos competentes, nomeadamente aos chefes dos NIAVE que têm conhecimento sobre a matéria. Como se trata de uma tipologia de crime muito complexa, a formação dos militares é essencial para efetuar com rigor as diligências necessárias para prevenção e mitigação dos casos de violência doméstica.

Os chefes dos NIAVE têm um conhecimento nesta área fundamental para contribuírem para esta investigação, assim como um contacto mais próximo com os militares destes núcleos, tornando-se essencial para perceber que necessidades existem tanto ao nível operacional como ao nível da formação dos mesmos.

Venho assim a solicitar a Vossa Excelência o seu contributo, o seu conhecimento e experiência torna-se fundamental para alcançar os objetivos desta investigação.

Agradeço a disponibilidade e a colaboração.

Atenciosamente,

Luís Carlos Saramago Mota
Aspirante GNR-Cavalaria

APÊNDICE H - GUIÃO DE ENTREVISTA



ACADEMIA MILITAR

PRIMEIRA INTERVENÇÃO DOS PATRULHEIROS E DO NIAVE NOS CRIMES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

CURSO CIAVE

Autor: Aspirante GNR-Cavalaria Luís Carlos Saramago Mota

Orientador: Professor Catedrático José Fontes

Coorientador: Capitão GNR-Infantaria Andreia Sofia Amaral Lopes

Mestrado Integrado em Ciências Militares, na especialidade de Segurança

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, dezembro de 2020

1. IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

Nome:

Idade:

Habilitações Literárias:

Cargo/Posto:

Função:

Local:

Data:

Hora de início:

Hora do fim:

2. GUIÃO DE ENTREVISTA

Pergunta 1 – Apesar do crime de violência doméstica ser um crime de prevenção prioritária, como deve ser orientada a atenção dos militares após conhecimento destas ocorrências?

Pergunta 2 - Após a intervenção em situações de violência doméstica, que fatores poderão suscitar reincidência desta tipologia de crime?

Pergunta 3 - Considera que as fichas RVD, como instrumentos de trabalho utilizado pelos OPC devem ser revistos? Se sim, de que forma?

Pergunta 4 – Relativamente à questão anterior, se nos focarmos apenas no tópico de acesso e uso de arma de fogo, considera que esta pergunta deveria incidir diretamente no nível de risco?

Pergunta 5 – Considerando o curso CIAVE como um curso de especialização na área de Investigação criminal, com a duração total de 30 horas, quais as temáticas que nele devem ser abordadas?

Pergunta 6 – Relativamente à abordagem de técnicas de investigação e interrogatório, considera que é uma temática que deve ser aprofundada no curso CIAVE?

Pergunta 7 – No seu entender, o que se torna relevante a ser incutido e reformulado no curso CIAVE?

Pergunta 8 -Em abstrato, considera que uma reestruturação no curso CIAVE contribuirá para uma melhor prevenção e repressão desta tipologia de crime?

Pergunta 9 - Qual deverá ser o público-alvo no curso CIAVE?

APÊNDICE I - MODELO DE ANÁLISE DE CONTEÚDO

Quadro n.º 6 - Modelo de análise de conteúdo do TIA

Objetivos	Perguntas	Enquadramento Teórico e Concetual	Análise de Resultados
OG: Analisar os conteúdos no curso CIAVE com a intervenção dos NIAVE	QC: Quais são os conteúdos do curso CIAVE que podem potenciar a eficiência da intervenção dos NIAVE?	Todo o trabalho concorre	<p>Capítulo 5 – Apresentação, Análise e Discussão de Resultados</p> <p>Apresentação e Análise das entrevistas elaboradas aos 24 Chefes do NIAVE</p>
OE1: Descrever as medidas adotadas pelos militares na intervenção nas ocorrências de Violência Doméstica	QD1: Quais são as diligências a serem efetuadas pelos militares na 1.ª Linha de Intervenção nas ocorrências de VD?	<p>Capítulo 1 – Violência Doméstica Abordagem Concetual</p> <p>Capítulo 2 – A Intervenção da GNR na Violência Doméstica</p>	
OE2: Compreender a articulação da 1.ª Linha e da 2.ª Linha de Intervenção	QD2: De que forma estão articuladas as intervenções da 1.ª Linha com a 2.ª Linha de Intervenção?		
OE3: Explorar a estrutura pedagógica do curso CIAVE	QD3: Como está estruturado o curso CIAVE?	Capítulo 3 – Curso CIAVE	
OE4: Analisar certos conteúdos a incluir em ações de formação nos NIAVE	QD4: Quais são os conteúdos que devem estar presentes no curso CIAVE?		
OE5: Compreender a importância da componente prática no desenvolvimento das competências dos militares	QD5: A componente prática é importante nesta especialização	Entrevistas	
OE6: Analisar a adequabilidade do tempo de formação face às exigências e às qualificações necessárias na intervenção nos casos de VD?	QD6: A duração do curso está ajustada às exigências e às qualificações necessárias para intervir nos casos da VD?		

Fonte: Elaboração própria

APÊNDICE J - QUADROS DE ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Quadro n.º 7 - Análise das respostas à entrevista na Pergunta 1

Pergunta 1	Apesar do crime de violência doméstica ser um crime de prevenção prioritária, como deve ser orientada a atenção dos militares após conhecimento destas ocorrências?							
Categoria	Procedimentos na 1ª Intervenção							
Subcategorias UR	Vítima UR 1.1	Investigação UR 1.2	Prevenção UR 1.3	Prova UR 1.4	Informar UR 1.5	Preservar local UR 1.6	Celeridade UR 1.7	Agressor/ Suspeito UR 1.8
E1	X	X				X		
E2	X	X	X	X				
E3	X				X			
E4					X			
E5							X	
E6							X	
E7	X	X	X	X	X	X	X	
E8	X			X				
E9	X		X	X	X			
E10	X			X				
E11	X		X					
E12	X		X					X
E13	X		X					X
E14	X			X				X
E15	X				X			

Apêndices

E16	X			X				X
E17	X		X	X				
E18	X	X	X	X	X	X		
E19	X		X	X		X		
E20	X						X	
E21	X		X	X		X		X
E22	X		X					
E23	X					X		
E24	X		X	X			X	X
UE	21/24	4/24	12/24	11/24	6/24	6/24	5/24	6/24
Resultado	88 %	17 %	46 %	46%	25%	25%	21%	25%

Fonte: Elaboração própria

Quadro n.º 8 - Análise das respostas à entrevista na Pergunta 2

Pergunta 2	Após a intervenção em situações de violência doméstica, que fatores poderão suscitar reincidência desta tipologia de crime?								
Categoria	Reincidência na VD								
Subcategorias UR	Álcool UR 1.1	Droga UR 1.2	Financeiros UR 1.3	Não Separação do agressor UR 1.4	Filhos UR 1.5	Sistema de justiça UR 1.6	Ciúmes UR 1.7	Personalidade UR 1.8	Intervenção/ Não acompanhar da situação UR 1.9
E1			X						X
E2	X	X		X					
E3				X	X				
E4			X			X			X

Apêndices

E5									X
E6	X	X							
E7	X	X		X		X			X
E8	X	X	X	X					X
E9			X	X	X			X	X
E10			X	X		X			X
E11	X						X		X
E12	X		X				X		X
E13				X					X
E14			X	X	X			X	
E15	X*			X					X
E16	X								
E17	X	X						X	
E18	X	X					X		
E19	X	X							
E20			X		X		X		
E21			X		X			X	
E22	X	X							
E23			X	X				X	
E24	X	X	X					X	
UE	13/24	10/24	11/24	19/24	5/24	3/24	4/24	6/24	11/24
Resultado	54%	41%	46%	79%	20%	13%	17%	25%	46%

Fonte: Elaboração própria

Quadro n.º 9 Análise das respostas à entrevista na Pergunta 3

Pergunta 3	Considera que as fichas RVD, como um instrumento de trabalho utilizado pelos OPC devem ser revistas? Se sim, de que forma?					
Categoria	Necessidade de revisão das fichas RVD					
Subcategorias UR	Necessário UR 1.1	Não necessário UR 1.2	Mudança Estrutural UR 1.3	Mudança do conteúdo UR 1.4	Forma de Aplicação UR 1.5	Implementação de novas fichas UR 1.6
E1	X			X		X
E2	X		X	X		
E3	X*			X		
E4	X					X
E5	X		X	X	X	
E6	X		X	X		
E7	X			X		
E8		X				
E9	X			X		X
E10	X		X	X	X	
E11		X				
E12	X		X			
E13	X*			X		
E14	X		X	X		X
E15	X			X	X	

Apêndices

E16	X*			X		
E17	X		X		X	X
E18	X		X	X		
E19	X*			X		
E20		X			X	
E21	X*		X	X	X	
E22	X		X	X		
E23	X*			X		
E24	X		X	X		X
UE	21/24	3/24	11/24	18/24	6/24	6/24
Resultado	88%	12%	46%	77%	25%	25%

Fonte: Elaboração própria

Quadro n.º 10 - Análise das respostas à entrevista na Pergunta 4

Pergunta 4	Relativamente à questão anterior, se nos focarmos apenas no tópico de acesso e uso de arma de fogo, considera que esta pergunta deveria incidir diretamente no nível de risco?	
Categoria	Impacto Fator de risco	
Subcategorias UR	Incidir diretamente no risco UR 1.1	Não Incidir diretamente no risco UR 1.2
E1	X	

E2	X	
E3	X	
E4	X	
E5		X
E6		X
E7	X	
E8	X	
E9	X	
E10	X	
E11	X	
E12	X	
E13	X	
E14	X	
E15	X	
E16	X	
E17	X	
E18		X
E19	X	
E20	X	
E21	X	
E22	X	
E23	X	
E24	X	

Apêndices

UE	21/24	3/24
Resultado	88%	12%

Fonte: Elaboração própria

Quadro n.º 11 - Análise das respostas à entrevista na Pergunta 5

Pergunta 5	Considerando o curso CIAVE como um curso de especialização na área de Investigação criminal, com a duração total de 30 horas, quais as temáticas que nele devem ser abordadas?								
Categoria	Temáticas relevantes no CIAVE								
Subcategorias UR	Temas relacionados com VD UR 1.1	Entrevista/ Interrogatório UR 1.2	Elaboração de documentos UR 1.3	Palestras UR 1.4	Avaliação/ Gestão do risco UR 1.5	Ciências Forenses UR 1.6	Produção de prova UR 1.7	Direito UR 1.8	Prática UR 1.9
E1		X	X	X			X		X
E2	X				X	X	X		X
E3		X	X						X
E4	X	X	X						X
E5			X			X	X		X
E6			X					X	X
E7						X		X	X
E8									X
E9		X				X	X		X
E10	X	X							
E11			X						X

Apêndices

E12	X					X		X	
E13	X	X	X		X	X	X	X	X
E14			X					X	X
E15	X		X			X		X	X
E16		X							
E17	X	X					X	X	X
E18	X	X							X
E19		X							X
E20		X				X	X		X
E21								X	
E22	X	X							X
E23	X	X					X		X
E24	X	X				X	X		X
UE	11/24	14/24	9/24	1/24	2/24	9/24	9/24	8/24	20/24
Resultado	45%	58%	38%	4%	8%	38%	38%	33%	83%

Fonte: Elaboração própria

Pergunta 6	Relativamente à abordagem de técnicas de investigação e interrogatório, considera que é uma temática que deve ser aprofundada no curso CIAVE?	
Categoria	Aprofundar Técnicas de Investigação e Interrogatório	
Subcategorias UR	Considero UR 1.1	Não Considero UR 1.2
E1	X	
E2	X	
E3	X	
E4	X	
E5	X	
E6	X	
E7	X	
E8	X	
E9	X	
E10	X	
E11	X	
E12		
E13	X	
E14	X	
E15	X	
E16	X	
E17	X	

Apêndices

E18	X	
E19	X	
E20		X
E21		X
E22	X	
E23	X	
E24	X	
UE	21/24	2/24
Resultado	88%	8%

Fonte: Elaboração própria

Quadro n.º 13 - Análise das respostas à entrevista na Pergunta 7

Pergunta 7	No seu entender, o que se torna relevante a ser incutido e reformulado no curso CIAVE?						
Categoria	Reformulações no CIAVE						
Subcategorias	Sensibilizar	Aumentar o tempo de curso	Profissionais com experiência	Não é necessário	Uniformar Procedimentos	Reforçar áreas do Direito	Reforçar áreas Técnicas
UR	UR 1.1	UR 1.2	UR 1.3	UR 1.4	UR 1.5	UR 1.6	UR 1.7
E1	X						
E2		X	X				
E3		X					
E4				X			
E5					X		X
E6						X	X

Apêndices

E7			X				
E8			X				
E9		X					X
E10							X
E11							X
E12							
E13		X				X	X
E14							X
E15	X					X	
E16							X
E17						X	X
E18		X					X
E19		X					X
E20		X					X
E21							X
E22		X					X
E23							X
E24		X				X	X
UE	2/24	9/24	3/24	1/24	1/24	5/24	16/24
Resultado	8%	38%	13%	4%	4%	21%	67%

Fonte: Elaboração própria

Pergunta 8	Em abstrato, considera que uma reestruturação no curso CIAVE contribuirá para uma melhor prevenção e repressão desta tipologia de crime?	
Categoria	Contribuição da reestruturação do CIAVE na prevenção e repressão da VD	
Subcategorias UR	Contribui UR 1.1	Não contribui UR 1.2
E1	X	
E2	X	
E3	X	
E4	X	
E5	X	
E6	X	
E7	X	
E8	X	
E9	X	
E10	X	
E11	X	
E12		
E13	X	
E14		X
E15	X	
E16	X	
E17	X	

E18	X	
E19	X	
E20	X	
E21		X
E22	X	
E23	X	
E24	X	
UE	21/24	2/24
Resultado	88%	8%

Fonte: Elaboração própria

Pergunta 9	Qual deverá ser o público-alvo no curso CIAVE?				
Categoria	Público-alvo do CIAVE				
Subcategorias UR	CMDT Destacamento UR 1.1	CMDT Posto UR 1.2	Militares na área de VD UR 1.3	Efetivo da GNR UR 1.4	Apetência para IC UR 1.5
E1	X	X	X		
E2				X	X
E3			X		
E4				X	
E5			X		
E6			X		
E7			X		X
E8	X	X		X	
E9		X	X	X	
E10				X	
E11			X		
E12					
E13			X	X	
E14			X		
E15				X	
E16				X	
E17				X	
E18					X

E19			X		X
E20			X		
E21			X		
E22			X	X	
E23			X	X	
E24			X	X	
UE	2/24	3/24	15/24	12/24	4/24
Resultado	8%	13%	63%	50%	17%

Fonte: Elaboração própria

APÊNDICE K - TABELAS DE ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS ENTREVISTAS

Tabela n.º 7 - Análise de conteúdo das respostas à pergunta 1

Entrevistado	UR	Unidade de contexto
E1	UR 1.1	<i>“(…) promover o socorro às vítimas e não esquecer que se encontram no local de um Crime”</i>
	UR 1.2	<i>“(…) após a tomada de conhecimento do crime, deve-se de imediato iniciar as diligências de investigação (…)”</i>
	UR 1.6	<i>“(…) devendo saber gerir o local, uma vez que o primeiro contacto é fundamental à investigação e descoberta da verdade.”</i>
E2	UR 1.1	<i>“(…) devem de imediato considerar: a proteção da(s) vítima(s) (…)”</i>
	UR 1.2	<i>“(…) devem de imediato considerar: (…) investigação/recolha de todas as evidências (…)”</i>
	UR 1.3	<i>“(…) devem de imediato considerar: (…) a prevenção através da alavancagem da denúncia do crime (…)”</i>
	UR 1.4	<i>“(…) devem de imediato considerar: (…) investigação/recolha de todas as evidências (…)”</i>
E3	UR 1.1	<i>“(…) Apoiar a vítima (cuidados médicos, institucionalização, encaminhamento para gabinetes de apoio a vítimas de VD, entre outros…)”</i>
	UR 1.5	<i>“(…) Providenciar para que os órgãos próprios (NIAVE) tenham conhecimento do crime e iniciem o mais rapidamente possível o inquérito.”</i>
E4	UR 1.5	<i>“É muito importante que os militares ao tomarem conhecimento de qualquer ocorrência onde ocorram crimes de violência doméstica, devem de imediato elaborar o respetivo auto e dar conhecimento ao MP (…)”</i>
E5	UR 1.7	<i>“A atuação deve ser imediata (…) disponibilizar uma patrulha “livre” para o local no mais curto espaço de tempo”</i>
E6	UR 1.7	<i>“Deve ser encarada com celeridade e serenidade”</i>
E7	UR 1.1	<i>“(…) a prioridade deverá ser assegurar a segurança das vítimas”</i>
	UR 1.2	<i>“Posteriormente deverá ser encarado o local do crime como isso mesmo, um local onde foi praticado um crime, observando todos os procedimentos legais e instruções técnicas (…)”</i>
	UR 1.3	<i>“Caso não se verifiquem os pressupostos para a detenção do agressor e consequente afastamento deste das vítimas, deverá ser providenciado local para que estas não continuem ameaçadas”</i>
	UR 1.4	<i>“(…) deverá ser encarado o local do crime como isso mesmo, um local onde foi praticado um crime, observando todos os procedimentos legais e instruções técnicas quanto a isso, nomeadamente no que concerne à recolha e preservação de vestígios (…)”</i>
	UR 1.5	<i>“(…) reportando tudo às equipas de investigação criminal responsáveis, com o máximo de pormenores possíveis (…)”</i>
	UR 1.7	<i>“(…) reportando tudo às equipas de investigação criminal responsáveis, com o máximo de pormenores possíveis e com celeridade também (…)”</i>

E8	UR 1.1	<i>“após conhecimento destas ocorrências a atenção dos militares deverá ser orientada para (...) a proteção da vítima (...) informando-a dos seus direitos e prestando-lhe o apoio (...)”</i>
	UR 1.4	<i>“após conhecimento destas ocorrências a atenção dos militares deverá ser orientada para praticar os atos cautelares necessários e urgentes para assegurar os meios de prova (...)”</i>
E9	UR 1.1	<i>“(...) deve prontamente estar atento à situação, explorar o quanto possível os factos sem colocar em risco a vítima (...)”</i>
	UR 1.3	<i>“(...) devendo também partilhar a informação com outros elementos, de modo que se consiga prevenir e atuar precocemente (...)”</i>
	UR 1.4	<i>“(...) deve prontamente estar atento à situação, explorar o quanto possível os factos sem colocar em risco a vítima (...)”</i>
	UR 1.5	<i>“(...) devendo também partilhar a informação com outros elementos, de modo que se consiga prevenir e atuar precocemente (...)”</i>
E10	UR 1.1	<i>“(...) deve ser prestada toda a atenção à vítima (...) ser informada das instituições que existem para lhe prestar apoio (...)”</i>
	UR 1.4	<i>“Será importante aquando da denúncia apurar se existem testemunhas, recolher identifições, registos fotográficos da residência, de possíveis danos, pois são peças fundamentais para sustentar a prova do crime”</i>
E11	UR 1.1	<i>“(...) devem-se deslocar em segurança para o local da ocorrência, saber se já existem situações anteriores”</i>
	UR 1.3	<i>“(...) prestar auxílio às vítimas se necessário”</i>
E12	UR 1.1	<i>“A atenção deve ser focada quer na(s) vítima(s) quer no(s) agressor(es) pois são os intervenientes principais da situação (...)”</i>
	UR 1.3	<i>“avaliar a cada momento os comportamentos e necessidades de ambos bem como as intenções/ desejos, com vista a prevenir novos comportamentos de violência”</i>
	UR 1.8	<i>“A atenção deve ser focada quer na(s) vítima(s) quer no(s) agressor(es) pois são os intervenientes principais da situação (...)”</i>
E13	UR 1.1	<i>“(...) caso esteja ainda a ocorrer, procedendo, da forma mais eficaz, à adoção de medidas que visem a proteção da vítima (...)”</i>
	UR 1.3	<i>“Os militares devem obter o máximo de informação possível, antes da intervenção, tendo em conta que a VD é um crime”</i>
	UR 1.8	<i>“(...) medidas que visem a proteção da vítima, tendo em conta as suas necessidades imediatas, bem como medidas de contenção para o agressor”</i>
E14	UR 1.1	<i>“Os militares antes de tudo devem proteger de imediato a vítima mantendo-a afastada do agressor (...)”</i>
	UR 1.4	<i>“(...) no imediato devem ser recolhidas todas as provas, estejam estas na vítima (marcas de agressão), reportagem fotográfica, recolha de vestígios biológicos e outros se os houver (ex. apreensão do telemóvel do suspeito), bem como proceder á recolha das armas utilizadas para a agressão (...)”</i>
	UR 1.8	<i>“(...) solicitar no imediato junto do Ministério Público medidas de proteção á ofendida (ex. mandado de detenção para aplicação de medidas de coação)”</i>
E15	UR 1.1	<i>“Ao ter conhecimento de ocorrências que sejam identificadas como violência doméstica devem ser desenvolvidas todas as diligências necessárias à proteção da vítima”</i>
	UR 1.5	<i>“Deve ser dada toda a informação necessária à vítima para que esta saiba das hipóteses que tem à sua disposição, informação esta que deve ser</i>

		<i>personalizada, pois cada caso é um caso e deve ser dado o mais rápido possível o conhecimento ao MP</i>
E16	UR 1.1	<i>“Os militares devem após elaboração dos respetivos autos de notícia, efetuar um seguimento da vítima e do suspeito (...)”</i>
	UR 1.8	<i>“Os militares devem após elaboração dos respetivos autos de notícia, efetuar um seguimento da vítima e do suspeito (...)”</i>
E17	UR 1.1	<i>“(...) Devem ter conhecimento e especial cuidado com a vítima por causa da sua especial vulnerabilidade (...)”</i>
	UR 1.3	<i>“(...) conhecimento da Lei para fazer cessar o crime e prevenir que volte a acontecer (...)”</i>
	UR 1.4	<i>“(...) apurar testemunhas na medida do possível para assegurar meios de prova por a vítima acaba, pode vezes, não testemunhar”</i>
E18	UR 1.1	<i>“(...) tratando-se de um crime público, devem elaborar o Auto de Notícia de violência doméstica, atribuir o estatuto de vítima, preencher a RVD (1L), que em caso de dar risco elevado, devem notificar a vítima (...) Devem igualmente, proceder à elaboração do plano de segurança, que deve variar de acordo com as intenções da vítima (...)”</i>
	UR 1.2	<i>“Se estivermos a falar numa situação de crime de cenário, em que seja possível recolher outros elementos de prova, devem isolar o local e acionar a escala de serviço do piquete do NIAVE, para que venha ao terreno e sejam eles a assumir as diligências de investigação”</i>
	UR 1.3	<i>“(...) nomeadamente os patrulheiros, que atuam em primeira linha, devem desenvolver todas as diligências urgentes e imediatas tidas por pertinentes para as situações de VD”</i>
	UR 1.4	<i>“Se estivermos a falar numa situação de crime de cenário, em que seja possível recolher outros elementos de prova, devem isolar o local e acionar a escala de serviço do piquete do NIAVE (...)” “(...) Se existirem lesões físicas visíveis, devem realizar fotografias das mesmas, solicitando à vítima autorização para tal, e notificá-la para comparecer no gabinete médico legal, para exame pericial a lesões”</i>
	UR 1.5	<i>“Se estivermos a falar numa situação de crime de cenário, em que seja possível recolher outros elementos de prova, devem isolar o local e acionar a escala de serviço do piquete do NIAVE (...)”</i>
	UR 1.6	<i>“Se estivermos a falar numa situação de crime de cenário, em que seja possível recolher outros elementos de prova, devem isolar o local e acionar a escala de serviço do piquete do NIAVE (...)”</i>
E19	UR 1.1	<i>“(...) devem dar prioridade: 1º - proteção da vítima (criando condições para a sua retirada de casa e acolhimento numa casa abrigo, caso haja necessidade) através do resultado da ficha de avaliação de risco (...)”</i>
	UR 1.3	<i>“(...) 3º- Apreensão de armas de fogo, quando elas existam (...)”</i>
	UR 1.4	<i>“(...) 4º- Recolha de prova para posterior aplicação de medida de coação ao agressor”</i>
	UR 1.6	<i>“(...) 2º- Preservação do local do crime (nomeadamente em crime de cenário, com objetos partidos, sangue, armas (...)”</i>
E20	UR 1.1	<i>“Se possível a deslocação mais rápida para o local e prestar toda a assistência a vítima”</i>
	UR 1.7	<i>“Se possível a deslocação mais rápida para o local e prestar toda a assistência a vítima”</i>
E21	UR 1.1	<i>“A vítima deve ser sempre protegida e nunca vitimizada, preservar o local, retirar os menores, detenção do agressor, meios cautelares de prova”</i>

	UR 1.3	<i>“A vítima deve ser sempre protegida e nunca vitimizada, preservar o local, retirar os menores, detenção do agressor, meios cautelares de prova”</i>
	UR 1.4	<i>“A vítima deve ser sempre protegida e nunca vitimizada, preservar o local, retirar os menores, detenção do agressor, meios cautelares de prova”</i>
	UR 1.6	<i>“A vítima deve ser sempre protegida e nunca vitimizada, preservar o local, retirar os menores, detenção do agressor, meios cautelares de prova”</i>
	UR 1.8	<i>“A vítima deve ser sempre protegida e nunca vitimizada, preservar o local, retirar os menores, detenção do agressor, meios cautelares de prova”</i>
E22	UR 1.1	<i>“(…) deve ser orientada no sentido da proteção da integridade das vítimas”</i>
	UR 1.3	<i>“A vítima devem ser elucidados todos os recursos de apoio ao seu dispor e reduzir ao máximo repetição de diligências junto da mesma por forma a evitar a vitimização secundária”</i>
E23	UR 1.1	<i>“Os militares que tomem conhecimento deste crime, devem em primeiro lugar colocar a vítima em segurança assim como os que dela dependem (…)”</i>
	UR 1.6	<i>“preservar logo todas as provas (ex: se a vítima tem mensagem ou rede social, ... a ameaça-la para a mesma não eliminar e aquando da inquirição levar em suporte papel ou telemóvel para juntar ao processo (…)”</i>
E24	UR 1.1	<i>“(…) para evitar uma escala de violência e reincidência do suspeito, salvaguardando a segurança da vítima”</i>
	UR 1.3	<i>“(…) medida de coação ao arguido seja a mais adequada à situação em si, para evitar uma escala de violência e reincidência do suspeito (…)”</i>
	UR 1.4	<i>“O militar a que está distribuído o inquérito, deverá no mais curto espaço de tempo, inquirir a vítima e juntar todos os indícios (…)”</i>
	UR 1.7	<i>“deverá no mais curto espaço de tempo, inquirir a vítima e juntar todos os indícios”</i>
	UR 1.8	<i>“(…) inquirir a vítima e juntar todos os indícios que possam existir na primeira fase, para que a medida de coação ao arguido seja a mais adequada à situação em si (…)”</i>

Fonte: Elaboração própria

Tabela n.º 8 - Análise de conteúdo das respostas à pergunta 2

Entrevistado	UR	Unidade de contexto
E1	UR 1.3	<i>“Estamos perante vários fatores, desde psicológicos a financeiros”</i>
	UR 1.9	<i>“(…) as vítimas se encontram fragilizadas e para que o ciclo de violência se quebre é necessário o acompanhamento continuo (…)”</i>
E2	UR 1.1	<i>“(…) os hábitos etílicos em demasia e o consumo de drogas (…)”</i>
	UR 1.2	<i>“(…) os hábitos etílicos em demasia e o consumo de drogas (…)”</i>
	UR 1.4	<i>“(…) e naturalmente, sempre a tomada de decisão por parte da vítima em separar-se do(a) agente do crime”</i>
E3	UR 1.4	<i>“A habitação em comum e as relações que a vítima/suspeito têm que ter devido aos progenitores em comum”</i>
	UR 1.5	<i>“A habitação em comum e as relações que a vítima/suspeito têm que ter devido aos progenitores em comum”</i>
E4	UR 1.3	<i>“(…) as vítimas não se encontrarem suficientemente motivadas para terminarem as relações abusivas, muitas vezes por questões financeiras e emocionais (…)”</i>
	UR 1.6	<i>“(…) as mais frequentes serão, as respostas inadequadas do sistema de justiça (…)”</i>

	UR 1.9	<i>“A fraca ou inexistente resposta no acompanhamento e tratamento dos agressores, que muitas vezes reincidem”</i>
E5	UR 1.9	<i>“A reinserção social de agressores domésticos depende sempre da dissipação do sentimento de vingança perante a ofendida e ou testemunhas (...)”</i>
E6	UR 1.1	<i>“álcool e droga”</i>
	UR 1.2	<i>“álcool e droga”</i>
E7	UR 1.1	<i>“(...) as adições (álcool, toxicodependência) que sendo muito complexas de tratar, por vezes, não existe um tratamento consistente (...)”</i>
	UR 1.2	<i>“(...) as adições (álcool, toxicodependência) que sendo muito complexas de tratar, por vezes, não existe um tratamento consistente (...)”</i>
	UR 1.4	<i>“(...) por fim, as próprias vítimas, que, em grande parte dos casos, voltam para a companhia dos agressores (...)”</i>
	UR 1.6	<i>“Nomeadamente a moldura penal atualmente em vigor que, em grande parte dos casos, ficará muito aquém daquilo que seria expectável (...)”</i>
	UR 1.9	<i>“(…), com um fraco acompanhamento por parte das entidades que teriam tal responsabilidade (...)”</i>
E8	UR 1.1	<i>“são as adições, dependência económica por parte da vítima em relação ao agressor (...)”</i>
	UR 1.2	<i>“são as adições, dependência económica por parte da vítima em relação ao agressor (...)”</i>
	UR 1.3	<i>“(…) são as adições, dependência económica por parte da vítima em relação ao agressor (...)”</i>
	UR 1.4	<i>“(…) quando a vítima sofre de Síndrome de Estocolmo ou patologias associadas ao agressor nomeadamente, histórico de violência familiar com desenvolvimento de comportamentos paranoides (...)”</i>
	UR 1.9	<i>“(…) Outro dos fatores é o PAVD (Programa Agressores Violência Doméstica) aplicado não estar direcionado para uma intervenção a médio e longo prazo, inviabilizando o acompanhamento do agressor até este estar completamente reabilitado (...)”</i>
E9	UR 1.3	<i>“(…) com valores fundamentais como é o sentimento de pertença e de ser família, além das dependências emocionais e financeiras (...)”</i>
	UR 1.4	<i>“(…) tudo isto, conduz a que muitas vezes os visados reassumam a relação e, após a passagem pelas fases do ciclo da violência doméstica (...)”</i>
	UR 1.5	<i>“(…) que mexe com sentimentos e com valores fundamentais como é o sentimento de pertença e de ser família (...)”</i>
	UR 1.8	<i>“(…) como é o sentimento de pertença e de ser família, além das dependências emocionais e financeiras, entre outras (...)”</i>
	UR 1.9	<i>“(…) no entanto, se a situação não for alvo de um tratamento adequado e identificado a origem do problema, mais tarde ou mais cedo, tudo volta a acontecer”</i>
E10	UR 1.3	<i>“e por falta de apoio financeiro/ emocional, voltem para casa”</i>
	UR 1.4	<i>“O facto de serem as vítimas a reinventar-se, a sair de casa, procurar trabalho, começar uma vida nova, muitas vezes longe da sua zona de conforto, fá-las pensar se realmente vale a pena, resignando-se às agressões”</i>
	UR 1.6	<i>“A meu ver a falta de apoios às vítimas, está previsto na Lei 112/2009 uma série de apoios, casa, apoio jurídico, no entanto os mesmos são lentos (...)”</i>

	UR 1.9	<i>“(...) A meu ver a falta de apoios às vítimas (...) e por falta de apoio financeiro/ emocional (...)”</i>
E11	UR 1.1	<i>“álcool, ciúmes, visionamento de telemóvel e redes sociais troca de mensagens entre a vítima e outros”</i>
	UR 1.7	<i>“álcool, ciúmes, visionamento de telemóvel e redes sociais troca de mensagens entre a vítima e outros”</i>
	UR 1.9	<i>“álcool, ciúmes, visionamento de telemóvel e redes sociais troca de mensagens entre a vítima e outros”</i>
E12	UR 1.1	<i>“Consumo excessivo de álcool, ciúmes, fatores de nível económico, falta de apoio psicossocial quer á vítima quer ao agressor”</i>
	UR 1.3	<i>“Consumo excessivo de álcool, ciúmes, fatores de nível económico, falta de apoio psicossocial quer á vítima quer ao agressor”</i>
	UR 1.7	<i>“Consumo excessivo de álcool, ciúmes, fatores de nível económico, falta de apoio psicossocial quer á vítima quer ao agressor”</i>
	UR 1.9	<i>“Consumo excessivo de álcool, ciúmes, fatores de nível económico, falta de apoio psicossocial quer á vítima quer ao agressor”</i>
E13	UR 1.4	<i>“criando, assim, um ciclo de dependência, onde os intervenientes passam a criar um certo equilíbrio dentro do desequilíbrio”</i>
	UR 1.9	<i>“(...) Outros fatores fundamentais, residem na intervenção propriamente dita (...) Porém, muitas vezes, as intervenções mal sucedidas, fazem com que a vítima perca a confiança/esperança para a saída da relação violenta (...)”</i>
E14	UR 1.3	<i>“(...) a baixa autoestima da vítima, a dependência económica da vítima em relação ao arguido (...)”</i>
	UR 1.4	<i>“A dependência afetiva que a vítima tem em relação ao agressor (...)”</i>
	UR 1.5	<i>“(...) o facto de terem filhos menores e esta temer que a separação vai provocar sentimentos adversos nos mesmos (...)”</i>
	UR 1.8	<i>“A dependência afetiva que a vítima tem em relação ao agressor, a baixa autoestima da vítima (...)”</i>
E15	UR 1.4	<i>“A vítima tem o seu “tempo” e muitas vezes mantém a relação pois esse tempo ainda não chegou”</i>
	UR 1.9	<i>“(...) ser um crime continuado e que normalmente perdura ao longo de muitos anos (...) Após um episódio violento, normalmente baixa a agressividade, mas conforme o ciclo da violência, mais tarde ou mais cedo voltará a agredir.”</i>
E16	UR 1.1	<i>“O maior risco e o que mais aumenta a reincidência é o consumo excessivo de bebidas alcoólicas”</i>
E17	UR 1.1	<i>“verifica-se a presença de fatores de risco que podem permitir uma escalada da violência, entre eles, realçamos o consumo de substâncias de abuso (droga; álcool) (...)”</i>
	UR 1.2	<i>“verifica-se a presença de fatores de risco que podem permitir uma escalada da violência, entre eles, realçamos o consumo de substâncias de abuso (droga; álcool) (...)”</i>
	UR 1.8	<i>“(...) baixa autoestima, baixa resistência a frustração, desemprego; idade do agressor, entre outros”</i>

E18	UR 1.1	“Os fatores que poderão suscitar a reincidência desta tipologia do crime, são essencialmente os ciúmes excessivos e o consumo em excesso de substâncias aditivas ”
	UR 1.2	“Os fatores que poderão suscitar a reincidência desta tipologia do crime, são essencialmente os ciúmes excessivos e o consumo em excesso de substâncias aditivas ”
	UR 1.7	Os fatores que poderão suscitar a reincidência desta tipologia do crime, são essencialmente os ciúmes excessivos e o consumo em excesso de substâncias aditivas”
E19	UR 1.1	“Pela experiência em várias situações, o suspeito de Violência Doméstica, muitas vezes potenciado por problemas de adição , reincide neste tipo de crime”
	UR 1.2	“Pela experiência em várias situações, o suspeito de Violência Doméstica, muitas vezes potenciado por problemas de adição , reincide neste tipo de crime”
E20	UR 1.3	“ Fatores económicos , ciúmes, dependência a tantos outros níveis (filhos, créditos etc)”
	UR 1.5	“Fatores económicos, ciúmes, dependência a tantos outros níveis (filhos, créditos etc) ”
	UR 1.7	“Fatores económicos, ciúmes , dependência a tantos outros níveis (filhos, créditos etc)”
E21	UR 1.3	“Por norma neste tipo de crime a vítima acaba por “perdoar” o agressor por diversos motivos, quer por a situação dos filhos ou pela situação financeira ”
	UR 1.5	“Por norma neste tipo de crime a vítima acaba por “perdoar” o agressor por diversos motivos, quer por a situação dos filhos ou pela situação financeira”
	UR 1.8	“quer por a situação dos filhos ou pela situação financeira ou por receio do que a sociedade possa pensar sobre toda a situação ”
E22	UR 1.1	“Além dos mais fatores de risco já existentes como consumos de álcool e produtos estupefacientes (...) ”
	UR 1.2	“Além dos mais fatores de risco já existentes como consumos de álcool e produtos estupefacientes (...) ”
E23	UR 1.3	“Alguns dos fatores são a dependência que a vítima tem em relação ao agressor, seja na parte económica seja na parte psicológica (...) ”
	UR 1.4	“(…) Nestas situações, por vezes a casa abrigo não satisfaz as necessidades destas vítimas (...) o que as leva a regressar à casa e a reatar o relacionamento ”
	UR 1.8	“(…) pois como é um crime que se prolonga no tempo, por norma a vítima, encontra-se muito fragilizada, com baixa autoestima (...) ”
E24	UR 1.1	“(…) já tendo sido vítima ou assistido a episódios de violência, problemas financeiros, consumo excessivo de álcool ou substâncias psicotrópicas”
	UR 1.2	“(…) já tendo sido vítima ou assistido a episódios de violência, problemas financeiros, consumo excessivo de álcool ou substâncias psicotrópicas ”
	UR 1.3	“(…) já tendo sido vítima ou assistido a episódios de violência, problemas financeiros , consumo excessivo de álcool ou substâncias psicotrópicas”
	UR 1.8	“(…) existem alguns fatores que potenciam a reincidência, como o historial de violência, modelos de comportamento aprendidos na família (...) ”

Fonte: Elaboração própria

Tabela n.º 9 - Análise de conteúdo das respostas à pergunta 3

Entrevistado	UR	Unidade de contexto
E1	UR 1.1	“Sim”
	UR 1.4	“As questões deveriam ser reformuladas, pois não são claras ou objetivas, permitem mais que uma resposta, influenciadas pelo estado atual da vítima”
	Ur 1.6	“(…) Ainda não esquecer o crime de VD contra crianças e idosos “
E2	UR 1.1	“Dúvidas não existe quanto à alteração dos pressupostos da RVD-1L e também da RVD-2L”
	UR 1.3	“(…) a questão do álcool, a questão da ideação suicida e a questão da tomada de decisão por parte da vítima em separar-se são itens que só por si deveriam dar RISCO ELEVADO”
	UR 1.4	“Dúvidas não existe quanto à alteração dos pressupostos da RVD-1L e também da RVD-2L”
E3	UR 1.1	“A ficha RVD-1L deve ser revista”
	UR 1.5	“A sua aplicabilidade deve ser dirigida para os factos em concretos no crime em questão e reportados no auto de notícia (espaço de tempo, circunstâncias em que o crime foi praticado)”
E4	UR 1.1	“Não se deveria estar a utilizar a mesma ficha em todas as situações (...)”
	UR 1.6	“A Ficha está adequada para os crimes de violência conjugal e não para outro tipo de crimes VD (...) deveria ser criado um formulário adequado e próprio para situações de menores, idosos e de pessoas com necessidades especiais”
E5	UR 1.1	“A ficha deve ser revista (...)”
	UR 1.3	“A ficha deve ser revista no sentido de que os itens (NA/D) elevem o nível de risco (...)”
	UR 1.4	“(…) Além disso, também os itens devem ser editáveis a fim de melhor esclarecer qualquer resposta aos mesmos”
	UR 1.5	“(…) Também parece ser necessário um melhor entendimento do instrumento de avaliação e uma forma correta de o fazer”
E6	UR 1.1	“Devem ser revistas”
	UR 1.3	“As fichas RVD não indicam verdadeiramente os factos ocorridos”
	UR 1.4	“As fichas RVD não indicam verdadeiramente os factos ocorridos”
E7	UR 1.1	“As fichas RVD estão direcionadas, essencialmente, para os casos de violência doméstica (...) não se adequando a outros casos (...)”
	UR 1.4	“As fichas estão direcionadas, essencialmente, para os casos de violência doméstica entre casais que mantêm um relacionamento amoroso, não se adequando a outros casos (...)”
E8	UR 1.2	“entendo que está adequada à realidade, desde que bem aplicada pelo OPC na 1.ª Linha de Intervenção (...)”
E9	UR 1.1	“Embora considere a ficha RVD-1L importante para aferição do risco em algumas situações de violência doméstica, pois numa fase inicial é eficaz, considero que a mesma deve ser revista (...) A Ficha RVD 2-L melhora que permite uma maior flexibilidade, embora fique na mesma situação que a Ficha RVD 1-L (...)”
	UR 1.4	“A ficha está elaborada para conflitos conjugais, deixando de fora as demais vítimas deste crime, como é o caso das crianças e dos idosos”

	UR 1.6	<i>“A ficha está elaborada para conflitos conjugais, deixando de fora as demais vítimas deste crime, como é o caso das crianças e dos idosos”</i>
E10	UR 1.1	<i>“A RVD não é funcional (...)”</i>
	UR 1.3	<i>“(...) o facto de ter nível de risco “elevado” ou “baixo”, não quer dizer que seja realmente assim, cada situação deverá ser avaliada com base na descrição dos fatos e na inquirição da vítima (...)”</i>
	UR 1.4	<i>“A RVD deveria ser revista, sim. A RVD 1L, não deveria ter as mesmas questões que a RVD 2L, uma vez que são elaboradas em fases distintas do processo”</i>
	UR 1.5	<i>“A RVD não é funcional, muitas vezes não é bem elaborada (...)”</i>
E11	UR 1.2	<i>“Não”</i>
E12	UR 1.1	<i>“Sim”</i>
	UR 1.3	<i>“As fichas de avaliação de risco não deveriam se cingir a respostas sim e não, mas e na minha opinião, cada resposta sim devia ser justificada e explicado o porquê de a resposta ser sim, nomeadamente tempo lugar e modo”</i>
E13	UR 1.1	<i>“No que se refere à RVD-1L, parece-me adequada (...) Já no que se refere à RVD-2L, uma revisão seria bem-vinda”</i>
	UR 1.4	<i>“(...) uma revisão seria bem-vinda, na medida em que os fatores de risco ali elencados são os mesmos e, pese embora muitos deles já tenham sido eliminados, estes vão continuar a “pesar””</i>
E14	UR 1.1	<i>“A ficha de avaliação RVD-1L, no nosso entender está bem elaborada, no entanto a ficha de reavaliação RVD 2L devia ser reestruturada”</i>
	UR 1.3	<i>“(...) devia ser reestruturada (...) porque desta forma o resultado da segunda avaliação dificilmente irá diferir da avaliação inicial (...)”</i>
	UR 1.4	<i>“(...) devia ser reestruturada, ou seja, não conter exatamente as mesmas perguntas que a ficha de avaliação inicial (...)”</i>
	UR 1.6	<i>“De igual forma os OPC estão a elaborar as RVD para os crimes de maus-tratos a idosos e maus-tratos a crianças, sendo que esta ficha (RVD) é completamente desajustada para estes casos”</i>
E15	UR 1.1	<i>“No meu entendimento a única revisão que deveria ter seria na ficha RVD 2-L”</i>
	UR 1.4	<i>“No meu entendimento a única revisão deveria ser na ficha RVD 2-L, onde deveria ser usada na atualidade pois algumas das perguntas são feitas no tempo e não na atualidade”</i>
	UR 1.5	<i>“Mais do que ser revisto era necessário instruir e sensibilizar mais e melhor os militares que a usam”</i>
E16	UR 1.1	<i>“A ficha RVD -1L, está correta, a que, salvo melhor opinião, deveria ser alterada seria a RVD-2L porque ambas têm as mesmas perguntas”</i>

	UR 1.4	<i>“As perguntas da Ficha RVD 2-L deveriam ser perguntas diferenciadas da primeira ficha para aferir o grau de risco nesse tempo”</i>
E17	UR 1.1	<i>“Sim deverá ser revisto ambas as fichas tendo em vista a sua melhoria”</i>
	UR 1.3	<i>“Penso que na presença de alguns fatores de risco como posse de arma, instabilidade emocional, ameaças de suicídio e homicídio, deveriam ser suficientes para que a ficha RVD identificasse o risco como elevado”</i>
	UR 1.5	<i>“A Ficha RVD-2L deveria ser realizada se houvesse alterações desde a situação anterior senão irão resultar nas mesmas respostas que ficha RVD-1L”</i>
	UR 1.6	<i>“Considerar a criação da avaliação de perigosidade do suspeito visto que a ficha está direcionada para a vítima e não há uma ficha direcionada para o agressor”</i>
E18	UR 1.1	<i>“(…) as questões que são colocadas na fase inicial são as mesmas que são efetivadas nas fases seguintes, torna esta ferramenta num instrumento de trabalho que de certo modo compromete a seriedade da investigação”</i>
	UR 1.4	<i>“(…) Todavia, como as questões que são colocadas na fase inicial são as mesmas que são efetivadas nas fases seguintes, torna esta ferramenta num instrumento de trabalho que de certo modo compromete a seriedade da investigação “(…) O sistema das perguntas fechadas, sem que as mesmas ou as repostas evoluam ao longo do inquérito, condiciona a verdade dos resultados em tal ferramenta”</i>
E19	UR 1.1	<i>“Sim”</i>
	UR 1.4	<i>“As fichas RVD1L e RVD2L, são compostas pelas mesmas perguntas, estando previsto na RVD2L, o escrutínio daquela resposta, no entanto, o que se verifica é que o cálculo do risco se mantém, mesmo quando o agressor já se encontra afastado da vítima (...)”</i>
E20	UR 1.2	<i>“No meu entender deverá haver por parte de quem faz a RVD, mais sensibilidade (...)”</i>
	UR 1.5	<i>“(…) deverá haver por parte de quem faz a RVD, mais sensibilidade para colocar as questões em virtude de em inúmeras situações, na descrição dos factos que deram lugar ao NUIPC em causa, serem descritas poucas informações (...)”</i>
E21	UR 1.1	<i>“A Ficha RVD-1L devia ser preenchida de preferência pela vítima”</i> <i>“(…) as perguntas muitas vezes deixam dúvidas em quem pergunta e também está a elaborar a ficha (...) Relativamente à Ficha RVD 2-L deveria ser toda modificada (...)”</i>
	UR 1.3	<i>“Relativamente à Ficha RVD 2-L deveria ser toda modificada porque se trata de uma cópia da Ficha RVD-1L, onde as respostas iriam ser as mesmas”</i>
	UR 1.4	<i>“Relativamente à Ficha RVD 2-L (...) Seria necessário avaliar se existiu uma evolução ou regressão neste caso, para isso as perguntas teriam de ser diferentes para as respostas também”</i>
	UR 1.5	<i>“A Ficha RVD-1L devia ser preenchida de preferência pela vítima ou em caso de ser impossibilidade ser assinada sempre pela vítima, as perguntas</i>

		<i>muitas vezes deixam dúvidas em quem pergunta e também está a elaborar a ficha</i>
E22	UR 1.1	<i>“Sim”</i>
	UR 1.3	<i>“principal alteração de que esta ferramenta carece prende-se com a adequabilidade na elaboração com menores (...)”</i>
	UR 1.4	<i>“principal alteração de que esta ferramenta carece prende-se com a adequabilidade na elaboração com menores, contudo parece-me que além da RVD1 L também a RVD 2L sobretudo após a 1ª Reavaliação deve ser reformulada”</i>
E23	UR 1.1	<i>“No que diz respeito à ficha RVD-1L, acho que está bem concebida para uma primeira abordagem (...) Relativamente à ficha RVD-2L deveria ter outro tipo de perguntas (...)”</i>
	UR 1.4	<i>“Relativamente à ficha RVD-2L deveria ter outro tipo de perguntas, talvez direcionadas para a relação após a elaboração da RVD-1L (...) em vez de ser exatamente igual à RVD-1L, porque não perguntar se desde a elaboração da RVD-1L ocorreram outros episódios de agressões (...)”</i>
E24	UR 1.1	<i>“Sim, devem ser revistas (...)”</i>
	UR 1.3	<i>“Sim, devem ser revistas porque há situações na Violência Doméstica em que as fichas, não estão preparadas”</i>
	UR 1.4	<i>“nomeadamente quando as vítimas são os pais ou os filhos, em que as perguntas 3,10,17 e 18 da RVD, não estão adequadas”</i>
	UR 1.6	<i>“Deverão ser elaboradas fichas RVD em específico para vítimas filhos e pais”</i>

Fonte: Elaboração própria

Tabela n.º 10 - Análise de conteúdo das respostas à pergunta 4

Entrevistado	UR	Unidade de contexto
E1	UR 1.1	<i>“Neste caso acho que sim, a apreensão cautelar das referidas armas, com vista a minimizar o grau de risco da vítima”</i>
E2	UR 1.1	<i>“Atentos a este meio letal, aquando da elaboração de ficha RVD-1L, só por si deveria ser considerado RISCO ELEVADO”</i>
E3	UR 1.1	<i>“Sim. Sem prejuízo de haver outra questão que é o uso ou intenção de usar essas mesmas armas”</i>
E4	UR 1.1	<i>“Sim, a existência e o uso de arma de fogo neste tipo de crime VD deveriam incidir diretamente no aumento do nível de risco e ter uma cotização diferentes de outras questões (...)”</i>
E5	UR 1.2	<i>“Não considero que a mera existência de armas de fogo (desde que legalizadas), seja um motivo para aumentar em demasia o risco”</i>
E6	UR 1.2	<i>“Não”</i>
E7	UR 1.1	<i>“Considero que, caso tenha havido, efetivamente, uso de arma de fogo na prática do crime ou ameaça direta com essa mesma arma, este item deveria ter uma relevância muito grande no resultado final da avaliação de risco”</i>
E8	UR 1.1	<i>“Considero que sim, desde que cumulativamente com outros fatores associados, tais como: histórico ou episódios de utilização ou ameaça de</i>

		<i>utilização como forma de agressão ou intimidação; prática na sua utilização; existência de adições ou problemas de foro psíquico e não estarem devidamente registadas ou legalizadas”</i>
E9		<i>“Sem qualquer dúvida que sim, pois o acesso e uso de armas de fogo potencia a ocorrência de uma situação drástica e com consequências nefastas (...)”</i>
E10	UR 1.1	<i>“Sim, o uso de arma de fogo ou o fácil acesso às mesmas poderá potenciar a violência e a gravidade da mesma, levando ao homicídio (...)”</i>
E11	UR 1.1	<i>“Sim”</i>
E12	UR 1.1	<i>“Sim. Mas devidamente justificada”</i>
E13	UR 1.1	<i>“Sim, é um fator de risco a que se deve dar toda atenção, por si só associa um nível de risco elevado”</i>
E14	UR 1.1	<i>“Sim, deve porque quem tem acesso fácil a armas de fogo poderá utilizar as mesmas”</i>
E15	UR 1.1	<i>“No meu entendimento, o acesso e uso de arma de fogo é um agravante do risco”</i>
E16	UR 1.1	<i>“Sim”</i>
E17	UR 1.1	<i>“Penso que seria aceitável que um fator de risco tão grave como a existência ou a possibilidade de uso de arma de fogo pudesse aumentar o nível de risco (...)”</i>
E18	UR 1.2	<i>“Não devia (...) sou da opinião de que, se o arguido tiver acesso fácil a armas de fogo, e mesmo que nunca tenha feito qualquer alusão ou ameaça de utilização contra a vítima, que por medida cautelar, devam ser apreendidas”</i>
E19	UR 1.1	<i>“Sim. Apesar deste tópico já incidir ao mesmo nível dos outros no cálculo do nível de risco, este tópico deveria ter mais relevância (...)”</i>
E20	UR 1.1	<i>“Sim, deveria incidir diretamente”</i>
E21	UR 1.1	<i>“Sim, deveria incidir diretamente no nível. Norma quem pretende fazer algum ilícito recorre a uma arma ilegal</i>
E22	UR 1.1	<i>“Sim. Em minha opinião é um fator de risco que merece atenção e intervenção urgente quando detetado”</i>
E23	UR 1.1	<i>“acho que esta pergunta deva só por si aumentar de imediato o nível de risco (...) acho que devem também ser levados em conta outros fatores de risco (...)”</i>
E24	UR 1.1	<i>“Sim, deveria, mas deveriam existir duas perguntas, se tem acesso a arma de fogo ou se utilizou/ameaçou diretamente com arma de fogo, respondendo que sim deveria incidir diretamente na avaliação de risco”</i>

Fonte: Elaboração Própria

Tabela n.º 11 - Análise de conteúdo das respostas à pergunta 5

Entrevistado	UR	Unidade de contexto
E1	UR 1.2	<i>“Gestão do Local, Entrevista e Interrogatório, Expediente e Elaboração e organização de processos”</i>

	UR 1.3	““Gestão do Local, Entrevista e Interrogatório, Expediente e Elaboração e organização de processos (...)”
	UR 1.4	“Também considero importante palestras de especialistas na área da violência doméstica”
	UR 1.7	“ Gestão do Local , Entrevista e Interrogatório, Expediente e Elaboração e organização de processos”
	UR 1.9	““Gestão do Local, Entrevista e Interrogatório, Expediente e Elaboração e organização de processos (numa perspectiva prática) (...)”
E2	UR 1.1	“(...) como também as matérias serem na base das Ciências Forenses (...) Igualdade de Gênero, Avaliação e Gestão de Risco entre outras temáticas”
	UR 1.5	“(...) Igualdade de Gênero, Avaliação e Gestão de Risco entre outras temáticas”
	UR 1.6	“(...) como também as matérias serem na base das Ciências Forenses (...)”
	UR 1.7	“Uma dessas particularidades prende-se com a questão da produção de prova ”
	UR 1.9	“O conhecimento a administrar, tem que ser o mais ajustado possível às especificidades (...) no cenário real , porque de outra forma tudo se perde (...)”
E3	UR 1.2	“Formação em área de entrevista e interrogatório (Teórico e Prático (...))”
	UR 1.3	“(...) organização de inquérito (crime VD / MT / AS) “
	UR 1.9	Formação em área de entrevista e interrogatório (Teórico e Prático (...))”
E4	UR 1.1	“A sensibilização dos instruendos para a sensibilidade e especificidade desta temática, desenvolver atividades (...)”
	UR 1.2	“(...) deverá ter uma forte componente de tratamento processual, com forte incidência na entrevista e interrogatório ”
	UR 1.3	“(...) deverá ter uma forte componente de tratamento processual (...)”
	UR 1.9	“(...) desenvolver atividades onde seja abordada a forma correta de trabalhar junto das vítimas VD (...)”
E5	UR 1.3	“Considero que o CIAVE deve incidir em investigação criminal, elaboração dos inquéritos e fotografia forense ”
	UR 1.6	“Considero que o CIAVE deve incidir em investigação criminal, elaboração dos inquéritos e fotografia forense ”
	UR 1.7	“Considero que o CIAVE deve incidir em investigação criminal, elaboração dos inquéritos e fotografia forense ”
	UR 1.9	“Considero que o CIAVE deve incidir em investigação criminal, elaboração dos inquéritos e fotografia forense ”
E6	UR 1.3	“Devem ser abordadas as temáticas de Direito, investigação e inquérito ”
	UR 1.8	“Devem ser abordadas as temáticas de Direito , investigação e inquérito”
	UR 1.9	“Devem ser abordadas as temáticas de Direito, investigação e inquérito ”
E7	UR 1.6	“(...) bem como diretivas e normas de ordem técnica no que concerne à investigação criminal em geral (...)”
	UR 1.8	“Deveriam ser mais aprofundadas as temáticas relacionadas com o Código Penal, de Processo Penal e legislação específica relacionada com a violência doméstica (...)”
	UR 1.9	“(...) bem como diretivas e normas de ordem técnica no que concerne à investigação criminal em geral (...)”
E8	UR 1.9	“(...) dar primazia à formação prática em complemento da teórica, preparando os investigadores para uma melhor intervenção e atuação no terreno”
E9	UR 1.2	“Deveria incidir mais na vertente prática da entrevista a crianças e a idosos (...)”
	UR 1.6	“(...) no tratamento e recolha da prova digital e na compreensão e interpretação da linguagem não-verbal ”

	UR 1.7	“(…) no tratamento e recolha da prova digital e na compreensão e interpretação da linguagem não-verbal”
	UR 1.9	“Deveria incidir mais na vertente prática da entrevista (…)”
E10	UR 1.1	“Técnicas de apoio psicológico aos investigadores ”
	UR 1.4	“Deveriam ser abordados mais temas relacionados com a vítima, cuidados a ter, formas de empatia”
E11	UR 1.3	“(…) prática de elaboração de inquéritos ”
	UR 1.9	“devia ter mais situações práticas (…)”
E12	UR 1.1	“(…) bem como formas e instituições de acompanhamento quer de vítimas quer de agressores ”
	UR 1.6	“(…) achava necessário abordar temáticas de ordem jurídica e psicossocial (…)”
	UR 1.8	“(…) achava necessário abordar temáticas de ordem jurídica e psicossocial (…)”
E13	UR 1.1	“(…) as temáticas devem abranger, antes de tudo, o conhecimento interpessoal, de forma que cada militar possa avaliar os seus conceitos, valores e estereótipos, fundamentais para a intervenção nesta problemática. Abordar conceitos de forma histórico-cultural e a sua evolução, de forma a compreender o fenómeno da VD. As diversas teorias explicativas da VD (…)” (entre outras citadas na Entrevista)
	UR 1.2	“Caraterísticas das vítimas e intervenção junto das mesmas , distinguindo as suas vulnerabilidades (…) Caraterísticas dos agressores e intervenção junto destes (…)”
	UR 1.3	“Técnicas de investigação criminal e processual ”
	UR 1.5	“Conhecer a diferença entre intervenção em situação de crise e as restantes situações na temática da VD, para intervenção diferenciada”
	UR 1.6	“Técnicas de investigação criminal e processual ”
	UR 1.7	“Procedimentos de intervenção, protocolos de atuação , internos e externos”
	UR 1.8	“(…) A evolução legislativa que nos trouxe à atualidade. Legislação vigente ”
	UR 1.9	“Procedimentos de intervenção, protocolos de atuação , internos e externos”
E14	UR 1.3	“O curso tem matérias interessantes e úteis para o decorrer da atividade do NIAVE, no entanto peca por não ensinar como elaborar um processo (…)”
	UR 1.8	“(…) não basta só ministrar instrução sobre a legislação existente (…)”
	UR 1.9	“(…) ou seja, deveria existir exemplos práticos de como elaborar processos decorrentes no NIAVE (…) por exemplo dar casos (simulados) de situações e dividir a turma em grupos para resolver a situação (…)”
E15	UR 1.1	“Legislação, sensibilização dos militares da GNR para a dinâmica do crime de violência doméstica, abordagem de estereótipos e ideias erradas sobre o crime (…)”
	UR 1.3	“(…) técnicas de investigação e inquérito ”
	UR 1.6	“(…) técnicas de investigação e inquérito ”
	UR 1.8	“Legislação, sensibilização dos militares da GNR para a dinâmica do crime de violência doméstica (…)”

	UR 1.9	<i>“(…) técnicas de investigação e inquérito ”</i>
E16	UR 1.2	<i>“como efetuar entrevistas/interrogatórios, às vítimas/suspeitos ”</i>
	UR 1.4	<i>“Creio ser uma mais valia haver umas palestras de como efetuar entrevistas/interrogatórios, às vítimas/suspeitos ”</i>
E17	UR 1.1	<i>“O curso deve incidir sobre a problemática da VD, aspetos históricos e estado atual; o enquadramento do crime de VD; diferenças entre VD e Maus-tratos e Ofensa a Integridade física qualificada (…) ”</i>
	UR 1.2	<i>“técnicas de entrevista a vítimas de crime (crianças/adultos), prova digital forense (…)”</i>
	UR 1.7	<i>“técnicas de entrevista a vítimas de crime (crianças/adultos), prova digital forense (…)”</i>
	UR 1.8	<i>“(…) Toda a Lei 112/2009 de 16 de setembro e legislação conexa (…) ”</i>
	UR 1.9	<i>“(…) prova digital forense, entre outras através do ensino teórico e prático ”</i>
E18	UR 1.1	<i>“(…) deveriam ser as seguintes: Comportamento com as vítimas no ato do recebimento de uma denuncia por crime de VD; Igualdade entre mulheres e homens; Violência Contra as Mulheres e Violência Doméstica; Tráfico de Seres Humanos; Mutilação Genital Feminina; Orientação Sexual, Identidade e Expressão de Género e Características sexuais, os maus-tratos a crianças e idosos, homicídios em contexto de violência doméstica”</i>
	UR 1.2	<i>“(…) Técnicas de entrevista/interrogatório, Igualdade (…)”</i>
	UR 1.9	<i>“É importante reforçar a aprendizagem com a sua prática para uma melhor aquisição de conhecimentos e de técnicas”</i>
E19	UR 1.2	<i>“1.º Técnicas de Entrevista e Interrogatório direcionado às vítimas de crimes específicos.; 2.º - Técnicas de Entrevista e Interrogatório a menores vítimas diretas e vicariantes (…)”</i>
	UR 1.9	<i>“Deve ser efetuado um ensino teórico e prático, sugerindo que seria importante implementar formação de inquirição de menores ”</i>
E20	UR 1.2	<i>“Dar aos militares as ferramentas para que possa executar o seu trabalho o melhor que sabe”</i>
	UR 1.6	<i>“Temáticas mais viradas para o dia a dia de quem está a investigar crimes prioritários”</i>
	UR 1.7	<i>“Temáticas que habilitem o militar como reagir, como investigar, como proceder perante os diversos cenários”</i>
	UR 1.9	<i>“Dar aos militares as ferramentas para que possa executar o seu trabalho o melhor que sabe”</i>
E21	UR 1.8	<i>“Devem ser abordadas com muita relevância a Lei 112/2009 e o código processo penal e código penal”</i>
E22	UR 1.1	<i>“Vitimologia; Entrevista Forense e Recursos de Apoio através de situações práticas para os militares sentirem as dificuldades e serem mais bem preparados”</i>
	UR 1.2	<i>Vitimologia; Entrevista Forense e Recursos de Apoio através de situações práticas para os militares sentirem as dificuldades (…)”</i>
	UR 1.9	<i>É importante o contactar com as situações em concreto e praticar. Seria importante a existência de um estágio de uma semana para terem um melhor contacto, perceção e aprendizagem do funcionamento dos NIAVE”</i>
E23	UR 1.1	<i>“Apoios e encaminhamento das vítimas; Abordagem ao local do crime caso fosse necessária a intervenção do NAT; Os vários tipos de prova passíveis de recolha neste tipo de crime; Outras questões processuais que muito pouco se falam durante curso que atualmente é ministrado”</i>

	UR 1.2	<i>“Treinar a entrevista e interrogatório”</i>
	UR 1.7	<i>“Abordagem ao local do crime caso fosse necessária a intervenção do NAT; Os vários tipos de prova passíveis de recolha neste tipo de crime”</i>
	UR 1.9	<i>“O curso é muito teórico, baseado na história, procedimentos e muito pouco se fala do que se tem de fazer e da componente prática”</i>
E24	UR 1.1	<i>“O Curso CIAVE, deveria ser estruturado à semelhança do curso IC, que para além de abordar as temáticas “normais” de um curso IC, abordava a temática da Violência Doméstica”</i>
	UR 1.2	<i>“Trabalhar os militares nas entrevistas e nos interrogatórios”</i>
	UR 1.6	<i>“Cada vez mais é importante saber recolher a prova digital forense, seria muito proveitoso a formação nesta matéria”</i>
	UR 1.7	<i>“Cada vez mais é importante saber recolher a prova digital forense, seria muito proveitoso a formação nesta matéria”</i>
	UR 1.9	<i>“É muito importante praticar várias situações para elaborar um processo de raiz”</i>

Fonte: Elaboração própria

Tabela n.º 12 Análise de conteúdo das respostas à pergunta 6

Entrevistado	UR	Unidade de contexto
E1	UR 1.1	<i>“Sim considero, pois estamos perante um crime doméstico, com poucas provas matérias e muito em baseado em provas testemunhais”</i>
E2	UR 1.1	<i>“Claro que sim (...) Olhamos para a ciência e estatísticas, e verifica-se um elevado número de taxas de arquivamentos, entre outras; pela falta de prova”</i>
E3	UR 1.1	<i>“Sim, deve ser aprofundada”</i>
E4	UR 1.1	<i>“Sim, é essencial para uma boa resposta junto das vítimas”</i>
E5	UR 1.1	<i>“As técnicas de investigação e de interrogatório são muito importantes, pelo que naturalmente devem ser muito aprofundadas”</i>
E6	UR 1.1	<i>“Sem dúvida”</i>
E7	UR 1.1	<i>“Sim, deverá ser mais aprofundado nos CIAVE o estudo de diretivas e orientações de ordem técnica, nas quais, obviamente, se incluirá as técnicas de investigação e interrogatório”</i>
E8	UR 1.1	<i>“É sem dúvida uma das temáticas que deveria ser aprofundada, trabalhada, treinada e dominada pelos investigadores, na medida que a recolha de prova testemunhal é uma das primeiras e das mais utilizadas práticas”</i>
E9	UR 1.1	<i>“Sim considero que é importante, pois dá-nos uma linha orientadora para a realização das diligências de investigação, aprofundadas com o tempo e a experiência”</i>
E10	UR 1.1	<i>“Sim, sem dúvida que sim, é toda a base do nosso trabalho, e só com uma boa investigação poderemos levar a uma acusação, caso não sejamos “impedidos” pela falta de colaboração da vítima”</i>
E11	UR 1.1	<i>“Sim”</i>

E12		<i>“Desconheço não tenho curso CIAVE”</i>
E13	UR 1.1	<i>“Sim, sem dúvida é fundamental”</i>
E14	UR 1.1	<i>“Sim (...) na temática de violência doméstica cada vez mais surgem pessoas a querer “controlar” a investigação, prestando declarações contraditórias ou tendenciosas”</i>
E15	UR 1.1	<i>“Sim, pois é através da investigação que se faz a reunião da prova”</i>
E16	UR 1.1	<i>“Sim”</i>
E17	UR 1.1	<i>“Sem dúvida. Neste nível de especialização, é expectável que os investigadores do NIAVE dominem as técnicas de entrevista investigativa bem com técnicas de investigação (...)”</i>
E18	UR 1.1	<i>“Sim. Julgo que é a temática mais importante que o curso tem, e o instrumento mais valioso para os investigadores”</i>
E19	UR 1.1	<i>“Sim”</i>
E20	UR 1.2	<i>“Não me parece que seja das mais importantes. Mas sim, ter algumas bases para efetuar essa tal entrevista, cada caso é um caso (...)”</i>
E21	UR 1.2	<i>“Tendo em consideração que cada pessoa é uma pessoa é quase impossível abordar todos os tipos de técnicas de interrogatório, cada investigador deve adaptar ou alterar a técnica mediante o visado”</i>
E22	UR 1.1	<i>“Sim, devem ser ministrados aos militares conhecimentos que permitam um maior domínio de técnicas de entrevista forense”</i>
E23	UR 1.1	<i>“Uma vez que a recolha de prova neste tipo de crime assenta essencialmente na prova testemunhal, e muitas vezes os entrevistados são crianças esta temática deveria ser bastante mais aprofundada e trabalhada”</i>
E24	UR 1.1	<i>“Sim, aprofundada e constantemente atualizada, porque na VD o principal meio de prova é o testemunhal, pelo que toda a técnica que exista num interrogatório deverá ministrada em formação”</i>

Fonte: Elaboração própria

Tabela n.º 13 - Análise de conteúdo das respostas à pergunta 7

Entrevistado	UR	Unidade de contexto
E1	UR 1.1	<i>“Sensibilizar os militares de que se trata de um crime “diferente”, um fenómeno complexo (...)”</i>
E2	UR 1.2	<i>“o curso ter um maior número de horas”</i>
	UR 1.3	<i>“deve o curso ser ministrado por profissionais devidamente habilitados nas várias áreas do saber; e.g., Medicina-Legal passando a mensagem na forma como documentar as lesões (...) Balística Forense por força que é o tipo legal de crime onde mais armas de fogo e outras se apreende (...) Profissionais do Direito com prática de terreno e que expliquem quando figura uma detenção em FD.</i>
E3	UR 1.2	<i>“O tempo de curso deveria ser alargado (mínimo 3 semanas)”</i>
E4	UR 1.4	<i>“Pelo que me tem sido dado a aperceber o curso CIAVE está adequado às necessidades”</i>

E5	UR 1.5	<i>“parece-me ser importante a elaboração dos inquéritos e a uniformidade de procedimentos (...)”</i>
	UR 1.7	<i>“parece-me ser importante a elaboração dos inquéritos e a uniformidade de procedimentos (...)”</i>
E6	UR 1.6	<i>“Principalmente ao nível de entrevista, direito penal e processual penal”</i>
	UR 1.7	<i>“Principalmente ao nível de entrevista, direito penal e processual penal”</i>
E7	UR 1.3	<i>“(...) há uma tentativa de influenciar os investigadores, tentando que os mesmos partam para a investigação de um crime de violência doméstica com ideias já pré-concebidas, o que vai contra todas as regras da investigação criminal (...)”</i>
E8	UR 1.3	<i>“Deveriam ser incluídas ações de intervenção conjuntas, com as demais entidades envolvidas nesta problemática social em que as respostas às situações seriam articuladas de uma forma coordenada, multidisciplinar e setorial, conseguindo juntar todas as sinergias”</i>
E9	UR 1.2	<i>“Considero que é um curso muito curto e que as temáticas são dadas muito à pressa (...)”</i>
	UR 1.7	<i>“(...) não permitindo que os instruendos assimilem as matérias, terminando a formação com uma sensação de pouca segurança para aquilo que vão enfrentar na sua vida profissional”</i>
E10	UR 1.7	<i>“(...) deveriam ser facultadas ferramentas de apoio para os investigadores, o nosso serviço é esgotante a nível psicológico, trabalhamos com processos prioritários”</i>
E11	UR 1.7	<i>“as situações práticas, prática na elaboração das peças processuais”</i>
E12		<i>“Desconheço não tenho curso CIAVE”</i>
E13	UR 1.2	<i>“Antes de mais, considero que o referencial horário de apenas 30 horas de formação deixa muito a desejar”</i>
	UR 1.6	<i>“A VD é uma temática muito complexa, pelo que exige formação muito específica”</i>
	UR 1.7	<i>“(...) No que se refere ao referencial teórico, parece-me que ajustado, porém, muito generalista (...)”</i>
E14	UR 1.7	<i>“As técnicas de interrogatório e entrevista, a elaboração de inquéritos”</i>
E15	UR 1.1	<i>“(...) sensibilização dos militares da GNR para a dinâmica do crime de violência doméstica, abordagem de estereótipos”</i>
	UR 1.6	<i>“Legislação, sensibilização dos militares da GNR (...)”</i>
E16	UR 1.7	<i>“Munir os investigadores de técnicas bases de entrevistas”</i>
E17	UR 1.6	<i>“O primeiro curso foi ministrado em 2004, ainda sob a designação NMUME. Ora, todo o acervo legislativo e o conhecimento científico (...) foi evoluindo, havendo necessidade de atualizar os conhecimentos dos militares”</i>
	UR 1.7	<i>“(...) bem como o conhecimento e competência técnica da GNR sobre o fenómeno da VD foi evoluindo (...) havendo necessidade de atualizar os conhecimentos dos militares”</i>
E18	UR 1.2	<i>“O curso de 30 horas é insuficiente para o tipo de ilícitos criminais que estamos a tratar (...) e que tantas mortes tem provocado”</i>
	UR 1.7	<i>“deve ser reformulado, deve ser a componente prática, uma vez que o curso é quase todo ele teórico. Os investigadores, devem saber, e saber fazer”</i>
E19	UR 1.2	<i>“O curso CIAVE é de curta duração para uma matéria tão sensível e importante como a Violência Doméstica e Maus-Tratos (...)”</i>

	UR 1.7	<i>“(…) devendo o Curso ser mais específico e direcionado para as funções exercidas pelos militares, nomeadamente a parte da Entrevista e Interrogatório”</i>
E20	UR 1.2	<i>“O tempo de curso tem de ser mais alargado e equilibrar a teoria com a prática, existe muita teoria”</i>
	UR 1.7	<i>O tempo de curso tem de ser mais alargado e equilibrar a teoria com a prática, existe muita teoria”</i>
E21	UR 1.7	<i>“O CIAVE deve ser numa vertente mais prática e menos teórica, as bases a grande maioria dos militares já as têm falta casos práticos e como agir em cada situação”</i>
E22	UR 1.2	<i>“Alargamento da carga horária que me parece mingua relativamente á especificidade dos temas em estudo”</i>
	UR 1.7	<i>“Implementação de conteúdos programáticos que permitam dotar os militares de técnicas e ferramentas que permitam melhorar a elaboração do inquérito nos processos-crime de VD”</i>
E23	UR 1.7	<i>“Abordagem às testemunhas, bem como a recolha de prova para o processo”</i>
E24	UR 1.2	<i>“O curso CIAVE, com a duração de 30 horas é manifestamente reduzido. Pelo menos um curso de 6 semanas”</i>
	UR 1.6	<i>“Para além dos crimes abordados num curso IC, deverá ser debatido toda a dinâmica da investigação do crime VD (...) medidas de coação, medidas de proteção (...)”</i>
	UR 1.7	<i>“Para além dos crimes abordados num curso IC (...) interrogatório (...) meios de prova digitais, fotografia, exame dos locais de crime, etc”</i>

Fonte: Elaboração própria

Tabela n.º 14- Análise de conteúdo das respostas à pergunta 8

Entrevistado	UR	Unidade de contexto
E1	UR 1.1	<i>“A experiência diz-me que a formação é fundamental, pelo que acredito que a reestruturação será uma mais-valia para os militares e instituições, dotando os militares de ferramentas e conhecimentos para uma melhor e eficaz intervenção (...)”</i>
E2	UR 1.1	<i>“Claro que sim (...)”</i>
E3	UR 1.1	<i>“Prevenção direta não, contudo existe o apoio dos militares do NIAVE para com os militares dos Programas Especiais de Policiamento de Proximidade da GNR (...) contribuindo para um policiamento de proximidade e segurança comunitária. Na vertente operativa (repressão) / investigação, sim”</i>
E4	UR 1.1	<i>“Quanto melhor estiverem preparados os intervenientes institucionais para atuarem junto das vítimas de VD, melhor será os resultados conseguidos, seja na prevenção ou na repressão efetuada por autoridades competentes”</i>
E5	UR 1.1	<i>“Iria contribuir para uma melhor capacidade de investigação/atuação, no entanto, considero que certas matérias a serem aplicadas na primeira</i>

		<i>linha de atuação, iria contribuir certamente para repressão e, de certa forma, prevenção</i>
E6	UR 1.1	<i>“Sim”</i>
E7	UR 1.1	<i>“O CIAVE forma, essencialmente, investigadores, podendo e devendo também estes tomar a iniciativa de sensibilizar a população em geral para este tipo de crime, podendo, assim, contribuir para a sua prevenção e repressão”</i>
E8	UR 1.1	<i>“Sem dúvida quanto mais informação e formação for prestada aos investigadores, mais instruídos e preparados ficarão para intervir nas diversas situações para as quais forem solicitados (...)”</i>
E9	UR 1.1	<i>“Certamente não irá resolver esta problemática, mas com um elevado grau de certeza, contribuirá para dar segurança à população que quem trabalha nesta área terá uma resposta adequada e capaz de minorizar a situação conflituosa que vivência”</i>
E10	UR 1.1	<i>“Podemos e devemos tentar sempre o que estiver ao nosso nível para prevenir este crime, melhor a formação, palestras, informação á comunidade sobre as medidas que devem tomar caso sejam vítimas de crime ou se conhecerem alguém que seja vítima, quanto mais informação mais ajuda a prevenir”</i>
E11	UR 1.1	<i>“Sim”</i>
E12	UR 1.1	<i>“Desconheço não tenho curso CIAVE”</i>
E13	UR 1.1	<i>“Sim. Para intervir é necessário conhecer. Quanto mais aproximada for a formação da realidade da intervenção, melhores resultados teremos, seguramente”</i>
E14	UR 1.2	<i>“Não, a prevenção deste tipo de crime não compete ao NIAVE enquanto 2 linha (...) No entanto uma reestruturação do curso poderá contribuir sim para a proteção da vítima”</i>
E15	UR 1.1	<i>“(…) dar ferramentas a quem está no terreno, para saber melhor tratar deste tipo de assuntos, evitando assim revitimizar as vítimas e ajudá-las o melhor possível”</i>
E16	UR 1.1	<i>“Sim”</i>
E17	UR 1.1	<i>“Sim. Tenho a convicção que a reestruturação do curso, ajustando-o a estrutura curricular do curso Técnico de Apoio à Vítima seria uma mais-valia”</i>
E18	UR 1.1	<i>“Julgo que sim. Os investigadores, deverão estar dotados com os conhecimentos (...) deverão ser preparados através da prática, para que se sintam à vontade e capazes de desenvolver os seus inquéritos com qualidade”</i>
E19	UR 1.1	<i>“Acredito que se os militares fossem alvo de tais aprendizagens no Curso, conseguiram dar uma resposta mais assertiva a estas vítimas e uma imagem mais credível junto do Ministério Público”</i>
E20	UR 1.1	<i>“Sim, iria contribuir para uma melhor atuação”</i>
E21	UR 1.2	<i>“O curso só se útil para abrir as mentes dos militares e estes falarem e informarem outros militares sobre este tipo de crime (...)”</i>
E22	UR 1.1	<i>“(…) poderá aqui haver uma correlação entre melhorias na intervenção da ação dos militares da Guarda Nacional Republicana e desfechos processuais. Esse mesmo desfecho espera-se que possam ter uma repercussão social, contribuído para o empoderamento das vítimas e diminuição dos comportamentos violentos por parte dos agressores”</i>
E23	UR 1.1	<i>“Acredito que sim porque a sociedade está sempre a evoluir, a forma como os crimes se cometem também, quanto melhor preparados estiverem os militares melhor fazem o combate e a prevenção”</i>
E24	UR 1.1	<i>“Sim, sem dúvida”</i>

Fonte: Elaboração própria

Tabela n.º 15 - Análise de conteúdo das respostas à pergunta 9

Entrevistado	UR	Unidade de contexto
E1	UR 1.1	<i>“Os militares da instituição que investigam este tipo de crime, Comandantes de Destacamentos Territoriais e Comandantes de Postos”</i>
	UR 1.2	<i>“Os militares da instituição que investigam este tipo de crime, Comandantes de Destacamentos Territoriais e Comandantes de Postos”</i>
	UR 1.3	<i>“Os militares da instituição que investigam este tipo de crime, Comandantes de Destacamentos Territoriais e Comandantes de Postos”</i>
E2	UR 1.4	<i>Na minha opinião, seria muito relevante e proveitoso a aplicação destes conhecimentos do CIAVE em todos os militares da GNR, devendo ser universal no reino da GNR (...)”</i>
	UR 1.5	<i>“(...) todos os militares da GNR, devendo ser universal no reino da GNR, não são apenas dos militares a trabalhar com a VD com lidam com esta problemática”</i>
E3	UR 1.3	<i>“militares do NIAVE, militares da Seção de Inquéritos e os militares do Núcleos de Programas Especiais de Policiamento de Proximidade da GNR”</i>
E4	UR 1.4	<i>“A formação deveria incidir em todos os intervenientes e escalões da GNR (...)”</i>
E5	UR 1.3	<i>“Os investigadores dos NIAVE e das Secções de Inquéritos dos Postos devem ser os alvos principais do CIAVE (...)”</i>
E6	UR 1.3	<i>“Militares inquéritos dos Pter e núcleos de investigação”</i>
E7	UR 1.3	<i>“Em primeiro lugar, os militares das secções de inquéritos dos Postos Territoriais que não tenham ainda tal formação”</i>
	UR 1.5	<i>“Seguidamente deveria haver uma triagem muito rigorosa, de forma a seleccionar militares com apetência natural para tais temáticas (...)”</i>
E8	UR 1.1	<i>“(...) bem como todos o efetivo que exerce funções de Comando ou chefia e que intervenha nas situações de VD (Comandantes dos Postos e dos Destacamentos)”</i>
	UR 1.2	<i>“(...) bem como todos o efetivo que exerce funções de Comando ou chefia e que intervenha nas situações de VD (Comandantes dos Postos e dos Destacamentos)”</i>
	UR 1.4	<i>“Militares que atuem em primeira e segunda linha (todo o efetivo do Postos Territoriais, militares dos NIAVE)”</i>
E9	UR 1.2	<i>“Os elementos das Secções de Inquérito e os Comandantes de Posto e seus adjuntos (...)”</i>
	UR 1.3	<i>“Os elementos das Secções de Inquérito e os Comandantes de Posto e seus adjuntos (...)”</i>
	UR 1.4	<i>“Nesta questão vou responder que todos os elementos da GNR deveriam frequentar esta formação (...)”</i>
E10	UR 1.4	<i>“A todo o efetivo da Guarda Nacional Republicana”</i>
E11	UR 1.3	<i>“Militares a integrar os NIAVE e as SI”</i>
E12		<i>“Desconheço não tenho o curso CIAVE”</i>
E13	UR 1.3	<i>“Numa primeira fase, todos os elementos que compõem os NIAVE e Equipas de Inquérito dos Postos”</i>
	UR 1.4	<i>“Numa fase seguinte, todos os elementos com atividade nos postos territoriais (...)”</i>
E14	UR 1.3	<i>“Os militares que pretendam ingressar nos NIAVE, bem como os militares que estão a elaborar inquéritos nos Postos Territoriais”</i>
E15	UR 1.4	<i>“Num mundo perfeito seriam todos os militares que possam de alguma forma lidar com este tipo de crime”</i>
E16	UR 1.4	<i>“Todos os militares das Secções de inquéritos dos Postos Territoriais”</i>

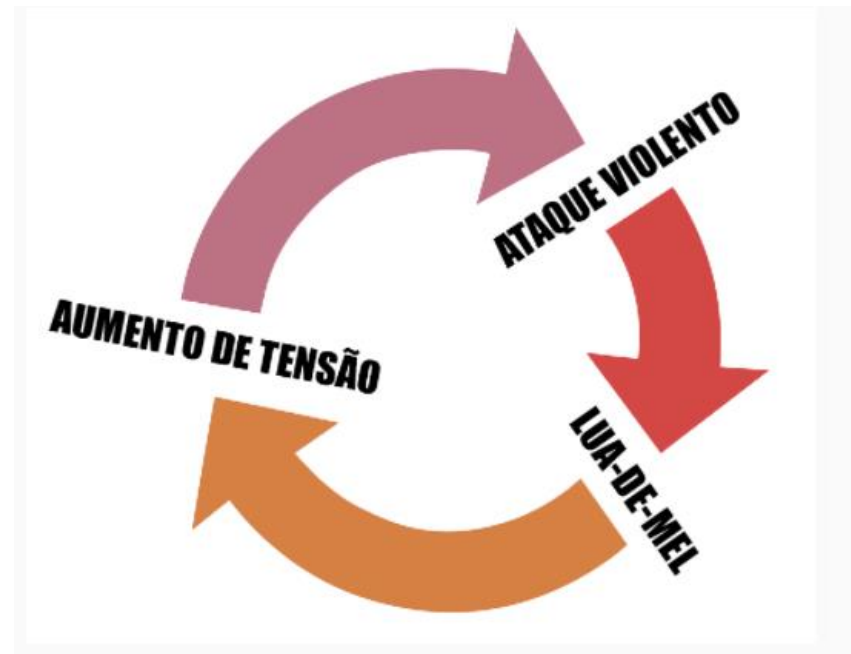
E17	UR 1.4	<i>“Penso que todos os militares deveriam ter formação nesta área, uma vez que existe a forte probabilidade de se depararem com situações policiais que envolvam este crime”</i>
E18	UR 1.5	<i>“Elementos dentro da instituição, dotados com a capacidade para lidar com estados emocionais fragilizados; com bom autodomínio dos seus próprios sentimentos; com uma situação pessoal e profissional estável (...)”</i>
E19	UR 1.5	<i>“Militares que demonstrem especial sensibilidade para a temática e que tenham vocação para tais crimes de Natureza tão particular”</i>
E20	UR 1.3	<i>“Militares dos inquéritos e NIAVE”</i>
E21	UR 1.3	<i>“Os militares que estão nas secções de investigação e inquérito dos postos e todos aqueles que estejam ou queiram ingressar no NIAVE”</i>
E22	UR 1.3	<i>“Em minha opinião primordialmente os militares que tramitam processos-crime de VD (...)”</i>
	UR 1.4	<i>“(...) não descartando de todo, que o mesmo revestia um grande contributo caso fosse ministrado aos militares que estão na primeira linha de respostas a ocorrências de VD”</i>
E23	UR 1.3	<i>“(...) essencialmente aqueles que lidam diretamente com vítimas, desde logo os efetivos dos NIAVE, Inquéritos (...)”</i>
	UR 1.4	<i>“O curso no meu entender deve abranger o maior número de militares possível, dada a especificidade do crime (...)”</i>
E24	UR 1.3	<i>“Todos os NIAVE e todos os militares a que têm distribuídos inquéritos de violência doméstica”</i>
	UR 1.4	<i>“E uma formação não necessariamente de curso CLAVE ministrada ao patrulheiro, numa ótica do expediente a elaborar e assegurar meios de prova e segurança da vítima nas primeiras 24 horas após denuncia/notícia de Violência Doméstica”</i>

Fonte: Elaboração própria

ANEXOS

ANEXO A - CICLO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

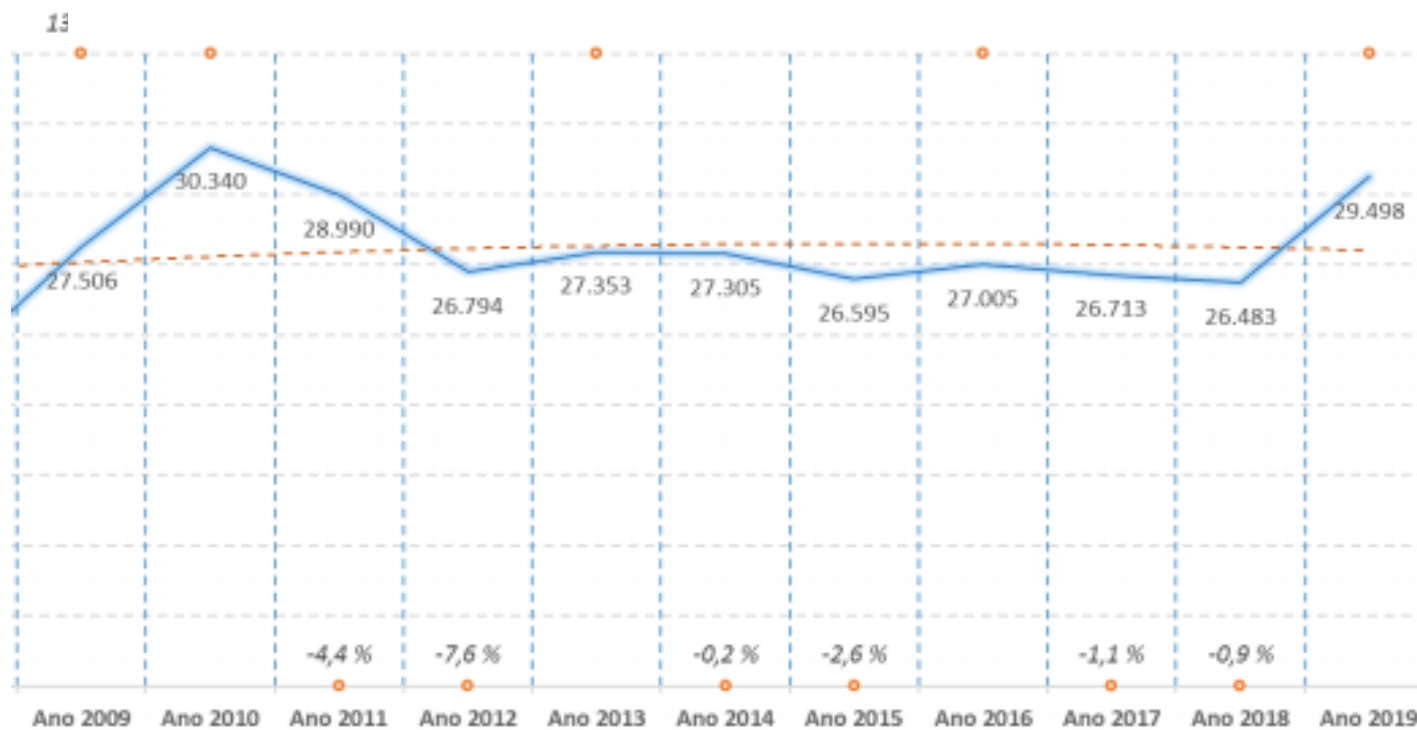
Figura n.º 2 - Ciclo da Violência Doméstica



Fonte: APAV (2012)

ANEXO B - DADOS DAS OCORRÊNCIAS REGISTRADAS

Quadro n.º 16 - Número de ocorrências de Violência Doméstica registradas pelas Forças de Segurança



Fonte: RASI (2019)

ANEXO C - ANÁLISE TEMPORAL DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Quadro n.º 17 - Caracterização temporal dos registos e ocorrências de VD

		Registo (%)	Ocorrência (%)
Mês	janeiro	7,3	8,0
	fevereiro	7,5	7,5
	março	9,0	8,8
	abril	8,4	8,1
	maio	8,5	8,6
	junho	8,2	8,4
	julho	9,4	9,1
	agosto	9,7	9,6
	setembro	8,6	8,6
	outubro	8,3	8,1
	novembro	7,4	7,4
	dezembro	7,7	7,7
Dia de semana	2.ª feira	16,3	14,1
	3.ª feira	14,4	13,3
	4.ª feira	13,5	12,8
	5.ª feira	13,9	13,0
	6.ª feira	13,9	13,9
	Sábado	12,9	15,5
	Domingo	15,0	17,5
Hora	Manhã (7-12h)	19,5	19,4
	Tarde (13-18h)	33,6	29,1
	Noite (19-0h)	34,6	42,5
	Madrugada (1-6h)	12,3	9,1
Tempo decorrido entre participação e ocorrência	Mesmo dia	55,9	
	Dia seguinte	20,0	
	2 a 5 dias após ocorrência	9,2	
	≥6 dias após a ocorrência	14,9	

Fonte: Relatório Anual de Monitorização da VD (2020)

ANEXO D - FICHA RVD 1-L

Tabela n.º 16 - Perguntas da ficha RVD 1-L

	SIM	NÃO	NA/D ²
O/A ofensor/a alguma vez usou violência física contra a vítima? <i>Especifique:</i> Há quantos anos ocorreu o 1º episódio: _____			
2. O/A ofensor/a alguma vez usou violência física contra outros do agregado doméstico? <i>Contra quem?</i> 2.1 Crianças <input type="checkbox"/> 2.2 Outros familiares <input type="checkbox"/> 2.3 Animais domésticos <input type="checkbox"/>			
3. O/A ofensor/a já tentou estrangular (apertar o pescoço), sufocar, afogar a vítima ou outro familiar? (incluir atos de “tortura física”- ex: queimar, atirar ácido)			
4. O/A ofensor/a já exerceu violência sexual sobre a vítima ou outro familiar? (ex: abuso, violação ou tentativas)			
5. Foi necessária atenção médica após alguma agressão e/ou as lesões comprometeram as atividades normais diárias da vítima ou as de outros familiares? (ex: trabalho/escola/tarefas domésticas)			
6. O número de episódios violentos e/ou a sua gravidade tem vindo a aumentar no último mês?			
7. O/A ofensor/a já utilizou/ameaçou usar algum tipo de arma³ contra a vítima ou outro familiar ou tem acesso fácil a arma de fogo? <i>Especifique:</i> 7.1 Utilizou <input type="checkbox"/> 7.2 Ameaçou utilizar <input type="checkbox"/> 7.3 Acesso fácil (arma de fogo) <input type="checkbox"/>			
8. Acredita que o/a ofensor/a seja capaz de a/o matar ou mandar matar (está convicta de que ele/a seja mesmo capaz)? (Colocar esta pergunta apenas à vítima)			
9. O/A ofensor/a já tentou ou ameaçou matar a vítima ou outro familiar? <i>Especifique:</i> Indique quem foi alvo dessa(s) tentativa(s) ou ameaça(s) de morte: _____			
10. O/A ofensor/a persegue a vítima, intimidando-a intencionalmente, demonstra ciúmes excessivos e tenta controlar tudo o que a vítima faz? (ex.: através de SMS; entrando na residência/trabalho da vítima e/ou familiares sem consentimento destes)			
11. O/A ofensor/a revela instabilidade emocional/psicológica e não está a ser acompanhado/a por profissional de saúde ou não toma a medicação que lhe tenha sido receitada?			
12. O/A ofensor/a já tentou ou ameaçou suicidar-se?			
13. O/A ofensor/a tem problemas relacionados com o consumo de álcool, ou outras drogas (incluindo as que impliquem receita médica), dificultando uma vida diária normal (no último ano)?			
14. O/A ofensor/a já foi alvo de queixas criminais anteriores? (ex: detenção de arma proibida, entrada em lugar vedado ao público, ameaças/agressões a terceiros ...)			
15. O/A ofensor violou ordem do tribunal destinada a proteger a vítima? (ex: proibição de contactos/afastamento da residência da vítima...)			
16. O/A ofensor/a tem problemas financeiros significativos ou dificuldade em manter um emprego (no último ano)?			
17. Existe algum conflito relacionado com a guarda/contato dos filhos?			
18. A vítima separou-se do/a ofensor/a, tentou/manifestou intenção de o fazer (nos últimos/próximos 6 meses)? <i>Especifique:</i> 18.1 Separou-se <input type="checkbox"/> 18.2 Tentou <input type="checkbox"/> 18.3 Manifestou intenção de o fazer <input type="checkbox"/>			
19. A vítima ou alguém do agregado familiar tem necessidades especiais (ex: em função de doença física ou mental, idade avançada, deficiência, dependência de álcool/drogas...) e/ou não tem apoio de terceiros (família, amigos, vizinhos, colegas, instituição de apoio...)? <i>Especifique:</i> 19.1 Necessidades especiais <input type="checkbox"/> 19.2 Sem apoio de terceiros <input type="checkbox"/>			
20. A vítima está grávida ou teve um bebé nos últimos 18 meses?			

Fonte: Ministério Público (2009)

ANEXO E - PROCEDIMENTOS DE PROMOÇÃO DE SEGURANÇA

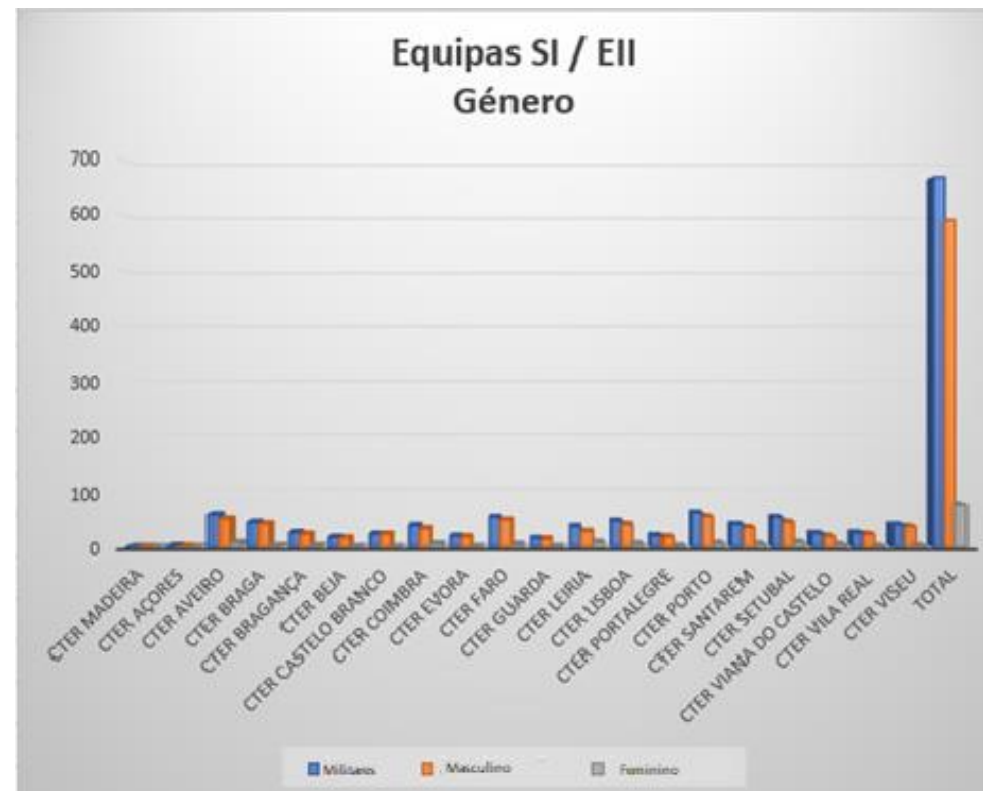
Figura n.º 3 - Procedimentos essenciais de promoção da segurança segundo o nível de risco

Risco Baixo	Risco Médio	Risco Elevado
Elaborar <i>Plano de Segurança</i> com a vítima		
Indicação de recursos/respostas de apoio à vítima		
Atribuição do estatuto da vítima		
Fornecer à vítima os contactos dos números de emergência e da FS mais próxima da sua residência		
Se existirem armas, deve ser providenciada a sua apreensão		
Juntar avaliação de risco efetuada ao processo e remeter para tribunal		
De acordo com o risco e até que seja aplicada uma medida de coação ao agressor ou de teleassistência à vítima, deverão ser estabelecidos contactos com a vítima (presencial ou por telefone) bem como acompanhá-la quando solicitado, aos locais onde tenha de ir (ex.: tribunal, segurança social, hospital...)		
		Alertar a vítima para considerar a hipótese de se afastar do ofensor/a , recorrendo, por exemplo, a uma casa-abrigo, casa de familiar/amigo/colega da sua confiança (quando o ofensor/a não tenha sido detido)
		Verificar se se encontram reunidos os pressupostos para detenção do agressor/a fora de flagrante delito
		Sinalizar situação ao superior hierárquico para contacto com o MP propondo o afastamento do/a agressor/a da residência da vítima e/ou proibição de contactos com a vítima e a aplicação da medida de teleassistência à vítima

Fonte: Manual de Aplicação da Ficha de Avaliação de Risco
(Castanho & Quaresma, 2014)

ANEXO F- MILITARES DA SI

Quadro n.º 18 - Número de militares das Secções de Inquérito



Fonte: DIC (2020)

ANEXO G - MODÚLO A DO CIAVE

Tabela n.º 17 - Violência e Vitimologia

MÓDULO A: VIOLÊNCIA E VITIMOLOGIA		
DISCIPLINAS	HORAS	ENTIDADE COOPERANTE
Vitimologia: Enquadramento Jurídico	02	CEJ
Violência Doméstica	02	CESIS
Psicossociologia das Vítimas (Mulheres; Crianças e Idosos)	04	Univ. Minho/APAV
Psicossociologia dos Agressores	02	Univ. Minho
Criminologia e Vitimologia	01	CO (DIC)
Estratégias de Apoio Psicossocial: idosos e deficientes	01	Segurança Social
Abordagem Interdisciplinar e Interagencial	01	CIG
Policiamento de Violência Doméstica na UE	02	EG
SUBTOTAL (1)	15	

Fonte: (Guarda Nacional Republicana, 2009)

ANEXO H - MODÚLO B DO CIAVE

Tabela n.º 18 - Métodos e Técnicas de Investigação

MÓDULO B: MÉTODOS E TÉCNICAS DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL		
DISCIPLINAS	HORAS	ENTIDADE COOPERANTE
Métodos e Técnicas de Recolha de Prova	02	INML/CO (DIC)/EG
Técnicas de Investigação da Violência Doméstica: Questionário	02	SIC CTer/EG
Os NIAVE e os PTerr	02	SIC CTer
Psicologia do Testemunho	02	CARI (CPIS)
Técnicas de Entrevista	02	CARI (CPIS)/CO(DIC)
Crimes, Liberdade e Autodeterminação Sexual	02	PJ
SUBTOTAL (2)	12	

Fonte: (Guarda Nacional republicana, 2009)